

CARLOS ANDRÉ DE MELO ALVES

**A DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL
SEGUNDO RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DA BASILÉIA:
ESTUDO EM BANCOS COM CARTEIRA COMERCIAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Mestrado em Administração do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Paula Mussi Szabo Cherobim.

CURITIBA

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL
SEGUNDO RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DA BASILÉIA:
ESTUDO EM BANCOS COM CARTEIRA COMERCIAL NO BRASIL

CARLOS ANDRÉ DE MELO ALVES

CURITIBA

2005

**“A DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL SEGUNDO
RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DA BASILÉIA: ESTUDO EM
BANCOS COM CARTEIRA COMERCIAL NO BRASIL”**

**ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO (ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES), E APROVADA EM
SUA FORMA FINAL PELO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.**

**PROF. DR. SERGIO BULGACOV
COORDENADOR DO MESTRADO**

**APRESENTADO À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA PELOS
PROFESSORES:**

**PROF^a. DR^a. ANA PAULA MUSSI SZABO CHEROBIM
PRESIDENTE**

**PROF. DR. JOSÉ AUGUSTO GIESBRECHT DA SILVEIRA
EXAMINADOR**

**PROF. DR. PEDRO JOSÉ STEINER NETO
EXAMINADOR**

CARLOS ANDRÉ DE MELO ALVES

**A DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL
SEGUNDO RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DA BASILÉIA:
ESTUDO EM BANCOS COM CARTEIRA COMERCIAL NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Mestrado em Administração do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Paula Mussi Szabo Cherobim.

CURITIBA

2005

AGRADECIMENTOS

É oportuno expressar meu mais sincero e especial agradecimento em primeiro lugar a Deus pela graça alcançada, e às personalidades descritas a seguir, as quais me fizeram lembrar de que nunca estamos sozinhos em uma jornada.

A minha esposa e companheira, Vânia Bento da Costa Alves, pelo apoio incondicional durante nossos treze anos de casamento.

A minha orientadora acadêmica, Professora Dra. Ana Paula Mussi Szabo Cherobim, um especial agradecimento por acreditar em minha capacidade, pela paciência e todo apoio dedicado durante toda orientação.

Aos professores doutores do Ceppad, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná, pela colaboração oferecida, especialmente aos professores Dr. Pedro Steiner e Dr. Paulo Prado, pelas orientações quanto à parte estatística do trabalho, à professora Dra. Rivanda Teixeira, pelas sugestões metodológicas, e ao professor Dr. Sérgio Bulgacov, pela atenção dispensada.

Ao professor Dr. Lauro Brito, do Departamento de Contabilidade da UFPR, e ao professor Dr. Alceu Souza, da PUC/PR, pelas recomendações.

Aos mestres Fernanda Fernandes, José Marucci, Melissa Barroso e Paulo Xavier, por compartilharem suas experiências durante minha jornada.

À direção do Banco Central do Brasil, pela oportunidade de liberação para realizar o Mestrado, aos colegas de trabalho Dante Chianamea, Eduardo Paiva, Kathleen Krause e Nancy Onishi.

Ao Departamento de Operações das Reservas Internacionais do Banco Central do Brasil, em especial a meu orientador técnico Antônio Francisco de A. da Silva Júnior.

Aos profissionais e entidades que ofereceram opiniões que subsidiaram a concretização desta pesquisa.

Finalmente, gostaria de agradecer a todos aqueles com quem compartilhei momentos especiais neste período de aprendizado e de experiência de vida.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	v
SUMÁRIO.....	vii
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xii
LISTA DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE GRÁFICOS.....	xiii
RESUMO.....	xvi
ABSTRACT.....	xvii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Apresentação do tema.....	1
1.2 Formulação do problema.....	5
1.3 Definição dos objetivos da pesquisa.....	5
1.4 Justificativas teórica e prática.....	7
1.5 Estrutura da dissertação.....	10
2. BASE TEÓRICO-EMPÍRICA.....	12
2.1 Introdução.....	12
2.2 Risco.....	13
2.3 Tipos de risco.....	14
2.4 Risco operacional.....	16
2.4.1 Conceito e tipologia.....	16
2.4.2 Abordagens qualitativa e quantitativa.....	20
2.4.3 Gestão do risco operacional.....	24
2.5 Divulgação.....	28
2.5.1 Divulgação e risco operacional.....	31

2.5.2 Instrumentos de divulgação em instituições financeiras	35
2.6. Recomendações do Comitê da Basileia.....	38
2.6.1 Basileia II.....	38
2.6.2 Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional.....	46
3. METODOLOGIA.....	50
3.1 Especificação do problema.....	50
3.1.1 Perguntas de pesquisa.....	50
3.1.2 Definição constitutiva e operacional das variáveis	53
3.1.3 Definição de outros termos usados na pesquisa	60
3.2 Delimitação e <i>Design</i> da Pesquisa.....	67
3.2.1 Delineamento da Pesquisa.....	67
3.2.2 População e amostra de bancos	68
3.2.3 Dados: Coleta e Tratamento	74
3.3 Limitações da Pesquisa.....	82
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	83
4.1 Descrição e análise dos dados primários	83
4.1.1 Avaliação das categorias	84
4.1.2 Avaliação das subcategorias.....	99
4.1.3 Resumo das análises dos dados primários.....	102
4.1.4 Constituição do quadro de análise.....	113
4.2 Descrição e análise dos dados secundários – análise dos relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação	116
4.2.1 Resultados por categoria e subcategoria.....	116
4.2.2 Resumo das análises por categoria	133
4.2.3 Resultado da divulgação do risco operacional por bancos.....	138

4.2.4 Resumo das análises por grupo de bancos	152
5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	159
5.1 Conclusões.....	159
5.2 Sugestões para estudos futuros	170
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
7. ANEXOS	182

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: PREVISÃO PARA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL DE DIRETRIZES BASEADAS NO BASILÉIA II (RISCO OPERACIONAL).....	9
QUADRO 02: TEORIAS FINANCEIRAS.....	12
QUADRO 03: FATORES DE RISCO E EVENTOS DE PERDA.....	19
QUADRO 04: DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE EVENTO DE RISCO OPERACIONAL ..	20
QUADRO 05: ESTRUTURA DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL.....	27
QUADRO 06: LINHAS DE NEGÓCIOS E RESPECTIVOS FATORES BETA.....	41
QUADRO 07: CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUANTIDADE DE ITENS.....	54
QUADRO 08: TIPO DE CONTROLE	60
QUADRO 09: DETALHAMENTO DA POPULAÇÃO	68
QUADRO 10: AMOSTRA	70
QUADRO 11: ATRIBUIÇÃO DO TIPO DE CONTROLE E INDICATIVO DE AÇÃO NEGOCIADA EM BOLSA AOS BANCOS DA AMOSTRA.....	72
QUADRO 12: RELAÇÃO DAS MATRIZES DE BANCOS COM CONTROLE ESTRANGEIRO	73
QUADRO 13: PROVAS NÃO-PARAMÉTRICAS UTILIZADAS.	81
QUADRO 14: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - RELEVÂNCIA.	85
QUADRO 15: TESTE DE FRIEDMAN - RELEVÂNCIA.....	85
QUADRO 16: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - RARIDADE	86
QUADRO 17: TESTE DE FRIEDMAN - RARIDADE.....	87
QUADRO 18: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - PRESENÇA EM INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA.....	88

QUADRO 19: TESTE Q DE COCHRAN - PRESENÇA EM INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA	89
QUADRO 20: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - MATERIALIDADE.....	90
QUADRO 21: TESTE Q DE COCHRAN - MATERIALIDADE.....	91
QUADRO 22: FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO - ANÁLISE EXPLORATÓRIA	92
QUADRO 23: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - INFORMAÇÃO PROPRIETÁRIA	97
QUADRO 24: TESTE Q DE COCHRAN - INFORMAÇÃO PROPRIETÁRIA	98
QUADRO 25: RESULTADO DA CONFIRMAÇÃO DAS SUBCATEGORIAS.....	100
QUADRO 26: RESULTADO DOS TESTES APLICADOS.....	103
QUADRO 27: QUADRO DE ANÁLISE USADO NO ESTUDO DO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL.....	114
QUADRO 28: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIAS ASSOCIADAS A ‘ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS’	123
QUADRO 29: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIAS ASSOCIADAS A ‘ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO’	125
QUADRO 30: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIAS ASSOCIADAS A ‘SISTEMA DE REPORTE INTERNO’	126
QUADRO 31: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIAS ASSOCIADAS A ‘FERRAMENTAS PARA IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO’	128

QUADRO 32: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIAS ASSOCIADAS A ‘TÉCNICAS PARA DIMINUIÇÃO DO RISCO’	129
QUADRO 33: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIA ASSOCIADA A ‘ABORDAGEM PARA AVALIAÇÃO DE CAPITAL’	131
QUADRO 34: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS.....	140
QUADRO 35: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO EXTERIOR	141
QUADRO 36: RESULTADOS DOS TESTES APLICADOS – BANCOS DO PAÍS E BANCOS DO EXTERIOR	154
QUADRO 37: RESULTADOS DOS TESTES APLICADOS – BANCOS COM E SEM AÇÃO EM BOLSA.....	156
QUADRO 38: RESULTADOS DOS TESTES APLICADOS – BANCOS COM CONTROLE NACIONAL E COM CONTROLE ESTRANGEIRO.....	157

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: PRÁTICAS E PRINCÍPIOS RECOMENDADOS PELO COMITÊ DA BASILÉIA	47
FIGURA 02: RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS	51
FIGURA 03: CATEGORIAS DE ANÁLISE	52

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: RESULTADOS DA DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL DE BANCOS DO PAÍS EM 2003 POR SUBCATEGORIA.....	118
TABELA 02: RESULTADOS DA DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL DE BANCOS DO PAÍS EM 2004 POR SUBCATEGORIA.....	119
TABELA 03: RESULTADOS DA DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL DE BANCOS DO EXTERIOR EM 2003 E 2004 POR SUBCATEGORIA	120
TABELA 04: PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO DAS SUBCATEGORIAS AGRUPADO POR CATEGORIA.....	136
TABELA 05: QUANTIDADES MÍNIMA E MÁXIMA DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS.....	161
TABELA 06: QUANTIDADES MÍNIMA E MÁXIMA DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO EXTERIOR.....	162
TABELA 07: PERCENTUAIS MÉDIOS DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS PELOS BANCOS	162
TABELA 08: COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS PELOS BANCOS DE CADA GRUPO ENTRE 2003 E 2004	163
TABELA 09: COMPARATIVO DOS POSTOS MÉDIOS DAS QUANTIDADES DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR ANO PELOS BANCOS DE CADA GRUPO	165

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO ACUMULADA (EXCETO OUTRAS) VERSUS QUANTIDADE DE RESPOSTAS.....	95
--	----

GRÁFICO 02: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - SUBCATEGORIAS	99
GRÁFICO 03: RELEVÂNCIA (POSTOS MÉDIOS POR CATEGORIA EM VALORES PERCENTUAIS).....	104
GRÁFICO 04: MATERIALIDADE (PROPORÇÃO DE RESPOSTAS ‘SIM’ EM VALORES PERCENTUAIS).	105
GRÁFICO 05: RARIDADE (POSTOS MÉDIOS POR CATEGORIA EM VALORES PERCENTUAIS).....	106
GRÁFICO 06: PRESENÇA EM INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA (PROPORÇÃO DE RESPOSTAS ‘SIM’ EM VALORES PERCENTUAIS)	107
GRÁFICO 07: INFORMAÇÃO PROPRIETÁRIA (PROPORÇÃO DE RESPOSTAS ‘NÃO’ POR CATEGORIA EM VALORES PERCENTUAIS).....	108
GRÁFICO 08: FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO (EXCETO OUTRAS) POR CATEGORIA.	110
GRÁFICO 09. QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS PELOS BANCOS DO PAÍS E BANCOS DO EXTERIOR.	138
GRÁFICO 10: QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS EM 2003 E 2004.	139
GRÁFICO 11: QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO EXTERIOR.....	141
GRÁFICO 12: QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS PELOS BANCOS DO PAÍS COM AÇÃO EM BOLSA E SEM AÇÃO EM BOLSA	145
GRÁFICO 13: DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR GRUPO DE BANCOS DO PAÍS COM AÇÃO EM BOLSA E SEM AÇÃO EM BOLSA.	146

GRÁFICO 14: QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS PELOS BANCOS DO PAÍS COM CONTROLE NACIONAL E COM CONTROLE ESTRANGEIRO	149
GRÁFICO 15: DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR GRUPO DE BANCOS DO PAÍS COM CONTROLE NACIONAL E COM CONTROLE ESTRANGEIRO.....	150
GRÁFICO 16: PERCENTUAIS MÉDIOS DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS E POR BANCOS DO EXTERIOR.	153
GRÁFICO 17: PERCENTUAIS MÉDIOS DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS COM AÇÃO EM BOLSA E POR BANCOS DO PAÍS SEM AÇÃO EM BOLSA.....	155
GRÁFICO 18: PERCENTUAIS MÉDIOS DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS COM CONTROLE NACIONAL E POR BANCOS DO PAÍS COM CONTROLE ESTRANGEIRO.....	157

RESUMO

O risco operacional é um tipo de risco financeiro que mobiliza bancos do País e do Exterior, principalmente devido a fraudes e escândalos ocorridos nos últimos anos. O Acordo 'Basileia II' contempla esse risco, em nível de análise internacional. No Brasil, o Comunicado 12.746, do Banco Central do Brasil, de 2004, sinalizou que será requerido dos bancos capital regulamentar relativo a esse risco. Este trabalho buscou verificar o nível de divulgação do risco operacional de 24 maiores bancos com carteira comercial que atuaram no Brasil no período de 2003 e 2004. Subsidiariamente foram verificados os níveis de divulgação de 09 bancos do Exterior, matrizes de bancos do País com controle estrangeiro que fizeram parte do estudo. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, com exame de relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação, empregando-se quadro de análise composto por nove categorias e dezoito subcategorias, baseadas em recomendações do Comitê da Basileia contidas no Pilar 3 do Basileia II, no 'Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional', na revisão teórica e em pesquisa em que foi coletada opinião de profissionais a respeito das categorias. Foram utilizados testes não-paramétricos de *Wilcoxon* e U de *Mann-Whitney* para dar significância estatística às análises dos dados secundários. Foram estudados os anos de 2003 e 2004. Os principais resultados indicaram que os níveis de divulgação no País foram de 17,13% em 2003, e de 24,31% em 2004, e que a divulgação não se distribuiu uniformemente entre os bancos e entre as categorias. Foi verificado aumento do nível de divulgação para bancos sem ação em bolsa, e para bancos com controle nacional. Bancos do Exterior divulgaram 77,78% e 81,48% no mesmo período. Ainda que a gestão desse risco esteja em evolução, tais resultados indicam que há caminho a ser percorrido para que a divulgação do risco operacional no contexto brasileiro seja considerada prática inclusiva no gerenciamento de riscos operacionais em bancos.

Palavras-chave: risco operacional; divulgação; recomendações do Comitê da Basileia.

ABSTRACT

The operational risk is a type of financial risk that mobilizes national and foreign banks, mainly because of frauds and scandals that occurred in the last years. The 'Basel II' Accord contemplates this risk in an international level of analysis, and the 2004 Official notice 12.746 issued by Central Bank of Brazil signaled that regulatory capital relative to this risk will be required from the Brazilian banks. This work aims at the verification of the operational risk disclosure levels of the 24 biggest national commercial banks that acted in Brazil during the period of 2003 and 2004. In addition, the operational risk disclosure levels of nine foreign banks were verified. These are foreign banks' headquarters of local banks with foreign control, which were part of the study. The content analysis technique was used with the examination of annual reports and other disclosure instruments, using an analysis framework of nine categories and eighteen subcategories, based on the Basel Committee recommendations contained in Pillar 3 of Basel II, in the 'Sound Practices for the Management and Supervision of Operational Risk', in the theoretical review and in a research in which were considered professionals' opinions in relation to the categories. Wilcoxon and Mann-Whitney U non-parametric tests were used to give statistical significance to analysis of secondary data. The period that was studied were years 2003 and 2004. The main results showed that the disclosure levels for national banks were of 17.13% in 2003 and 24.31% in 2004, and that the disclosure level was not equally divided between banks and categories. A disclosure level increase was verified for national banks without listing requirements and for national banks with national control. During the same period foreign banks disclosed 77.78% and 81.48%. Despite the fact that the management of this risk is evolving, such results show that there is still a way to be covered so that the operational risk disclosure in the Brazilian context may be considered as an inclusive practice for the banks' operational risk management.

Keywords: operational risk, disclosure, recommendations of the Basel Committee.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

A administração financeira, em especial a tomada de decisão sob condições de incerteza, contempla o estudo do risco. De acordo com BERNSTEIN (1998, p.08) “a palavra ‘risco’ deriva do italiano antigo *risicare*, que significa ‘ousar’. Neste sentido, o risco é uma escolha, em vez de um destino”.¹

As instituições financeiras possuem natureza especial, estando presentes na intermediação entre indivíduos poupadores e tomadores de recursos. Por conta dessa natureza, na administração dessas entidades o risco pode ser considerado um elemento do negócio. Como exemplo de instituições financeiras podem ser citados no Brasil os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e cooperativas de crédito. Tais entidades captam depósitos à vista e são autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Existem diversos tipos de risco aos quais as instituições financeiras estão sujeitas. O risco operacional é um deles, sendo objeto tanto da administração quanto de outros ramos do conhecimento, como contabilidade. O estudo desse risco está presente nas obras de DUARTE Jr. (1996); JORION (1997); HARMANTZIS (2003); CROUHY, GALAY e MARK (2001); MARSHALL (2002); CRUZ (2003) dentre outros.

O risco operacional tem recebido atenção de bancos nos últimos anos. Segundo *International Organization of Securities Commission – IOSCO* (1998, p.05), “a importância da gestão do risco operacional e de controles é destacada pelo colapso do

¹ Tradução do autor a partir do original: “*The word ‘risk’ derives from the early Italian risicare which means ‘to dare’. In this sense, risk is a choice rather than a fate*” (BERNSTEIN, 1998, p.12).

Barings em fevereiro de 1995.” Além disso, bancos brasileiros já demonstram sinais de que estão buscando meios para gerenciar esse risco, tal como indica pesquisa da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN (2004) a respeito de práticas para gerenciamento de riscos operacionais no segmento bancário brasileiro.

O risco operacional tem recebido também a atenção de autoridades reguladoras. De acordo com GARCIA (2003, p.14), “... ao mesmo tempo em que a intensificação e internacionalização das instituições financeiras implicou a necessidade da existência da supervisão bancária mundial, foi necessário também o estabelecimento de regras prudenciais comparativas com a sofisticação das atividades bancárias”.

Segundo BACEN (2002, p.212) “... O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia discute problemas específicos de supervisão bancária e busca fortalecer os padrões de supervisão relacionados com a questão da solvência das instituições”. O Comitê, atuando na esfera do *Bank for International Settlements* (BIS), apresentou o acordo “Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: Uma Estrutura Revisada”, conhecido por ‘Basileia II’ (BIS, 2004a). Este acordo inova, dentre outros pontos, ao contemplar o risco operacional.

O Basileia II subdivide-se em três pilares (BIS, 2004a): O Pilar 1 relaciona-se com exigência de capital para os riscos aos quais as instituições financeiras estão expostas, o Pilar 2 relaciona-se com o processo de revisão da supervisão e o Pilar 3 relaciona-se com a transparência e disciplina do mercado.

O Pilar 3 contém requisitos de divulgação de informações financeiras. Neste trabalho os termos ‘divulgação’, ‘evidenciação’ e ‘*disclosure*’ são considerados sinônimos. Reconhece-se, no entanto, que há autores que consideram o termo ‘*disclosure*’ sem tradução apropriada para o português, os quais preferem manter o

termo em inglês para garantir seu significado original (FERREIRA e ARAÚJO,2004, p.25).

Requisitos de divulgação, como os descritos no Pilar 3, podem ajudar na verificação do nível de divulgação de bancos. Neste trabalho, ‘nível de divulgação’ “pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo negativo de evitar que as demonstrações sejam enganadoras” (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p.515)².

Vale dizer que o Pilar 3 contempla requisitos de divulgação do risco operacional. Segundo CARVALHO, TRAPP E CHAN (2004, p.265), “... é neste último pilar que se insere a discussão sobre a divulgação de informações acerca do grau de exposição ao risco, a fim de que os participantes do mercado possam compreender melhor o perfil de cada instituição. Espera-se, assim, promover uma disciplina de mercado, beneficiando os bancos mais transparentes e bem administrados”.

A divulgação do risco operacional também é mencionada na recomendação do Comitê da Basileia, chamada ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’ - *Sound Practices for the Management and Supervision of Operational Risk* (BIS, 2003b). Esse documento é citado também no texto do Basileia II, ao ser mencionada a abordagem mais simples para avaliar quantitativamente o risco operacional.

A divulgação do risco operacional não é obrigatória no Brasil. No entanto, o Banco Central do Brasil manifestou-se quanto à implementação das diretrizes do Basileia II no País, por meio do Comunicado 12.746, de 09 de dezembro de 2004. Vale destacar no documento a previsão para requerer parcela de capital dos bancos para

² Esse conceito baseia-se no termo ‘divulgação adequada’, que ao lado da ‘divulgação justa’ e ‘divulgação plena’ podem ser empregados para avaliar a quantidade de informação divulgada (idem, 1999, p.515). Escolheu-se o primeiro termo por ser o mais usado dentre os três, segundo os próprios autores.

cobrir riscos operacionais e a previsão da aplicação do Pilar 3 a todas instituições do Sistema Financeiro Nacional - SFN.

A não obrigatoriedade da divulgação do risco operacional não indica necessariamente que acionistas e *stakeholders*³ prescindam desse tipo de informação. Ainda que as técnicas de avaliação de riscos operacionais não estejam totalmente desenvolvidas, segundo BIS (2003b, p.15), “...um banco deve divulgar sua estrutura de gestão do risco operacional, de tal maneira que permitirá a investidores e a contrapartes determinarem se um banco efetivamente identifica, avalia, monitora e controla/mitiga risco operacional.”⁴

Segundo este raciocínio, a divulgação do risco operacional contribui para a transparência e disciplina do mercado (BIS, 1998) e pode ser considerada uma das práticas de governança corporativa em bancos.

De acordo com BIS (1999, p.03), para a indústria bancária, governança corporativa

“... envolve a maneira pela qual os negócios e relações de instituições individuais são governados pelo seu grupo de diretores e gestores seniores, afetando como os bancos: estabelecem objetivos corporativos (incluindo geração de retornos econômicos para proprietários), executam operações diárias de negócios, consideram os interesses de stakeholders reconhecidos, alinham atividades corporativas e comportamentos com a expectativa que os bancos operarão de uma maneira segura e boa, e em conformidade a leis e regulamentos, e proteção dos interesses dos depositantes”.

³ Para este trabalho “*stakeholders*” incluem empregados, clientes, fornecedores e a comunidade. Devido ao papel único dos bancos em economias locais e sistemas financeiros, supervisores e governos são também *stakeholders*” (BIS, 1999, p.03).

⁴ Tradução do autor a partir do original: “... a bank should disclose its operational risk management framework in a manner that will allow investors and counterparties to determine whether a bank effectively identifies, assesses, monitors and controls/mitigates operational risk” (BIS, 2003b, p.15).

Esses argumentos servem para contextualizar este estudo, pois ressaltam o risco operacional como um tipo de risco que vem sendo pesquisado academicamente nos últimos anos, relacionam a divulgação do risco operacional a duas recomendações do Comitê da Basileia (Basileia II e ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’) e, por fim, associam a divulgação do risco operacional à transparência e disciplina do mercado, bem como às práticas de governança corporativa em bancos.

1.2 Formulação do problema

Levando-se em conta os elementos apresentados na introdução deste trabalho, busca-se estudar os níveis de divulgação do risco operacional de bancos com carteira comercial no Brasil, conforme descrito no problema de pesquisa a seguir:

QUAIS OS NÍVEIS DE DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL DE 24 BANCOS COM CARTEIRA COMERCIAL⁵, QUE ATUARAM NO BRASIL NO PERÍODO DE 2003 E 2004, SEGUNDO RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DA BASILÉIA CONTIDAS NO PILAR 3 DO BASILÉIA II E NO ‘BOAS PRÁTICAS PARA O GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO DO RISCO OPERACIONAL’?

1.3 Definição dos objetivos da pesquisa

O objetivo geral deste estudo consiste em verificar quais os níveis de divulgação do risco operacional de 24 bancos com carteira comercial, que atuaram no Brasil no

⁵ ‘Banco com carteira comercial’ é, para os efeitos deste estudo, o “conglomerado bancário ou instituição financeira independente que seja Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica” (BACEN, 2005b).

período de 2003 a 2004, segundo recomendações do Comitê da Basileia contidas no Pilar 3 do Basileia II e no 'Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional'.

Para que seja atingido o objetivo geral, buscam-se os seguintes objetivos específicos:

- Associar a divulgação do risco operacional às recomendações contidas no Pilar 3 do Basileia II e no 'Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional'.
- Mensurar o nível de divulgação do risco operacional, a partir das informações divulgadas em 2003 e 2004, para cada um dos 24 bancos da amostra.
- Comparar o nível de divulgação do risco operacional dos bancos, segundo categorias construídas a partir de recomendações contidas no Pilar 3 do Basileia II e no 'Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional'.
- Verificar a existência ou não de diferenças entre o nível de divulgação do risco operacional em 2004 e o nível de divulgação do risco operacional em 2003.
- Verificar a existência ou não de diferenças entre o nível de divulgação do risco operacional dos bancos com ações em bolsa e o nível de divulgação do risco operacional dos bancos sem ações em bolsa.
- Verificar a existência ou não de diferenças entre o nível de divulgação do risco operacional dos bancos com controle nacional e o nível de divulgação do risco operacional dos bancos com controle estrangeiro.

1.4 Justificativas teórica e prática

A divulgação de estratégias e políticas de riscos financeiros pode contribuir para melhor análise do risco x retorno feita pelos *stakeholders*. Segundo UEMA (2003, p.09), “atingindo o nível adequado de transparência, potenciais financiadores da instituição podem, por exemplo, exigir maior remuneração sobre o montante a ser investido ao perceber que a instituição está adotando estratégias e procedimentos que acarretem maior risco, ou seja, melhor evidenciação possibilita melhor análise risco x retorno”.

A divulgação do risco operacional é fonte de poucas pesquisas teórico-empíricas, o que torna relevante explorar o assunto. No item 2.5.1 são apresentados estudos já realizados no Exterior e no Brasil.

A divulgação de riscos (inclusive o risco operacional) complementa a atividade de supervisão bancária e contribui para a disciplina do mercado.

Segundo BACEN (2000, p.32),

“... para que as forças de mercado funcionem efetivamente, ajudando assim a desenvolver um sistema financeiro estável e eficiente, os participantes do mercado precisam ter acesso a informações corretas e oportunas. A divulgação de informações é, portanto, um complemento da supervisão. Por essa razão, deve ser exigido dos bancos que divulguem para o público, de forma completa e ordenada, as informações referentes a suas atividades e posição financeira. Essas informações devem ser oportunas e em quantidade suficiente para que os participantes do mercado avaliem os riscos inerentes a qualquer organização bancária.”

Além disso, a divulgação do risco pode colaborar para os esforços em aumentar a transparência das demonstrações financeiras de bancos que atuam no Brasil, em consonância com recomendações internacionais. Vale dizer que o Comitê da Basileia acredita que a promoção da divulgação baseada no Basileia II “...é um meio efetivo de informar ao mercado sobre uma exposição de risco do banco, e fornece uma consistente e compreensível estrutura de divulgação que promove a comparabilidade⁶” (BIS, 2004a, p.175).

Segundo *Financial Stability Institute* – FSI, o Basileia II “não apenas promove avanços na gestão de riscos e alocação de capital regulatório, mas também incrementa uma variedade de desafios de implementação tanto para supervisores quanto para bancos” (BIS, 2004c, p.01).

Em pesquisa sobre a implementação do Basileia II na América Latina, realizada pelo FSI (BIS, 2004b, p.05), foi destacado que apesar dos esforços em promover a transparência e disciplina do mercado, três desafios-chave foram lembrados nas propostas de implementação: balanço entre transparência e confidencialidade; mudança cultural representada pela divulgação de tempestiva e relevante informação em uma base contínua; responsabilidade dos supervisores em avaliar a adequação e acurácia da informação evidenciada pelos mercados.

No Brasil, o Comunicado 12.746, do Banco Central, de 09 de dezembro de 2004, apresenta “os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital - Basileia II” (BACEN, 2004). Neste documento, está descrito que para cada ação correspondente ao Pilar 1 serão tomadas ações correspondentes nos Pilares 2 e 3. Dentre essas ações, estão descritas aquelas relativas ao risco operacional (ver Quadro 01).

⁶ Comparabilidade “é a qualidade da informação contábil que se refere à possibilidade de propiciar ao usuário o discernimento da evolução, no tempo, da entidade observada ou comparações entre entidades distintas, não devendo, entretanto, constituir entrave para a evolução qualitativa da informação” (IUDÍCIBUS, MARION e PEREIRA, 2003, p.44).

QUADRO 01: PREVISÃO PARA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL DE DIRETRIZES BASEADAS NO BASILÉIA II (RISCO OPERACIONAL)

Até fim de 2005	Desenvolvimento de estudos de impacto junto ao mercado para as abordagens mais simples previstas em Basiléia II para risco operacional.
Até fim de 2007	Estabelecimento de parcela de requerimento de capital para risco operacional (abordagem do indicador básico ou abordagem padronizada alternativa).
2008-2009	Divulgação dos critérios para reconhecimento de modelos internos para risco operacional.
2009-2010	Estabelecimento de cronograma de validação para abordagem avançada de risco operacional.
2010-2011	Validação de metodologias internas de apuração de requerimento de capital para risco operacional.

FONTE: Adaptado do Comunicado 12.746 do Banco Central.

Em resumo, este trabalho é relevante do ponto de vista teórico e prático, pois a divulgação do risco operacional,

- pode contribuir para melhor análise do risco x retorno feita pelos *stakeholders*;
- é fonte de poucas pesquisas teórico-empíricas, o que torna relevante explorar o assunto;
- complementa a atividade de supervisão bancária e contribui para a disciplina do mercado;
- pode colaborar para os esforços em aumentar a transparência das demonstrações financeiras de bancos que atuam no Brasil, em consonância com recomendações internacionais;
- busca contribuir para discussões acerca da divulgação do risco operacional no escopo brasileiro, bem como para a aplicabilidade das recomendações do Comitê da Basiléia relativas à divulgação do risco operacional no País.

1.5 Estrutura da dissertação

Este trabalho de pesquisa foi elaborado em 5 capítulos. O primeiro capítulo contém a introdução e apresenta tema, problema, objetivo geral, objetivos específicos, e a justificativa teórica e prática do estudo, bem como a estrutura desta dissertação.

A segunda parte apresenta a base teórico-empírica. A revisão buscou destacar três tópicos: o risco operacional, a divulgação e as recomendações do Comitê da Basileia, especialmente o Pilar 3 do Basileia II e o 'Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional'. Da revisão emergiram categorias e subcategorias de análise.

A terceira parte apresenta a metodologia de pesquisa, com especificação do problema, perguntas de pesquisa e definições constitutiva e operacional das variáveis, e a definição de outros termos usados na pesquisa. Na parte referente ao delineamento da pesquisa foram apresentadas a população e a amostra de bancos que fizeram parte do estudo, bem como foram indicados os dados coletados, o tratamento desses dados e apresentadas as limitações da pesquisa.

A quarta parte apresenta a descrição e análise dos dados, sendo dividida em duas: uma envolvendo dados primários e outra relacionada a dados secundários. Buscou-se coletar as opiniões de profissionais a respeito das categorias e subcategorias de análise, as quais subsidiaram a constituição de quadro de análise previamente elaborado a partir da revisão teórica. O quadro de análise foi utilizado nas análises dos dados secundários relativos aos relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação dos bancos da amostra. A análise desses dados secundários foi dividida em análise por subcategoria e categoria, bem como em análise por grupos de bancos.

Finalmente, a quinta parte apresenta a conclusão do estudo, em que são discutidos os resultados obtidos nas análises, respondidas as perguntas de pesquisa e são apresentadas sugestões para estudos futuros.

2. BASE TEÓRICO-EMPÍRICA

2.1 Introdução

A partir dos anos cinquenta do século passado, mudanças fundamentais começaram a acontecer nas finanças corporativas. De acordo com JENSEN e SMITH (1984), “a estrutura lógica da tomada de decisão implica que melhores respostas para questões normativas passaram a ocorrer quando o tomador de decisão tinha um conjunto mais rico de teorias positivas que forneciam melhor entendimento das conseqüências de suas escolhas.” Tais teorias estão no Quadro 02.

QUADRO 02: TEORIAS FINANCEIRAS.

Teoria da Irrelevância da Estrutura de Capital. (1958) Modigliani e Miller.	Análise do valor de mercado de uma empresa como independente da composição de sua estrutura de capital, sob o pressuposto de mercados perfeitos.
Teoria dos Mercados Eficientes. (1965 e 1966) Samuelson e Mandelbrot.	Análise do comportamento de mudança dos preços através do tempo em mercados especulativos.
Teoria do Portfólio. (1952) Markowitz .	Análise dos procedimentos de seleção das <i>securities</i> ótimas para todo portfólio de <i>securities</i> do investidor.
Teoria da Precificação de Ativos de Capital. (1964 e 1965) Sharpe e Lintner.	Análise dos determinantes de preços dos ativos sob condições de incerteza.
Teoria da Precificação de Opções. (1973) Black e Scholes	Análise dos determinantes de preços de pedidos contingentes tais como opções de <i>call</i> e bônus corporativos.
Teoria da Agência. (1976) Jensen e Meckling.	Análise do controle de conflitos de incentivo em relações contratuais.

FONTE: Adaptado de JENSEN e SMITH (1984, p.03); MODIGLIANI e MILLER (1958, p.08).

Desse conjunto de teorias destaca-se a Teoria do Portfólio, em função de sua contribuição para o entendimento do conceito de risco; ponto de partida para o estudo do risco operacional.

2.2 Risco

Na Teoria do Portfólio (MARKOWITZ,1952), o conceito de risco é associado ao desvio-padrão de retornos esperados. Segundo BERNSTEIN (1998, p.249), Markowitz está colocado entre aqueles que acreditam no comportamento humano como o de um tomador de decisão racional. Ao tratar a questão da seleção do melhor conjunto de ativos para se investir, mostrou que, ao diversificar o investimento levando em conta a correlação negativa entre ativos, seria possível reduzir a variância dos retornos esperados.

De acordo com BERNSTEIN (1998, p.257 - 259), o trabalho de Markowitz sofreu críticas, por exemplo: investidores não são racionais o bastante em suas tomadas de decisão; a variância dos retornos não é boa aproximação do risco. Apesar dessas críticas, a teoria do portfólio forneceu a base para trabalhos teóricos em finanças que se seguiram, e sustentou grande variedade de aplicações ao longo do tempo.

Na literatura de finanças, o risco está muitas vezes associado ao conceito de incerteza, sendo importante diferenciá-los. Segundo MARSHALL (2002, p.37), “...risco se aplica a resultados que, embora não certos, tenham probabilidades que possam ser estimadas pela experiência ou por dados estatísticos (...) a incerteza está presente quando o resultado não pode ser previsto, nem mesmo em um sentido probabilístico”.

Por fim, na atividade financeira, o risco pode ser considerado um elemento do negócio, presente nas atividades de intermediação. Os tipos de riscos serão detalhados a seguir.

2.3 Tipos de risco

Há muitas tipologias de risco que atendem a diversas finalidades. Para este trabalho será usada como base a classificação do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia contida no documento “*Core Principles for Effective Banking Supervision (Basel Core Principles)*” (BIS,1997). Escolheu-se esta tipologia porque discorre a respeito de riscos enfrentados por bancos, entidades objeto deste estudo, e porque o referido documento serve como referência para órgãos supervisores e autoridades públicas (BACEN, 2000, p.17).

Em BIS (1997), estão descritos os seguintes tipos de risco: risco de crédito, risco país e de transferência, risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de liquidez, risco legal, risco reputacional e risco operacional. Subsidiariamente acrescenta-se a essa tipologia o risco estratégico, da forma descrita por MARSHALL (2002).

O risco de crédito relaciona-se, segundo BIS (1997, p.21), com “...inadimplência de uma contraparte em atuar de acordo com uma disposição contratual.” Segundo CAOINETTE, ALTMAN E NARAYANAN (1999, p.3), “...o risco de crédito é consequência de uma transação financeira contratada e/ou contingencial entre o fornecedor de fundos e o usuário desses fundos.” Por exemplo, a possibilidade de o tomador de empréstimo não efetuar o pagamento.

O risco país pode ser conceituado, segundo BIS (1997, p.22), como o “... risco associado com o ambiente econômico, social e político do país de origem do tomador.” Por exemplo, a possibilidade de perda por causa da restrição à saída de recursos do país em decorrência de decisões de governo soberano.

O risco de transferência, conforme BIS (1997, p.22), é um componente do risco país “... que surge quando a obrigação do tomador não está denominada na moeda local.

A moeda da obrigação pode estar indisponível para o tomador independente de sua condição financeira particular”.

O risco de mercado, para BIS (1997, p.22), é entendido como “... risco de perdas em posições dentro ou fora de balanços que surgem a partir de movimentos em preços de mercado.(...) um elemento específico do risco de mercado é o risco cambial.” O risco cambial decorre de se assumirem posições em moeda diferente da moeda local. Exemplo: aquisição de obrigação em dólar, mas com recebimento da receita em reais gera exposição a risco cambial decorrente da flutuação da cotação negociada entre as moedas.

Risco de taxa de juros, segundo BIS (1997, p. 22), “refere-se à exposição de uma condição financeira de um banco a movimentos adversos nas taxas de juros. Este risco afeta tanto os ganhos de um banco, quanto o valor econômico de seus ativos, obrigações e instrumentos fora do balanço.” Exemplo: mudança na taxa de juros altera resultado do investimento em títulos de renda fixa.

Risco de liquidez, conforme BIS (1997, p.22), “... advém da falta de habilidade de um banco para acomodar reduções em suas obrigações ou para consolidar aumentos em ativos.” Exemplo: a possibilidade de uma transação não ser concretizada ao preço esperado devido a insuficiente atividade do mercado. Segundo BIS (1997, p.22), “... em casos extremos, liquidez insuficiente pode levar à insolvência de um banco.”

Risco Legal, segundo BACEN (2000, p.19), é o “... risco de desvalorização de ativos ou de valorização de passivos com intensidades inesperadamente altas por conta de pareceres ou documentos legais inadequados ou incorretos.” Segundo BIS (1997, p.25) “bancos são particularmente suscetíveis a riscos legais quando entram em novos tipos de transações e quando o direito legal de uma contraparte para entrar numa transação não está estabelecido.”

Risco reputacional, segundo BIS (1997, p.25), “... advém de falhas operacionais, falhas para se conformar a leis relevantes e regulamentos, ou outras fontes. Risco reputacional é particularmente danoso para bancos, visto que a natureza de seus negócios requer manter a confiança dos seus depositários credores e do mercado em geral.” Por exemplo, a possibilidade de perda decorrente da inadequação à legislação vigente.

O risco estratégico, conforme MARSHALL (2002, p.436), “é o risco de se implementar uma estratégia malsucedida ou ineficaz que fracasse em alcançar os retornos pretendidos. Muitos riscos estratégicos derivam de ameaças feitas por diferentes envolvidos no âmbito mais amplo da empresa, todos os quais têm objetivos e motivações potencialmente conflitantes”. Além disso, conforme MARSHALL (2002, p.20), “a gestão do risco estratégico é inerentemente mais aberta e se baseia nas ferramentas e estruturas utilizadas por planejadores estratégicos (como a análise de cenários)”. Por fim, o risco operacional, objeto deste estudo, será descrito a seguir.

2.4 Risco operacional

Esta parte busca conceituar e tipificar o risco operacional, mostrar abordagens para o estudo desse risco, descrever aspectos de gestão do risco e apresentar outros estudos da área que dizem respeito ao tema.

2.4.1 Conceito e tipologia

Risco operacional não é um tema pacífico na literatura. Isto acontece porque, segundo CROUHY, GALAI E MARK (2001, p.475), “... é difícil fazer uma clara

distinção entre risco operacional e as incertezas ‘normais’ enfrentadas pelas organizações em suas operações diárias.” Apesar disso, diversos autores e autoridades reguladoras buscaram conceituar e tipificar esse risco.

Segundo DUARTE Jr. (1996, p.27), “risco operacional está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.” O autor indica que o risco operacional é um dos quatro grandes grupos de risco, ao lado do risco de crédito, risco de mercado e risco legal.

Para JORION (1997, p.16), “risco operacional refere-se a perdas potenciais resultantes de sistemas inadequados, falha de gerenciamento, falha nos controles, fraude ou erro humano.” Continuando, o autor enquadra risco operacional dentre um dos tipos de riscos financeiros, ao lado do risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco legal.

Segundo IOSCO (1998), risco operacional

“é o risco que operações impróprias de processamento de transações ou sistemas de gerenciamento resultem em perdas financeiras. Risco Operacional compreende o risco de perdas devido à quebra em controles da firma incluindo, mas não limitado a, excesso de limites não identificados, negociação não autorizada, fraude em negociações ou nas funções de back-office incluindo contabilizações e registros inadequados, e uma falta de controles contábeis internos básicos, pessoal inexperiente e sistemas de computador facilmente acessíveis e instáveis.”

De acordo com BIS (2004a, p.137), “risco operacional é definido como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, pessoas e sistemas,

ou eventos externos. Esta definição inclui risco legal, mas exclui risco estratégico e reputacional.”

Este trabalho utiliza o conceito de risco operacional proposto pelo BIS (2004a) por dois motivos: além de ser usado nas recomendações do Comitê da Basileia descritas na revisão teórica deste estudo, tal conceituação “...foi adotada vinda da indústria como parte do trabalho do Comitê em desenvolver uma alocação mínima de capital regulatório para risco operacional” (BIS, 2003b, p.02).

O conceito de risco operacional utilizado enumera fatores de risco: processos, pessoas, sistemas e eventos externos. Segundo MARSHALL (2002, p.52), “existe um componente aleatório no fator”. Em outras palavras, é possível que os fatores sejam gerenciados, mas não totalmente controlados.

Outra característica dos fatores de risco é que “...Podem ser intrínsecos a produtos e processos específicos ou extrínsecos à empresa como parte de seu ambiente competitivo mais amplo” (MARSHALL, 2002, p.52).

É útil diferenciar fator de risco e evento de perda. Enquanto um fator de risco representa estado ou condição contínua, um evento de perda “é uma ocorrência ou acontecimento” (MARSHALL, 2002, p.41). Por exemplo, existe o fator ‘pessoas’, mas também há o evento de perda ‘fraude provocada por empregado na data Y de valor Z’.

O Quadro 03 apresenta fatores de risco e categorias de eventos de perda. Tais categorias guardam relação com os tipos de eventos presentes em BIS (2001b, 2003b). Segundo PEREIRA (2004a, p.47), “nota-se que a categorização dos eventos de perda auxilia na identificação dos fatores de riscos, com os quais se possibilita sistematizar o entendimento das causas de risco operacional dentro da instituição”.

QUADRO 03: FATORES DE RISCO E EVENTOS DE PERDA

Fatores	Categorias de Eventos de Perda
• Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Fraudes internas • Fraudes externas
• Sistemas	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas empregatícias e segurança no trabalho • Perdas ligadas a clientes, produtos e práticas de negócio
• Processos	<ul style="list-style-type: none"> • Danos a ativos físicos • Interrupção de negócios e falhas em sistemas tecnológicos
• Eventos Externos	<ul style="list-style-type: none"> • Falhas de execução, de distribuição ou de processos gerenciais

FONTE: Adaptado de PEREIRA (2004a, p.48)

Outra classificação, por sete tipos de evento de perda para o risco operacional, está apresentada no Quadro 04. As categorias estão descritas até o nível 02. Essa classificação está baseada nos estudos relacionados ao tratamento regulatório do risco operacional feitos pelo Comitê da Basiléia.

QUADRO 04: DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE EVENTO DE RISCO OPERACIONAL

Categoria de tipo de evento (nível 1)	Definição	Categoria (nível 2): Alguns Exemplos
Fraudes internas	Perdas devidas a atos com intenção de defraudar a instituição, violar regulamentos, a lei ou políticas internas (exclui discriminação), que envolvam ao menos uma parte interna.	Atividade não autorizada, roubo e fraude.
Fraudes externas	Perdas devidas a atos com a intenção de defraudar a instituição, violar regulamentos, a lei ou políticas internas (exclui discriminação), que sejam cometidos por uma terceira parte.	Roubo e fraude, segurança de sistemas.
Práticas empregatícias e segurança no ambiente de trabalho	Perdas devidas a atos inconsistentes com as condições empregatícias. Violações de acordos sanitários ou de segurança trabalhista ou perdas com danos de acidentes de trabalho ou de ações de discriminação de qualquer tipo (inclui assédio sexual).	Relações trabalhistas, ações na justiça do trabalho, segurança no ambiente de trabalho, diversidade.
Clientes, produtos e práticas de negócio	Perdas oriundas de falhas em cumprir obrigações com clientes ou perdas por causa de desenhos/estruturas de produtos.	Prática de negócio imprópria, falhas em produtos, falhas em conselhos/consultoria,etc.
Danos a ativos físicos	Perdas oriundas de danos a ativos físicos.	Desastres e outros eventos.
Interrupção de negócios e falhas nos sistemas	Perdas devidas a qualquer interrupção do negócio ou falhas em sistemas.	Sistemas.
Execução, entrega e gestão de processos	Perdas oriundas de falha no processamento de transações, ou gestão de processos, de relações com parceiros comerciais e <i>vendors</i> .	Captura de Transações, Execução e Manutenção, Monitoramento e reporte, Admissão de cliente e documentação, Gestão da conta de usuários / clientes, Parceiros de Negócio, Fornecedores e <i>vendors</i> .

FONTE: Adaptado de CRUZ (2003, p.495) e BIS (2001b, p.37).

2.4.2 Abordagens qualitativa e quantitativa

Pode-se estudar o risco operacional por meio de abordagens qualitativa e quantitativa. A partir da descrição das iniciativas regulatórias e setoriais para a gestão do risco operacional feita em MARSHALL (2002, p.27-34), apresenta-se a divisão que

segue. São acrescidos modelos quantitativos a essa sugestão, sendo apresentados alguns estudos relacionados com cada abordagem.

2.4.2.1 Abordagem qualitativa

Padrões qualitativos, para MARSHALL (2002, p. 27), “... definem boas práticas no campo operacional ou especificam diretrizes gerais para a avaliação da qualidade de processo e de controle”. Podem subdividir-se em diretrizes de controle interno, de qualidade para processos e recursos e diretrizes setoriais de boas práticas operacionais. Exemplos estão descritos a seguir.

- Diretrizes de Controles Internos: estudo desenvolvido em 1992, pelo *Committee of Sponsoring Organizations* – COSO; trabalho desenvolvido pelo Comitê da Basileia em 1998 intitulado *Framework for Internal Control System in Banking Organizations* (BIS, 1998) e, no Brasil, a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) número 2.554, de 24 de setembro de 1998, dispondo sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos nas instituições financeiras.
- Diretrizes de qualidade dos processos referem-se, segundo MARSHALL (2002), a normas sobre a gestão da qualidade total (GQT) divulgadas pela *International Standard Organization* – ISO.
- Diretrizes setoriais de boas práticas operacionais: Destacam-se, segundo MARSHALL (2002), os esforços do grupo de bancos de investimento globais

conhecido como Grupo dos Trinta - G30, datado de 1993. Acrescenta-se a este item o trabalho do Comitê da Basileia divulgado em fevereiro de 2003, intitulado 'Boas Práticas Para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional' - *Sound Practices for the Management and Supervision of Operational Risk*. Este último documento é detalhado no item 2.6.2 deste trabalho.

Pode ser citado como exemplo de pesquisa qualitativa o trabalho de TRAPP (2004), o qual foi um estudo de caso em que se buscou “analisar a avaliação e gerenciamento do risco operacional, detectando instrumento de medida e análise em instituição financeira de grande porte”. A autora definiu quadro com parâmetros para identificar o estágio de gestão do risco operacional na entidade, baseado em estudos anteriores do *Risk Management Association* - RMA (2000).

De acordo com TRAPP (2004, p.108), os resultados da pesquisa sugerem “que a instituição financeira encontra-se em um estágio intermediário quanto ao desenvolvimento de gestão do risco operacional. Observa-se, entretanto, que esse assunto ainda encontra-se em estágio inicial não só no Brasil, mas internacionalmente”.

2.4.2.2 Abordagem quantitativa

Aqui serão mencionadas idéias básicas do Valor em Risco (*Value At Risk* - VaR) aplicado ao risco operacional, modelos quantitativos, tal como foi descrito por CRUZ (2003) e exigência de capital para o risco operacional.

Segundo JORION (1997, p. xiii), o VaR “mede a pior perda esperada em um dado intervalo de tempo sob condições normais de mercado a um dado intervalo de

confiança.” Os modelos de VaR, segundo CRUZ (2003,p.498), “começaram a ser apresentados e usados no setor financeiro no início da década de 1990”. O VaR foi usado no início para risco de mercado, hoje é padrão para mensurar esse risco; depois foi usado para o risco de crédito.

Já o VaR Operacional (também chamado VaRO) “...é calculado a partir de uma base de dados obtidos na observação de desempenhos passados ou da previsão de desempenhos futuros, das exposições e perdas associadas aos diversos processos ou linhas de negócios” (CARVALHO, 2003, p. 479).

CRUZ (2003) apresenta abordagem quantitativa para mensurar o risco operacional. De acordo com o autor (idem, 2003, p.492), “...a volatilidade total dos resultados poderia ser mais bem explicada se considerássemos também a volatilidade dos custos causada por perdas operacionais inesperadas (...) para fazer essa análise precisamos decompor o risco em vários fatores.”

O trabalho de DOTI (2004), apesar de não ser voltado ao setor bancário, contém estudo quantitativo em que se utilizou a técnica do *Value at Risk* operacional e “teve como objetivo inicial apurar uma estimativa de perda com fraude de subscrição para um período de 5 anos para as empresas de telecomunicações do Brasil” (idem, 2004, p.91). A fraude consta no Quadro 03 como evento de perdas operacionais.

Segundo DOTI (2004, p.91) “O resultado apurado de R\$ 12,6 bilhões comprova a justificada preocupação das empresas desse setor em encontrar mecanismos na gestão de tal tipo de perda de receita, representando 5% da receita bruta total da indústria”. Outra contribuição do estudo é que não foi verificada relação significativa entre o valor de mercado e as perdas agregadas, além de ser constatada a inexistência de consenso sobre modelos de confiabilidade para *Value at Risk* (idem, 2004, p.91).

Por sua vez, PEREIRA (2004a) buscou “indicar parâmetros para avaliação do risco operacional capazes de auxiliar a gestão desse tipo de risco em instituições financeiras”. Analisaram-se, empiricamente, séries temporais tanto da frequência como da severidade dessa categoria de eventos de perda. A amostra foi de 15.505 eventos relacionados a fraudes externas ocorridas numa instituição financeira brasileira no período de janeiro de 2000 a outubro de 2003.

As conclusões deste trabalho, segundo PEREIRA (2004a, p.97):

“... confirmam a influência do ambiente externo no risco operacional das instituições financeiras. Além disso, os resultados encontrados são importantes na medida em que servem de auxílio para as instituições em suas decisões de implementar ações de modo a alocar adequadamente capital em decorrência dessas perdas, o que também conduz a uma vantagem competitiva”.

Por fim, MARSHALL (2002, p.30) lembra que, “...é precisamente o impulso nas exigências regulamentares de capital com base em avaliações das exposições de mercado e de crédito dos bancos que está provocando muitas avaliações de risco operacional.” A exigência de capital será descrita no item 2.6.1, deste trabalho, ao se estudar o Basileia II.

2.4.3 Gestão do risco operacional

De acordo com RMA (2000, p.41), “gestão de risco tem início com a determinação de estratégias e objetivos da instituição e subseqüentes objetivos para unidades de negócios.” Estratégia, segundo CHANDLER (1995, p.13), é a “determinação de objetivos básicos de longo alcance de um empreendimento, e a

adoção de cursos de ação e a alocação de recursos necessários para alcançar esses objetivos.”

Além das estratégias, também são estabelecidas políticas (RMA, 2000). De acordo com MARSHALL (2002, p.111), políticas “... codificam tanto o apetite da empresa por risco quanto seus principais processos, limites, alvos de desempenho baseado em risco e procedimentos para gerir o risco.” Neste escopo podem ser discutidos procedimentos que contribuam para integração de resultados obtidos na gestão do risco operacional e na gestão de outros riscos ao qual o banco está exposto, como risco de crédito e de mercado.

A gestão do risco operacional “está intimamente ligada à maneira como as instituições estão organizadas estruturalmente” (PEDOTE, 2002, p.22). Estrutura organizacional é “a soma total das maneiras pela qual o trabalho é dividido em tarefas distintas e como é feita a coordenação dessas tarefas” (MINTZBERG, 1995, p.10).

A estrutura organizacional pode conter comitês em que são discutidos aspectos de riscos do banco num nível intermediário entre gestor sênior e grupo de diretores⁷. Além disso, dependendo do desenvolvimento da área de risco operacional, o foco pode ser as atividades de controles internos ou, em estágios mais avançados, chegar até a uma estrutura específica para o risco operacional com atividades de gestão distribuídas (RMA,2000).

Segundo BIS (2003b, p.02) a gestão do risco operacional, pode ser entendida como “... identificação, avaliação, monitoramento e controle/mitigação do risco.” É processo sistêmico (MARSHALL, 2002).

⁷ Neste estudo o gestor sênior tem funções executivas, e o grupo de diretores não tem funções executivas e supervisiona o gestor sênior. Isso não elimina a possibilidade de essas funções serem legalmente incorporadas por um indivíduo. Adota-se aqui posição similar à recomendada pelo Comitê da Basileia: Os termos ‘grupo de diretores’ e ‘gestor sênior’ são usados “não para identificar construtos legais, mas para nomear duas funções de tomada de decisão em um banco” (BIS,2003b, p.04).

A identificação do risco operacional corresponde, segundo PEDOTE (2002, p. 25), ao “mapeamento das diversas atividades de cada uma das áreas de negócios e de suporte da instituição financeira e dos riscos inerentes a essas atividades”.

A avaliação comumente envolve a mensuração do risco operacional. De acordo com PEDOTE (2002, p.25), a mensuração “... corresponde à definição da técnica estatística e das variáveis qualitativas e quantitativas que permitem estimar perdas potenciais em função de falhas no controle dos riscos operacionais.” Ainda segundo PEDOTE (2002, p.45), “A mensuração do risco operacional requer tanto a estimativa da probabilidade de ocorrência de evento de perda, quanto o potencial do tamanho da perda”.

O monitoramento também faz parte da gestão, sendo associado, por exemplo, ao uso de sistema de relatórios que permita o reporte de perdas operacionais. O reporte é considerado um dos componentes da gestão de risco por autores como HARMANTZIS (2003), CROUHY, GALAI E MARK (2001) e MARSHALL (2002). Segundo MARSHALL (2002) “a compreensão da situação do sistema de controle de risco como um todo em épocas diferentes requer uma estrutura de relatórios sistêmicos”.

Embora o risco operacional não possa ser extinto, pode-se buscar sua diminuição por meio do controle/mitigação. Contribui para controle do risco a conscientização do corpo funcional, seja por treinamento ou disseminação de princípios de controles internos.

Técnicas para mitigação, conforme RMA (2000, p.42),

“são controles específicos ou programas desenhados para reduzir a exposição, freqüência ou severidade de um evento. Os controles podem também eliminar ou transferir um elemento do risco operacional. Exemplo: inclui planos de

contingência e continuidade de negócios, segurança da informação, revisões de conformidade, gestão de projetos, integração de projetos e seguro.”

Alguns trabalhos apresentam estruturas para gestão do risco operacional, como HARMANTZIS (2003), MARSHALL (2002) e BIS (2003b). Este último, por ser uma das recomendações do Comitê da Basileia, está descrito no item 2.6.2 deste trabalho.

HARMANTZIS (2003) sugere estrutura, descrita no Quadro 05, que fornece uma visão ampla de perdas e permite aos bancos gerenciar o risco operacional, não importando se os riscos decorrem de processos operacionais, recursos, sistemas ou eventos externos.

QUADRO 05: ESTRUTURA DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL.

Identificação e avaliação de riscos	É feita por meio de um programa de auto-avaliação e controle de riscos. Gestores de linhas de negócios identificam processos-chave, riscos e controles nesses processos, lacunas e planos de ação para fechar essas lacunas. Eles podem também avaliar o impacto e probabilidade do risco, de uma forma quantitativa.
Quantificação e mensuração de riscos	Estrutura quantitativa segue o que é sugerido para abordagens mais avançadas, tal que o risco operacional possa ser medido adequadamente. Tipicamente, indicadores de exposição a riscos, por exemplo, renda bruta, perdas passadas e direcionadores/indicadores-chave de risco constituem a base de dados interna. Disponibilidade e integridade de dados internos, bem como relevância de dados externos são tópicos importantes. Perfil de risco, fornecido pelas auto-avaliações de controle de risco, constituem também informações fundamentais.
Análise de riscos, monitoramento e reporte	Análise contribui para a integração do risco e desempenho do negócio, tornando os riscos transparentes e identificando lacunas. Monitoramento dos riscos operacionais, direcionadores/indicadores-chave de risco e planos de ação devem refletir mudanças no empreendimento e aumentam a prevenção. <i>Performances</i> de gestão de risco, que ligam o risco à criação de valor, tornam-se importantes. Relatórios consolidados cobrindo o empreendimento, apropriados para vários níveis de gestão, inclusive o grupo de diretores.
Alocação de capital do risco - <i>Operational capital at risk (CaR)</i>	É calculado para cada linha de negócio, para proteger de perdas inesperadas durante certo horizonte de tempo e percentil, por exemplo, 1 ano e 99,9% de VaR Operacional.
Gestão e mitigação de risco	Consiste de sofisticadas alternativas de financiamento e transferência (por meio de programas de seguro), bem como planos de contingência e continuidade de negócios atualizados. Comunicação contínua torna os riscos transparentes, treinamento e partilhamento das melhores práticas. Melhoria de processos e controles, resulta em menor perfil de risco.

FONTE: Adaptado de HARMANTZIS (2003)

Finalmente, no estudo de MARSHALL (2002, p.22), são descritas as seguintes atividades ligadas à gestão de riscos operacionais: identificação do risco, medição do risco; prevenção de perdas operacionais; mitigação do impacto da perda após sua ocorrência, por meio da redução da sensibilidade da empresa ao evento; previsão de perdas; transferência do risco a terceiros externos presumivelmente mais bem capacitados a lidar com o risco; mudança da forma do risco para outro tipo de risco e lidar com aquele risco; alocação de capital para cobrir riscos operacionais.

2.5 Divulgação

De acordo com HENDRIKSEN e VAN BREDA (1999, p.512), é a “veiculação de informação financeira a respeito de uma empresa dentro de um relatório financeiro, geralmente o relatório anual.”

HENDRIKSEN e VAN BREDA (1999) trazem contraste ao conceito de divulgação, tornando-o mais amplo ou mais restrito. Num sentido amplo, englobaria até informações geradas por terceiros, como analistas e agências de classificação de risco, a respeito da companhia. Num sentido restrito refere-se a informações contidas nas demonstrações financeiras, objeto de pesquisas ligadas ao reconhecimento e mensuração da informação.

A divulgação pode ser obrigatória, quando exigida por lei; ou voluntária, quando é feita discricionariamente pela companhia (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999).

A divulgação pode relacionar-se com a eficiência de mercados (PEREIRA, 2004b). A teoria (ou hipótese) de eficiência de mercados possui referência nos trabalhos de Eugene Fama, sendo descrita em três níveis: fraca, semiforte e forte. A Teoria dos Mercados Eficientes foi mencionada no Quadro 02.

A divulgação pode relacionar-se com *accountability*. Segundo NAKAGAWA (1993, p.17), “*accountability* é a obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder”.

A divulgação pode ajudar a reduzir as assimetrias de informação entre quem detém o controle e quem detém a propriedade da companhia. Esses argumentos têm amparo na Teoria da Agência, de JENSEN e MECKLING (1976). Essa teoria, citada no Quadro 2, ajuda a compreender relacionamentos⁸ que envolvem esforços cooperativos, os quais estão sujeitos a conflitos de interesses.

A Teoria da Agência também pode auxiliar a compreender a divulgação voluntária de informação sobre risco. Segundo SHRIVES E LINSLEY (2003, p.29), “...acionistas desejarão monitorar as ações dos gestores da companhia para garantir que estes estão agindo segundo os melhores interesses. Isto pode encorajar os gestores a divulgar informações adicionais como meio de demonstrar aos acionistas que eles estão agindo apropriadamente e como método de manter os acionistas satisfeitos.”

Estudos apontam que a divulgação pode trazer vantagens para a companhia. Segundo DIAMOND e VERRECCHIA (1991, p.1325), em certos cenários “a divulgação de informações para reduzir assimetrias de informações pode reduzir o custo de capital de uma firma ao atrair aumento da demanda de grandes investidores devido ao aumento na liquidez de suas ações”.

GARCIA, SATO e CASELANI (2004, p.03) lembram que “modelos de divulgação prevêem que um aumento no nível de transparência gera dois principais

⁸ Relacionamento de agência, “...é um contrato sob o qual uma ou mais pessoas (o principal) engaja-se com outra pessoa (agente) para executar algum serviço em seu nome que envolve a delegação de alguma autoridade para tomada de decisão para o agente” (JENSEN e MECKLING, 1976, p.05). Por exemplo, o principal pode ser o acionista, enquanto o agente pode ser o gestor de um banco. É praticamente impossível para o principal, a custo zero, garantir que o agente irá sempre agir segundo seus interesses. Buscando reduzir os conflitos de interesse entre as partes, emergem as práticas de governança corporativa.

potenciais benefícios para as empresas: 1) a percepção do valor de suas ações é mais consistente com sua real situação e 2) o aumento do interesse de investidores institucionais e da liquidez da ação da empresa”.

A divulgação pode não ser adotada pacificamente por todas organizações. Segundo DANTAS, ZENDERSKY E NYIAMA (2004), há empresas que buscam dar mais transparência às informações por enxergarem benefícios e redução de custos de capital, mas também existem outras que relutam em fornecer tais informações por “proteção às informações de natureza estratégica, receios de questionamentos jurídicos ou mesmo de custos de elaboração e divulgação das informações” (idem, 2004, p.14).

A Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento - OECD -, ao discorrer sobre os princípios de governança corporativa, em seu Título V, ressalta a transparência e a divulgação. Segundo OECD (1999, p.49), “a estrutura de governança corporativa deve garantir que oportuna e acurada divulgação é feita em todos assuntos materiais relacionados à corporação, incluindo a situação financeira, *performance*, propriedade e governança da companhia”.

É oportuno mencionar o *Sarbanes Oxley Act*, de 2002. Essa lei refere-se às práticas de governança corporativa e afeta companhias abertas listadas em bolsa norte-americana, as quais podem ou não ter a sede no referido País. Em sua seção 404, essa norma menciona que a gestão da companhia é responsável pela adequação dos controles internos relativos aos procedimentos de divulgação das informações financeiras.

Devem ser lembradas as normas internacionais de contabilidade emanadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB, 2005), organismo que vem conduzindo estudos em que se busca harmonizar a divulgação feita por meio de demonstrativos financeiros e com isso promover a comparabilidade das informações

veiculadas por diferentes entidades, inclusive instituições financeiras, localizadas em diferentes países.

No escopo das instituições financeiras, reguladores trabalham no sentido de promover a divulgação. Pode ser lembrado o documento do Comitê da Basileia: *‘Enhancing Bank Transparency – Public disclosures and supervisory information that promote safety and soundness in banking systems’*. Esse documento “discute o papel da informação na efetiva disciplina do mercado e efetiva supervisão bancária” (BIS, 1998, p.01).

Em BIS (1998) estão recomendadas divulgações relacionadas às práticas e às estratégias de gestão de riscos, bem como à exposição aos riscos, dentre eles o risco operacional (incluindo o risco legal). Segundo BIS (1998, p.21), junto com a divulgação da posição financeira de um banco, a exposição ajuda a refletir a sua força financeira e viabilidade e por fim sua habilidade em continuar seus negócios em tempos de crise.

2.5.1 Divulgação e risco operacional

A divulgação relacionada ao risco operacional foi abordada em pesquisas recentes, tais como HELBOK E WAGNER (2004) e CARVALHO, TRAPP E CHAN (2004). Apesar de não ser o foco principal dos estudos, a divulgação desse risco também foi contemplada nas pesquisas de levantamento realizadas pelo Comitê da Basileia em 1999, 2000 e 2001 (BIS, 2001a, 2002, 2003a), em XAVIER (2003), e em FERREIRA e ARAÚJO (2004). Por fim, em ALVES e CHEROBIM (2004) e em BARROSO, LUSTOSA e MORAES (2004), são destacadas contribuições para a revisão do tema.

Em HELBOK E WAGNER (2004), foi apresentado estudo internacional a respeito da divulgação corporativa do risco operacional em bancos comerciais baseada

nos anos de 1998 a 2001. No período do levantamento a divulgação desse risco foi voluntária. Utilizou-se um índice para pesquisar o nível de divulgação em relatórios anuais de bancos.

A conclusão do estudo, segundo HELBOK E WAGNER (2004, p.19), é que “tanto a extensão quanto a qualidade da divulgação financeira corporativa de bancos em risco operacional aumentou substancialmente de 1998 a 2001”. O fato de a divulgação ser voluntária suscitou questionamentos sobre razões que levaram as instituições a divulgar informações nessas circunstâncias. Sugere-se que preocupações com lucratividade podem levar instituições financeiras a ter um nível de divulgação do risco operacional mais alto, “a fim de garantir ao mercado que riscos operacionais estão sendo bem gerenciados” (idem, 2004, p.19).

Em CARVALHO, TRAPP E CHAN (2004), foi analisado o estágio da divulgação do risco operacional das instituições financeiras que atuam no Brasil, comparando-as com as que atuam na Europa e Estados Unidos. Foram estudados os demonstrativos financeiros correspondentes a 2002 e foi mensurado o nível de divulgação do risco operacional com base em parâmetros básicos do Pilar 3 do Basileia II. Foi utilizado o teste não paramétrico qui-quadrado para testar a hipótese de igualdade de proporções entre as amostras de populações distintas. As amostras totalizaram cento e quinze entidades que atuam no Brasil, oitenta e sete nos Estados Unidos e sessenta e cinco na Europa. A análise baseou-se no exercício findo de 2002.

Segundo CARVALHO, TRAPP e CHAN (2004), não foram constatadas evidências que levassem à rejeição da hipótese nula de igualdade de proporções. Além disso, com relação ao risco operacional, “verificou-se que no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, somente cerca de 7%, 17% e 7% das respectivas amostras

apresentaram alguma iniciativa de evidenciação sobre esse assunto nas demonstrações contábeis” (idem, 2004, p.270).

As pesquisas de levantamento realizadas pelo Comitê da Basiléia em 1999 (BIS, 2001a), 2000 (BIS, 2002) e 2001 (BIS, 2003a) versaram sobre divulgação feita por bancos. Apesar de o risco operacional não ter recebido o mesmo tratamento dado ao risco de crédito e de mercado em termos de quantidade de questões nas pesquisas (com apenas um item de verificação para risco legal e um item para risco operacional), segundo BIS (2003a, p.29),

“... noventa e um por cento dos bancos forneceram informação sobre os principais tipos de risco operacional e identificaram e discutiram assuntos específicos considerados significantes neste tópico (63% em 1999). Oitenta e um por cento dos bancos também evidenciaram contingências legais e discutiram possíveis obrigações (53% em 1999)”.

Um dos objetivos buscados em XAVIER (2003, p.05) foi comparar o grau de transparência das demonstrações contábeis publicadas pelos principais bancos brasileiros com os critérios de divulgação que poderão ser estabelecidos pelo Basiléia II. Foram estudados os relatórios anuais e demonstrativos financeiros dos 10 principais conglomerados financeiros entre 2001 e 2002. As categorias analisadas foram: (i) escopo de aplicação, (ii) capital, (iii) exposição a risco e (iv) adequação de capital.

Conclui-se, segundo XAVIER (2003, p.92), que a divulgação é incipiente no período. “Tal conclusão, entre todas as observações feitas, está apoiada no fato de os bancos pesquisados pelo Comitê terem divulgado 56%, 58% e 63% dos itens, nos anos de 1999, 2000 e 2001, respectivamente, enquanto que os bancos objeto desta pesquisa

divulgaram 25% e 26%, nos anos de 2001 e 2002”. No que se refere ao risco operacional, não incluindo o risco legal, não foram encontrados indícios de divulgação nas demonstrações pesquisadas no período. Quanto às contingências legais, a divulgação foi encontrada em 50% dos bancos em 2001, e em 60% dos bancos em 2002 (idem, 2003, p.77).

Em FERREIRA e ARAUJO (2004), foram analisados os requerimentos de *disclosure* do Basileia II, estabelecendo comparação entre esses requerimentos e aqueles atualmente definidos no âmbito da estrutura normativa do Sistema Financeiro Nacional. Foi feito estudo nas informações divulgadas pelos três maiores bancos privados com atuação internacional, na data base 30 de junho de 2004, buscando-se avaliar o nível de aderência desses bancos a procedimentos de *disclosure* recomendados pelo Basileia II.

A conclusão do estudo mais importante, segundo FERREIRA E ARAUJO (2004, p.01), “é que os procedimentos de *disclosure* adotados pelo Sistema Financeiro Nacional ainda estão longe de atender às exigências do Novo Acordo e, mesmo as maiores instituições financeiras nacionais, apesar de atuarem ativamente nos mercados externos, seguem de modo mais próximo as normas internas do que os regulamentos internacionais.” Ainda de acordo com esses autores, “a mensuração e gestão do risco operacional nos principais bancos brasileiros, como evidenciado nas demonstrações analisadas, é uma atividade ainda incipiente” (idem, 2004, p.23).

O objetivo em ALVES e CHEROBIM (2004) foi verificar, em quatro instituições financeiras brasileiras, o conceito de risco operacional e os aspectos relativos à gestão desse risco baseados nos princípios 01 e 10 contidos no documento *Sound Practices for The Management and Supervision of Operational Risk* (BIS, 2003b). Foi feita revisão teórica com pesquisa documental analisando-se o conteúdo de demonstrativos financeiros e relatórios anuais de dezembro de 2003 de tais entidades.

Os resultados indicaram a presença de conceitos de risco operacional e de aspectos de gestão relacionados ao risco operacional nos documentos analisados. Verificou-se que tomando em conjunto os conceitos dos bancos estudados, alguns fatores de risco como pessoas, processos, sistemas e certos eventos externos ao ambiente empresarial são contemplados (ALVES e CHEROBIM, 2004).

O objetivo em BARROSO, LUSTOSA e MORAES (2004) foi avaliar o nível de evidenciação do risco operacional dos cinco maiores bancos do Brasil à luz do Pilar 3 do Basileia II. Foram analisados relatórios anuais de 2000 a 2003. Não foram usados recursos estatísticos.

De acordo com BARROSO, LUSTOSA E MORAES (2004), chegou-se à conclusão de que, no período analisado, em média 25% das sugestões do Comitê foram divulgadas. Esse percentual praticamente manteve-se constante, ao longo dos anos do estudo. Além disso, descreve-se no estudo que aparentemente a divulgação pode não estar ocorrendo por dois motivos: bancos ainda estão desenvolvendo seus modelos internos de mensuração, e o regulador ainda não tornou compulsória tal divulgação. Finalmente, é mencionado neste estudo que a divulgação não necessariamente reflete o estágio de evolução da gestão do risco operacional de um banco.

Por fim, com base nesses trabalhos, a divulgação do risco operacional no Brasil ainda está longe de atender aos padrões sugeridos pelo Comitê da Basileia e merece estudos mais aprofundados.

2.5.2 Instrumentos de divulgação em instituições financeiras

As instituições financeiras no Brasil podem fazer uso de diversos instrumentos de divulgação para comunicar a acionistas e partes interessadas seus atos de gestão, fornecendo inclusive informações passadas e apresentando projeções futuras.

Para sociedades anônimas de capital aberto, de acordo com art. 176 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei 10.303/01, “ao fim de cada exercício social, a diretoria deve elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, demonstrações contábeis que expressem com clareza a situação do patrimônio da sociedade e as mutações ocorridas no período, compreendendo: I – Balanço Patrimonial, II - Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, III - Demonstração do Resultado do Exercício, IV – Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos”.

Além disso, os demonstrativos podem ser complementados. Conforme o parágrafo quarto do artigo 176 da referida Lei, “As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrativos contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

Para instituições financeiras deve ser lembrado o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF -, o qual foi criado pela Circular 1.273, de 29 de dezembro de 1987. O documento divide-se em três capítulos: o primeiro contém normas básicas; o segundo contém o elenco de contas e o terceiro enumera o modelo de documentos de natureza contábil a serem elaborados pelas instituições financeiras.

O objetivo do COSIF foi “unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras, o que veio a facilitar o acompanhamento, análise, avaliação do desempenho e controle das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional” (BACEN,2005c).

Baseado no conjunto de normas que constituem o COSIF, pode-se afirmar que “são instrumentos de *disclosure* aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central: a) demonstrações contábeis;

b) notas explicativas e quadros suplementares às demonstrações contábeis; c) relatório de administração; d) Informações Financeiras Trimestrais - IFT”(FERREIRA e ARAÚJO, 2004, p.06).

Deve ser lembrada a Resolução 3.198/04, na qual é mencionada a figura do comitê de auditoria⁹. Uma das atribuições desse comitê, segundo artigo 17 *caput*, é a elaboração obrigatória do documento denominado ‘Relatório do Comitê de Auditoria’, o qual deve conter, no mínimo, as informações contidas nos incisos I a V do referido artigo, o qual relaciona, dentre outras informações: as atividades do comitê de auditoria no período, avaliações da efetividade dos sistemas de controle interno da instituição, com ênfase no cumprimento da Resolução 2.554/98 e com evidenciação das deficiências detectadas. O parágrafo segundo desse artigo informa que “o comitê de auditoria deve publicar, em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas naquele documento.”

Por fim é cabível lembrar, embora não seja descrito como relatório sujeito obrigatoriamente ao parecer de auditores independentes, o documento conhecido como relatório anual, considerado um instrumento de divulgação que pode conter análises e informações gerenciais da companhia. Tal documento é usado em pesquisas de levantamento sobre divulgação em bancos, como por exemplo em HELBOK E WAGNER (2004).

⁹ Segundo o artigo 10 da Resolução 3.198/04, o comitê de auditoria é um órgão estatutário que não é exigido de todas instituições, apenas daquelas com patrimônio de referência igual ou superior a 1 bilhão de reais, que tenham administração de recursos de terceiros acima de 1 bilhão de reais ou igual, ou que somem as captações de depósitos e de administração de recursos de terceiros em valor igual ou superior a 5 bilhões de reais.

2.6. Recomendações do Comitê da Basileia

Esta parte descreve duas recomendações emanadas pelo Comitê da Basileia usadas neste estudo e que podem ser relacionadas à divulgação do risco operacional: Basileia II (com foco no Pilar 3) e o ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’.

Duas razões indicam a escolha desses documentos como referência teórica. Primeiro, eles foram emanados pelo Comitê da Basileia, entidade com respaldo internacional na área bancária e que divulga normas que servem de parâmetro para autoridades reguladoras de diversos países. Segundo, são frutos de rodadas de consultas públicas (*consultative papers*) em que foram colhidas sugestões junto à comunidade financeira internacional, permitindo o ajuste dos documentos no decorrer do processo. Como será visto a seguir, o Basileia II passou por três rodadas em 1999, 2001 e 2003. O ‘Boas Práticas’ passou por duas, em 2001 e 2002. As versões do Basileia II e do ‘Boas Práticas’ utilizadas neste estudo foram divulgadas, respectivamente, em 2004 e 2003.

É apropriado mencionar que apesar de servirem como parâmetros não só deste, mas de estudos acadêmicos anteriores, essas recomendações não necessariamente refletem a interpretação do que é ou será normatizado a respeito da divulgação do risco operacional em cada País, assunto a cargo das autoridades reguladoras nacionais. Ou seja, são recomendações, não exigências.

2.6.1 Basileia II

O Comitê da Basileia, em cooperação com bancos centrais e autoridades financeiras de diversos países, divulgou o Basileia II (BIS, 2004a), acordo que apresenta tratamento regulatório para diversos riscos, como de crédito, de mercado e o risco

operacional. Tal acordo possui repercussão em nível supranacional que influencia tanto autoridades reguladoras nacionais quanto bancos com atuação internacional e demais participantes do sistema financeiro.

Para se chegar à versão do acordo, de junho de 2004, foram feitas consultas públicas à comunidade financeira. A primeira ocorreu em junho de 1999; a segunda em janeiro de 2001 e a terceira em abril de 2003. Antes do Basileia II havia sido elaborado o Acordo da Basileia (BIS, 1988). No acordo de 1988 foi tratado o risco de crédito e na Emenda de 1996 (BIS, 1996) foi dado tratamento ao risco de mercado. O Basileia II inova, dentre outros pontos, ao contemplar o risco operacional.

O acordo está previsto para ter efeito, segundo BIS (2004a, p.01), "... a partir do final de 2006. No entanto, o Comitê percebe que um ano a mais de estudos de impacto ou cálculos paralelos serão necessários para as abordagens mais avançadas e estas, portanto, estarão disponíveis para implementação ao final de 2007".

Como já foi mencionado, o Acordo possui três pilares: Requerimentos Mínimos de Capital (Pilar 1), Processo de Revisão de Supervisão (Pilar 2) e Disciplina de Mercado (Pilar 3). Aqui serão destacados pontos do acordo relativos ao risco operacional, considerados mais relevantes para o estudo.

2.6.1.1 Requerimentos mínimos de capital (Pilar 1)

Este Pilar refere-se aos requerimentos mínimos para alocação de capital regulamentar. O Basileia II sugere que o cálculo do capital regulamentar levará em conta o risco de crédito, risco de mercado e o risco operacional.

Para o risco operacional, em sua versão revisada de junho de 2004 (BIS, 2004a), o Basileia II apresenta as seguintes abordagens, segundo a ordem de sofisticação e

sensibilidade ao risco: abordagem indicador básico, abordagem padronizada /abordagem padronizada alternativa, e abordagem de mensuração avançada. O cálculo do capital regulamentar está descrito a seguir.

- Abordagem Indicador Básico (*Basic Indicator Approach* - BIA)

De acordo com BIS (2004a,p.137), o capital para risco operacional será igual à média de seu resultado bruto¹⁰ anual dos 3 anos anteriores multiplicada por uma porcentagem fixa, denominada α , a qual vale 15%.

O cálculo do requerimento de capital para a BIA obedece à fórmula descrita a seguir. Para os anos em que o resultado bruto for negativo ou zero, ele deve ser excluído tanto do numerador quanto do denominador.

$$K_{BIA} = [\sum (GI_{1...n} \times \alpha)]/n, \text{ onde:}$$

K_{BIA} = requerimento de capital segundo BIA.

GI = resultado bruto anual, quando positivo, dos 3 anos anteriores.

n = número de anos entre os três últimos em que o resultado bruto anual foi positivo.

α = 15%, o qual é definido pelo Comitê da Basileia.

¹⁰ Resultado bruto (*Gross Income*), segundo CHIANAMEA e ONISHI (2004, p.14), “foi definido pelo Comitê da Basileia como sendo ‘a receita líquida de operações que rendem juros (*net interest income*) mais a receita líquida de operações que não rendem juros (*net non-interest income*). Pretende-se que essa medida seja: (i) bruta de quaisquer provisões; (ii) bruta de despesas operacionais, inclusive taxas pagas a fornecedores terceirizados de serviços; (iii) exclua os ganhos/perdas na venda de títulos do *banking book*; e (iv) exclua itens extraordinários ou irregulares, bem como receitas derivadas de operações com seguros’.”

- Abordagem Padronizada (*Standardized Approach - SA*) e Abordagem Padronizada Alternativa (*Alternative Standardized Approach - ASA*)

Segundo BIS (2004a, p.140), para abordagem padronizada as atividades dos bancos são divididas em oito linhas de negócios, e o resultado bruto, usado como indicador de exposição ao risco, é segregado para cada linha.

O cálculo de capital requerido para cada linha em um dado ano é feito multiplicando-se o resultado bruto anual de cada linha por um fator fixo beta (ver Quadro 06). Para obter o valor agregado anual somam-se os requerimentos de capital encontrados para cada linha.

QUADRO 06: LINHAS DE NEGÓCIOS E RESPECTIVOS FATORES BETA.

Linhas de negócios ¹¹	Fatores beta
Finanças corporativas	18%
Negociação e vendas	18%
Banco de varejo	12%
Banco comercial	15%
Pagamentos e liquidações	18%
Serviços de agência	15%
Administração de ativos	12%
Corretagem de varejo	12%

FONTE: BIS (2004a, p.140)

Finalmente, para determinar o requerimento de capital, segundo SA, faz-se a média dos valores agregados anuais encontrados nos três anos anteriores. Para os anos em que o agregado anual for negativo, o valor do referido agregado será substituído por zero.

O cálculo do requerimento de capital obedece à fórmula descrita a seguir.

¹¹ Tradução do autor a partir do original: “*Corporate finance, Trading and sales, Retail banking, Commercial banking, Payment and settlement, Agency services, Asset management, Retail brokerage*” (BIS,2004a, p.140).

$$K_{SA} = \{ \sum_{\text{anos } 1-3} \max[\sum (GI_{1-8} \times \beta_{1-8}), 0] \} / 3, \text{ onde:}$$

K_{SA} = requerimento de capital segundo SA.

GI_{1-8} = resultado bruto anual, em um dado ano, tal como definido na BIA, para cada linha de negócio.

β_{1-8} = fator beta para cada linha de negócio.

De acordo com BIS (2004a, p.139), “o cálculo do capital requerido para ASA é o mesmo que para SA, exceto para duas linhas de negócio – banco de varejo e banco comercial.” Para essas linhas, o valor médio dos últimos três anos das carteiras ativas de empréstimos e adiantamentos – multiplicados por um fator fixo ‘m’ – substituem o resultado bruto como indicador de exposição. Os betas para essas linhas permanecem os mesmos usados para SA, e o fator ‘m’ tem o valor de 0,035. A abordagem ASA poderá ser aplicada a critério da autoridade supervisora de cada País.

- Abordagem de Mensuração Avançada (*Advanced Measurement Approach – AMA*)

De acordo com BIS (2004a, p.140), o requerimento de capital regulamentar “será igual à medição de risco gerada pelo sistema de mensuração de risco operacional interno do banco usando critérios qualitativos e quantitativos (...) O uso da AMA está sujeito à aprovação dos supervisores”.

O Basileia II apresenta critérios diferenciados para qualificação a essas abordagens, num nível crescente de sofisticação e complexidade.

Para bancos que adotem a BIA, o Basileia II menciona que essas entidades são encorajadas a cumprir as Recomendações do Comitê contidas no *Sound Practices for the Management and Supervision of Operational Risk*, de fevereiro de 2003 (BIS, 2004a,p.138).

Para demais abordagens os critérios para elegibilidade estão descritos em BIS (2004a, p. 141-148). Por exemplo, no caso da SA, o mapeamento das atividades bancárias em oito linhas de negócios¹², como são descritas no Quadro 06, constitui-se em condição a ser atendida pelos bancos para implementar essa abordagem. Por sua vez, para possuir o AMA, entre outros critérios qualitativos e quantitativos, “como parte do sistema de avaliação de risco operacional interno, o banco deve sistematicamente rastrear dados relevantes de risco operacional, incluindo perdas materiais por linha de negócio” (TURING, 2003, p.256).

Vale dizer que quanto à mudança de uma abordagem para outra, segundo BIS (2004a, p.137), “o banco não pode reverter para uma abordagem mais simples uma vez que tenha sido aprovado numa mais avançada sem a aprovação do supervisor”.

Finalmente, modelos internos poderão ser validados para atender a exigências regulamentares, desde que cumpram critérios mínimos para elegibilidade à AMA definidos no Pilar 1 do Basileia II. No Brasil, segundo Comunicado 12.746, a expectativa é de que as instituições elegíveis à utilização da abordagem avançada, com base em sistema interno de classificação de risco de crédito¹³, se tornem elegíveis à utilização de abordagens avançadas de mensuração do risco operacional.

2.6.1.2 Processo de revisão da supervisão (Pilar 2)

Este pilar enfoca a revisão da supervisão. Segundo BIS (2004a, p.158), “o processo de revisão de supervisão destina-se não apenas a garantir que bancos tenham capital adequado para suportar todos os riscos em seus negócios, mas também encorajar

¹² O próprio Comitê da Basileia sugere, no Anexo 06 do Basileia II, uma maneira para mapear as atividades por linhas de negócios (BIS, 2004a, p.221).

¹³ O Basileia II apresenta abordagens com base em modelos internos tanto para risco operacional (AMA) quanto para risco de crédito (*Internal Ratings-Based Approach*). A discussão a respeito de modelos internos para risco de crédito não é objeto desta dissertação.

bancos a desenvolverem e usarem melhores técnicas de gestão de risco no monitoramento e gerenciamento de seus riscos”.

No Brasil, a supervisão é de responsabilidade do Banco Central do Brasil. Cabe destacar o poder coercitivo das resoluções do Conselho Monetário Nacional, em face do caráter recomendatório das normas do BIS (2004a). Em outras palavras, as autoridades reguladoras de cada país poderão normatizar ou não as práticas emanadas pelo Basileia II, dependendo da peculiaridade do sistema financeiro de cada País.

2.6.1.3 Disciplina do mercado (Pilar 3)

Este pilar enfatiza a importância da transparência e disciplina do mercado. É útil esclarecer o que se entende por disciplina de mercado. Segundo BACEN (2000, p.10), ao discorrer sobre os Princípios de Supervisão Bancária Eficaz do Comitê da Basileia (BIS, 1997), informa:

“Uma efetiva disciplina de mercado depende de um adequado fluxo de informações entre os seus participantes, de incentivos financeiros apropriados para recompensar as instituições bem administradas e de mecanismos que assegurem que os investidores não são imunes às consequências de suas decisões de investimento. Nesse campo, merecem destaque, entre outras, as questões referentes à gestão de corporações e à necessidade de que as informações prestadas pelos tomadores aos investidores e credores sejam precisas, inteligíveis, transparentes e oportunas”.

Há esforço do Comitê da Basileia em harmonizar as recomendações do Pilar 3 com os padrões contábeis vigentes nos países (BIS, 2004a, p.176). São enumeradas,

entre outros itens, recomendações para divulgação de informações qualitativas e quantitativas relacionadas aos riscos de crédito, de mercado e operacional.

De acordo com o Pilar 3 do Basileia II, os parâmetros de divulgação relativos ao risco operacional estão assim descritos:

“824. Para cada área de risco em separado (...), bancos devem descrever seus objetivos e políticas de gestão de riscos, incluindo:

- . Estratégias e processos.*
- . A estrutura e organização da função relevante de gerenciamento de risco.*
- . O escopo da natureza do risco reportado e sistemas de mensuração.*
- . Políticas para hedging e/ou mitigação do risco e estratégias e processos para monitoramento da contínua eficácia dos hedgers/mitigantes.*

(...)

. Em adição aos requerimentos gerais de disclosure qualitativa (parágrafo 824), a(s) abordagem(ns) para avaliação de capital do risco operacional para a qual o banco se qualifica.

. Descrição do AMA, se usado pelo Banco, incluindo uma discussão de fatores internos e externos considerados na abordagem de mensuração do banco. No caso de uso parcial, o escopo e cobertura de diferentes abordagens usadas.

. Para bancos que usam AMA, uma descrição do uso de seguro para o propósito de mitigar risco operacional” (BIS, 2004a, p.181-189).

Como já foi mencionado na introdução deste trabalho, o Comunicado 12.746 prevê a aplicação, no Brasil, de procedimentos que levarão em conta o Basileia II, sendo que a cada ação correspondente ao Pilar 1 serão tomadas ações correspondentes aos pilares 2 e 3 (BACEN, 2004).

2.6.2 Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional

Uma das recomendações do Comitê da Basileia que diz respeito especificamente à gestão e supervisão do risco operacional, é o ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’ - *Sound Practices for the Management and Supervision of Operational Risk* (BIS, 2003b), mencionado no item 2.6 como uma das recomendações do Comitê usadas neste estudo.

Antes de ser publicada a versão definitiva desse documento, em fevereiro de 2003, foram feitas consultas públicas à comunidade financeira em 2001 e 2002. Como já foi descrito no item 2.6.1, o Basileia II, ao tratar a abordagem mais simples de alocação de capital para risco operacional (BIA), menciona que bancos são encorajados a cumprir o ‘*Sound Practices for the Management and Supervision of Operational Risk*’. Segundo CHIANAMEA E ONISHI (2004, p.04), “o cumprimento desses princípios é obrigatório para os bancos que optarem pelas demais abordagens”.

O ‘Boas Práticas’ contém, segundo BIS (2003b, p.01), “um conjunto de princípios que fornecem uma estrutura para o efetivo gerenciamento e supervisão do risco operacional, para uso de bancos e autoridades supervisoras quando avaliar políticas e práticas de gerenciamento de risco operacional”.

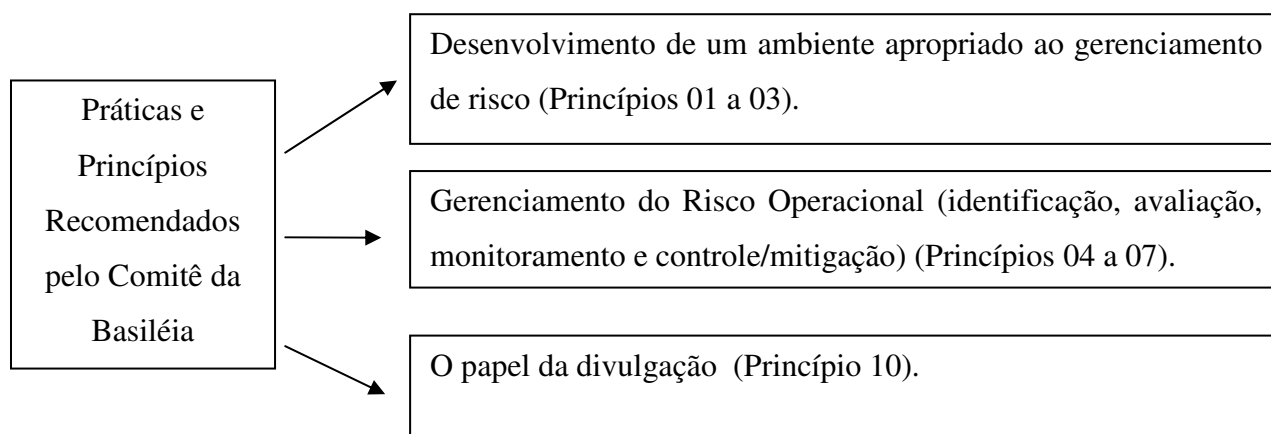
Segundo BIS (2003b, p.02), “gerenciamento de riscos operacionais específicos não é uma prática nova. (...) no entanto, o que está relativamente novo é a visão do gerenciamento do risco operacional como uma prática compreensível comparável ao gerenciamento do risco de crédito e de mercado em princípio, se não sempre em forma”.

De acordo com BIS (2003b, p.01), “... a abordagem exata da gestão do risco operacional escolhida por um banco individual dependerá de um conjunto de fatores, incluindo seu tamanho e sofisticação e natureza e complexidade de suas atividades”.

Existem dez princípios divididos em quatro práticas: Desenvolvimento de um ambiente apropriado para o gerenciamento de risco (Princípios 01 a 03); Identificação, Avaliação, Monitoramento e Controle/Mitigação do Risco (Princípios 04 a 07); Papel dos Supervisores: Princípios (08 e 09); Papel da divulgação (Princípio 10).

De acordo com EAGOVIL (2003), os princípios contidos no documento ‘Boas Práticas’ direcionado a bancos (de 01 a 07 e princípio 10) guardam intersecção com práticas de governança corporativa (Ver Figura 01). Tais princípios também são lembrados em CARVALHO (2003).

FIGURA 01: PRÁTICAS E PRINCÍPIOS RECOMENDADOS PELO COMITÊ DA BASILÉIA



FONTE: Adaptado de BIS (2003b), EAGOVIL (2003) e CARVALHO (2003).

Prática: desenvolvimento de ambiente apropriado ao gerenciamento do risco operacional

Quanto a esta prática, destacam-se a existência de conceito próprio para risco operacional; a descrição da estrutura organizacional relacionada ao risco operacional; a separação entre gestão de risco operacional e gestão de outros riscos; a segregação entre

gestão de risco operacional e auditoria interna; o envolvimento da alta administração com a gestão do risco operacional; a existência de instrumentos para disseminar conscientização sobre o risco operacional.

Prática: gestão do risco operacional

Quanto a esta prática, destacam-se ferramentas para identificar e avaliar o risco operacional; ferramentas para monitorar e controlar/mitigar o risco operacional; mecanismos de reporte interno, relativos ao risco operacional; planos de contingência e/ou continuidade dos negócios; segregação do risco operacional por fatores de risco; bases de dados de perdas operacionais.

Dentre as possíveis ferramentas que podem ser utilizadas por bancos para identificar e avaliar o risco operacional, de acordo com BIS (2003b, p.08), estão a auto-avaliação de riscos (incluindo o uso de *scorecards*), mapeamento de riscos, indicadores de risco e mecanismos para mensuração do risco, como por exemplo o uso de banco de dados de perdas operacionais.

Ainda que não sejam literalmente ferramentas, é oportuno destacar no mesmo contexto os mecanismos de incentivo a coleta de perdas operacionais. Tais mecanismos podem ser considerados como um dos recursos passíveis de serem utilizados por bancos em busca da garantia da qualidade dos dados de perda coletados, e podem contribuir para o maior comprometimento dos empregados e das áreas de negócio com a identificação e avaliação de riscos. Por exemplo, conforme lembra RIBEIRO (2003), a adoção de programa de remuneração variável foi fator diferencial na implantação de etapa do projeto de gestão do risco operacional em agências de instituição financeira de grande porte no País.

Prática: papel da divulgação

Quanto a este item, destaca-se o papel da divulgação de informações sobre risco operacional. O BIS (2003b, p.15) acredita que bancos devem promover evidenciação pública relativa a gestão do risco operacional, ainda que as técnicas para avaliação de riscos operacionais não estejam totalmente desenvolvidas.

De acordo com HELBOK e WAGNER (2004), além do Pilar 3, o *framework* do Basileia II “...também inclui o ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’, (...) contendo requisitos que formarão a base da divulgação do risco operacional” (idem, 2004, p.07).

Vale mencionar que a divulgação não serve exclusivamente para o agente regulador, o qual possui outros meios para avaliar a gestão de riscos de um banco, por exemplo, via inspeção direta, mas permite que demais *stakeholders* auxiliem na avaliação de uma instituição financeira e colabora para a disciplina do mercado.

Finalmente, ao concluir a elaboração da base teórica, cabe destacar três elementos: 1. o risco operacional em bancos, 2. o papel da divulgação na estrutura de gestão desse risco e 3. as recomendações do Comitê da Basileia descritas neste estudo relacionadas com a divulgação do risco operacional. Justifica-se destacar esses elementos porque servem como delimitadores deste trabalho e fornecem os alicerces para a parte empírica da pesquisa.

3. METODOLOGIA

Considerando-se o referencial teórico-empírico exposto, descreve-se, a seguir, a metodologia de pesquisa, com a finalidade de serem cumpridos os objetivos previamente estabelecidos.

3.1 Especificação do problema

Busca-se verificar quais os níveis de divulgação do risco operacional de 24 bancos com carteira comercial, que atuaram no Brasil no período de 2003 a 2004, segundo recomendações do Comitê da Basileia contidas no Pilar 3 do Basileia II e no ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’.

3.1.1 Perguntas de pesquisa

A partir dos objetivos deste estudo, são estabelecidas as seguintes perguntas de pesquisa:

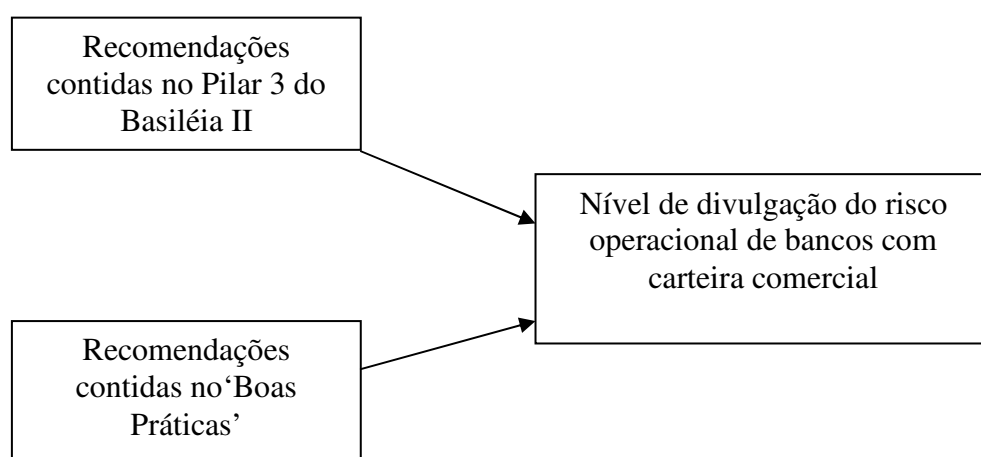
- Qual a associação entre a divulgação do risco operacional e as recomendações contidas no Pilar 3 do Basileia II e no ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’ ?
- Qual a medida do nível de divulgação do risco operacional, a partir das informações divulgadas em 2003 e 2004, para cada um dos vinte e quatro bancos da amostra?
- Qual a comparação entre o nível de divulgação do risco operacional dos bancos, segundo categorias construídas a partir das recomendações contidas no Pilar 3 do

Basiléia II e no ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’?

- Qual a diferença entre o nível de divulgação do risco operacional em 2004 e o nível de divulgação do risco operacional em 2003?
- Qual a diferença entre o nível de divulgação do risco operacional dos bancos com ações em bolsa e o nível de divulgação do risco operacional de bancos sem ações em bolsa?
- Qual a diferença entre o nível de divulgação do risco operacional dos bancos com controle nacional e o nível de divulgação do risco operacional dos bancos com controle estrangeiro?

A relação entre as variáveis está apresentada na Figura 02. O nível de divulgação do risco operacional é a variável dependente.

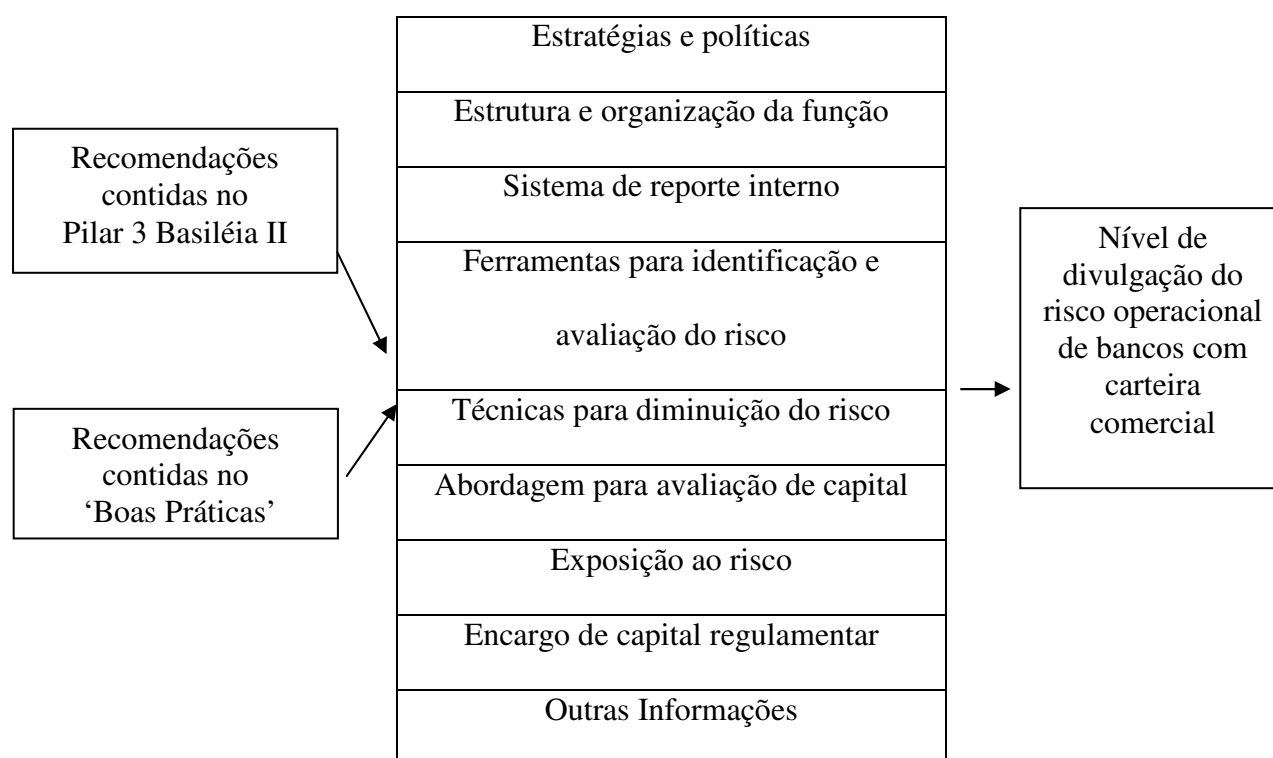
FIGURA 02: RELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS



FONTE: O autor, a partir da revisão teórica.

Baseado nas recomendações contidas no Pilar III do Basiléia II (BIS,2004a), nas recomendações contidas no ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’ (BIS,2003b) e na revisão teórica, foi elaborada a Figura 03 que apresenta categorias de análise. Tais categorias referem-se ao risco operacional em bancos e servem para caracterizar o nível de divulgação do risco operacional. A pesquisa exploratória descrita no item 4.1 subsidiou a elaboração de tais categorias, especialmente o Quadro 27 descrito no item 4.1.4.

FIGURA 03: CATEGORIAS DE ANÁLISE



FONTE: O autor, a partir do Quadro 27 deste estudo, com base em Recomendações do Comitê da Basiléia, revisão teórica e dados da pesquisa exploratória descrita no item 4.1.

3.1.2 Definição constitutiva e operacional das variáveis

Esta parte do estudo apresenta a definição constitutiva (DC) e a definição operacional (DO) das variáveis. A definição constitutiva baseia-se em conceitos que podem emergir a partir da revisão teórica (VIEIRA,2004). Por outro lado, “... a definição operacional, alternativamente, especifica as atividades do pesquisador para medir ou manipular uma variável” (KERLINGER, 1979, p.46).

A primeira variável descrita a seguir é ‘nível de divulgação’, a qual é operacionalizada por meio de categorias de análise descritas no Quadro 07 e detalhadas na seqüência.

Por fim, após as categorias, são apresentadas variáveis relativas a aspectos estruturais dos bancos: ‘porte’, ‘tipo de controle’ e ‘ações em bolsa’.

Nível de divulgação do risco operacional

DC: Nível de divulgação, segundo HENDRIKSEN e VAN BREDA (1999, p.515), “pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo negativo de evitar que as demonstrações sejam enganadoras.”

Neste caso, corresponde ao volume de divulgação feita por um banco que permite aos participantes do mercado “...avaliar suas abordagens para gestão do risco operacional” (BIS, 2003b, p.14).

DO: Será operacionalizado pela soma da quantidade dos itens de cada categoria de análise que forem verificados em relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação. As categorias e a quantidade de itens por categoria estão descritas no Quadro 07. Cada

item a ser verificado corresponde a uma subcategoria de análise, e a descrição de cada item está na definição operacional de cada categoria.

QUADRO 07: CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUANTIDADE DE ITENS.

Descrição da Categoria	Quantidade de itens a serem verificados por categoria
Estratégias e políticas	03
Estrutura e organização da função	04
Sistema de reporte interno	02
Ferramentas para identificação e avaliação do risco	02
Técnicas para diminuição do risco	03
Abordagem para avaliação de capital	01
Exposição ao risco	01
Encargo de capital regulamentar	01
Outras informações	01

FONTE: O autor, a partir do Quadro 27 deste estudo, com base em Recomendações do Comitê da Basileia, revisão teórica e dados da pesquisa exploratória descrita no item 4.1.

Estratégias e políticas

DC: Estratégia, segundo CHANDLER (1995, p.13), é a “determinação de objetivos básicos de longo alcance de um empreendimento, e a adoção de cursos de ação e a alocação de recursos necessários para alcançar esses objetivos.”

Políticas, de acordo com MARSHALL (2002, p.111), “codificam tanto o apetite da empresa por risco quanto seus principais processos, limites, alvos de desempenho baseado em risco e procedimentos para gerir o risco”.

Neste caso, corresponde às estratégias e políticas adotadas para gestão do risco operacional em um banco (BARROSO, LUSTOSA e MORAES, 2004).

DO: Será operacionalizado por meio da análise de relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação. Itens de verificação: 1. descrição dos objetivos

relacionados à gestão de riscos; 2. menção a integração de riscos; 3. conceito de risco operacional utilizado (inclui descrição de fatores de risco considerados como risco operacional pelo banco).

Estrutura e organização da função

DC: Corresponde à “estrutura e organização da função relevante de gerenciamento de risco” (BIS, 2004a, p.181). Tais estruturas apresentam como o trabalho está dividido em tarefas, e como tais tarefas são coordenadas.

DO: Operacionalizado por meio da análise de relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação. Itens de verificação: 1. envolvimento da alta administração com risco operacional; 2. estrutura organizacional responsável pelo risco operacional; 3. segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco; 4. segregação entre auditoria interna e gestão de riscos.

Sistema de reporte interno

DC: Corresponde ao sistema de reporte interno relativo ao risco operacional de um banco. Reporte, segundo RMA (2000) “são informações para gestão com o fim de aumentar a conscientização e priorizar recursos”.

DO: Será operacionalizado por meio da análise de relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação. Itens de verificação: 1. menção ao reporte da área de

negócios para o gestor de risco; 2. menção ao reporte do gestor de risco para alta administração.

Ferramentas para identificação e avaliação do risco

DC: Correspondem às ferramentas para identificar e avaliar o risco operacional. Tais ferramentas identificam os principais fatores de risco e permitem a avaliação das perdas operacionais do banco (BIS, 2003b).

DO: Será operacionalizado por meio da análise de relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação. Itens de verificação: 1. menção a ferramentas para identificar e avaliar o risco operacional; 2. mecanismos de incentivo a coleta de perdas operacionais.

Técnicas para diminuição do risco

DC: Corresponde às técnicas para diminuição do risco operacional (CARVALHO, TRAPP e CHAN, 2004). Segundo RMA (2000, p.42), “são controles específicos ou programas desenhados para reduzir a exposição, frequência ou severidade de um evento. Os controles podem também eliminar ou transferir um elemento do risco operacional”.

DO: Será operacionalizado por meio da análise de relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação. Itens de verificação: 1. menção a instrumentos para

transferência do risco; 2. menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios; 3. menção a meios para conscientização do corpo funcional quanto ao risco.

Abordagens para avaliação de capital

DC: Corresponde à(s) abordagem(ns) para avaliação de capital do risco operacional para a qual o banco pretende se qualificar (BIS, 2004a, p.189). Tais abordagens estão descritas no Basileia II e são abordagem indicador básico (BIA), abordagem padronizada (SA) e abordagem de mensuração avançada (AMA). A abordagem padronizada alternativa (ASA) pode ser atribuída a um banco segundo critério da autoridade supervisora (BIS, 2004a, p.139).

DO: Será operacionalizado por meio da análise de relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação. Itens de verificação: 1. menção a abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar (abordagem indicador básico - BIA, abordagem padronizada - SA e/ou abordagem de mensuração avançada - AMA).

Exposição ao risco

DC: É medida quantitativa e corresponde à exposição ao risco operacional, em valores totais ou por linhas de negócios (CARVALHO, TRAPP e CHAN, 2004).

DO: Será operacionalizado por meio da análise de relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação. Itens de verificação: 1. exposição ao risco operacional (valores totais ou por linhas de negócios).

Encargo de capital regulamentar

DC: É medida quantitativa que corresponde ao encargo de capital regulamentar de risco operacional como porcentagem do capital regulamentar mínimo total e baseia-se em CARVALHO, TRAPP e CHAN (2004).

DO: Será operacionalizado por meio da análise de relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação. Itens de verificação: 1. encargo de capital regulamentar de risco operacional como porcentagem do capital regulamentar mínimo total.

Outras informações

DC: Corresponde a outras informações relacionadas ao risco operacional. Busca capturar qualquer informação considerada relevante, mas não contemplada nas categorias anteriores. Baseia-se em BARROSO, LUSTOSA e MORAES (2004).

DO: Será operacionalizado por meio da análise de relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação. Itens de verificação: 1. risco legal (discussões a respeito de contingências legais - incluindo ações legais pendentes -, e uma discussão da estimativa de potenciais obrigações).

Porte

DC: Corresponde ao tamanho da instituição. Segundo SAUNDERS (2000, p.27-28), o tamanho pode ser definido em termos de ativos totais.

DO: Valor na coluna ‘Volume de ativos totais menos a conta de Intermediação’, descrita no relatório ‘50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional (Consolidado Bancário I)’ de dezembro de 2004 (BACEN, 2005b).

Ações em bolsa

DC: Corresponde à indicação de ação negociada na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Bancos que assumem a forma de sociedades anônimas de capital aberto ou sociedade de economia mista podem apresentar ações negociadas em bolsa.

DO: Pode assumir o estado ‘com ações em bolsa’, se o líder do conglomerado bancário ou um dos bancos com carteira comercial integrante do conglomerado estiver na relação ‘Classificação Setorial da Bolsa de Valores de São Paulo - segmento bancos’ (BOVESPA, 2005). Caso contrário, assume estado ‘sem ações em bolsa’.

Tipo de controle

DC: “Identifica a origem do controle de capital dos conglomerados bancários ou das instituições independentes” (BACEN, 2005b). O banco pode ser controlado por entidades privadas ou públicas nacionais, ou por grupo privado estrangeiro.

DO: Estado do campo ‘Tipo de Controle’ constante em BACEN (2005b). Pode assumir estados ‘1 a 3’ e ‘5’ para indicar ‘controle nacional’, ou, assumir o estado ‘4’ para indicar o ‘controle estrangeiro’, conforme Quadro 08.

QUADRO 08: TIPO DE CONTROLE

Estado	Descrição
1	Público Federal
2	Público Estadual
3	Privado Nacional
4	Privado Controle Estrangeiro
5	Privado Participação Estrangeira

FONTE: BACEN (2005b).

3.1.3 Definição de outros termos usados na pesquisa

Alocação de capital econômico: sob a ótica econômica “a alocação de capital deve ser tal que garanta um excesso de ativos sobre passivos que seja suficiente para proteger a instituição do potencial colapso a um nível de confiabilidade que garanta aos acionistas retornos futuros, mesmo diante das incertezas enfrentadas pelo negócio, preservando a integridade do conglomerado” (DUARTE Jr., 2005). O cálculo do capital econômico pode variar de um banco para outro, dependendo entre outros fatores do que o banco considera como perda inesperada (não coberta por provisões), e qual o horizonte de investimento e intervalo de confiança que leva em conta em suas mensurações.

Alocação de capital regulamentar: sob a ótica regulamentar, “a alocação de capital deve ser tal que garanta haver capital suficiente para fazer frente a riscos, preservando a integridade do conglomerado e, por conseguinte, dos recursos e direitos de terceiros” (DUARTE Jr., 2005). Os requerimentos mínimos de capital regulamentar atendem a critérios definidos por reguladores. Por exemplo, o Pilar 1 do Basileia II apresenta

requerimentos mínimos para alocação de capital regulamentar, e abre a possibilidade de modelos internos (por exemplo, baseados na alocação de capital econômico) servirem para alocação do capital regulamentar do risco operacional, desde que atendam aos critérios descritos no Pilar 1 relacionados à AMA.

Banco com carteira comercial: conglomerado bancário ou instituição financeira independente que seja banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica.

Banco comercial: instituição financeira, organizada sob a forma de sociedade anônima, cuja atividade típica é a captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, podendo também captar depósitos a prazo. Deve possuir em sua denominação social a expressão 'Banco' (BACEN, 2005d).

Bancos do País: bancos com carteira comercial que fazem parte da amostra desse estudo. Ao todo são vinte e quatro entidades.

Bancos do Exterior: Conglomerados financeiros localizados no Exterior que controlam os bancos do País com controle estrangeiro. Ao todo são nove entidades.

Banco múltiplo com carteira comercial: instituição financeira privada ou pública, organizada sob a forma de sociedade anônima, que realiza as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras. Constitui-se de pelo menos duas carteiras, sendo uma delas a comercial, e pode captar depósitos à vista. Deve possuir na sua denominação social a expressão 'Banco' (BACEN, 2005d).

Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional: Conjunto de princípios e práticas descritos no documento ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’(BIS, 2003b) relativos ao desenvolvimento de ambiente apropriado para gerenciamento de risco, gerenciamento de risco propriamente dito, e ao papel da divulgação.

Caixa econômica: Empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Pode captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Distingue-se dos bancos comerciais e múltiplos por priorizar a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte. Tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal. Além de centralizar o recolhimento e posterior aplicação de todos os recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) (BACEN,2005d).

Capital : A definição de capital ou patrimônio dos proprietários de uma instituição financeira pode ser “a diferença entre os valores de mercado de seus ativos e passivos” (SAUNDERS, 2000, p.303). Numa perspectiva regulamentar, segundo o Acordo da Basileia de 1988 e em conjunto com a emenda de 1996, o capital é dividido em três níveis: o Nível 1 inclui o capital de mais alta qualidade a partir de uma perspectiva de risco, como ações ordinárias e preferenciais mais reservas de lucros; o Nível 2 inclui outros elementos de capital, como por exemplo as reservas de reavaliação; e o Nível 3

inclui “dívidas subordinadas de curto prazo” (CHIANAMEA, 2004, p.101). O Nível 3 é usado apenas para cobrir o risco de mercado.

Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (Comitê da Basileia):

“... é um comitê de autoridades de supervisão bancária que foi estabelecido pelos Presidentes de bancos centrais dos países do Grupo dos Dez, em 1975. Consiste de representantes de autoridades de supervisão bancária e bancos centrais da Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. Normalmente se reúne no Banco de Compensações Internacionais na Basileia, onde sua Secretaria permanente está localizada” (BIS, 2004a, p.01).

Conglomerado: “Conjunto de instituições financeiras que consolidam seus demonstrativos contábeis” (BACEN, 2005b).

Conglomerado bancário: “Conglomerado em que se verifica pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com Carteira Comercial” (BACEN, 2005b).

Consolidado Bancário I: Aglutinado das posições contábeis das instituições bancárias do tipo conglomerado bancário e instituições bancárias independentes (BACEN, 2005b). Neste estudo, compreende o aglutinado das posições contábeis dos bancos com carteira comercial.

Divulgação: “veiculação de informação financeira a respeito de uma empresa dentro de um relatório financeiro, geralmente o relatório anual” (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999, p.512).

Divulgação do risco operacional: Corresponde à divulgação feita por um banco que permite aos participantes do mercado “...avaliar suas abordagens para gestão do risco operacional” (BIS, 2003b, p.14).

Exigência de capital: Segundo GASTINEAU e KRITZMAN (1999, p.78), “são fontes permanentes de capital de um intermediário financeiro – representadas por patrimônio líquido e dívidas de longo prazo – cujo volume é imposto por órgãos reguladores, com a finalidade de garantir a estabilidade e a saúde financeira da instituição”.

Pilar 3 do Basileia II : Conjunto de recomendações descritas no Pilar 3 do Basileia II (BIS, 2004a) relativas aos requisitos gerais de divulgação da exposição a riscos e de requisitos específicos de divulgação relativos ao risco operacional.

Provisão: “é um passivo de prazo e valor incertos” (CVM, 2005, p.03).

Recomendações do Comitê da Basileia: Para os propósitos deste estudo, conjunto de padrões sugeridos pelo Comitê da Basileia contidos no Basileia II (BIS, 2004a) e no ‘Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional’ (BIS, 2003b).

Risco legal: Segundo BACEN (2000, p.19), é o “... risco de desvalorização de ativos ou de valorização de passivos com intensidades inesperadamente altas por conta de

pareceres ou documentos legais inadequados ou incorretos”. Segundo BIS (1997, p.25), bancos são particularmente suscetíveis a riscos legais quando entram em novos tipos de transações e quando o direito legal de uma contraparte para entrar numa transação não está estabelecido”.

Risco estratégico: Segundo MARSHALL (2002, p.436), “é o risco de implementar uma estratégia malsucedida ou ineficaz que fracasse em alcançar os retornos pretendidos. Muitos riscos estratégicos derivam de ameaças feitas por diferentes envolvidos no âmbito mais amplo da empresa, todos os quais têm objetivos e motivações potencialmente conflitantes”. Além disso, conforme MARSHALL (2002, p.20), “a gestão do risco estratégico é inerentemente mais aberta e se baseia nas ferramentas e estruturas utilizadas por planejadores estratégicos (como a análise de cenários)”.

Risco operacional: “É definido como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, falha de gerenciamento, falha nos controles, fraude ou erro humano. A definição inclui risco legal, mas exclui risco estratégico e reputacional” (BIS, 2004a, p.137).

Risco reputacional: Segundo BIS (1997, p. 25), “...advém de falhas operacionais, falhas para se conformar a leis relevantes e regulamentos, ou outras fontes. Risco reputacional é particularmente danoso para bancos, visto que a natureza de seus negócios requer manter a confiança dos seus depositários credores e do mercado em geral”.

Sistema Financeiro Nacional (SFN): Em sentido amplo, é composto por órgãos normativos, como o Conselho Monetário Nacional – CMN; entidades supervisoras, como Banco Central do Brasil – BACEN; e pelos operadores, como por exemplo instituições financeiras que não captam depósitos à vista e aquelas que captam depósitos à vista: bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e cooperativas de crédito. No sentido restrito dado neste estudo, o SFN engloba “instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – exceto administradoras de consórcios – agrupadas ou não em conglomerados.” (BACEN,2005d) .

3.2 Delimitação e *Design* da Pesquisa

Esta parte do estudo descreve o delineamento da pesquisa, a população, a amostra, bem como a coleta e o tratamento dos dados.

3.2.1 Delineamento da Pesquisa

Este estudo é composto por revisão teórica e pesquisa empírica. A parte empírica divide-se em uma pesquisa a respeito das categorias e subcategorias elaboradas a partir da revisão teórica, e em uma pesquisa documental com levantamento de relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação dos bancos da amostra.

O presente estudo é descritivo, pois busca, segundo VERGARA (1998, p.45), “expor características de determinada população ou fenômeno”. Neste caso, busca-se expor o nível de divulgação do risco operacional dos bancos com carteira comercial da amostra.

A pesquisa é qualitativa, o que não exclui a possibilidade de análise quantitativa de dados qualitativos (VIEIRA, 2004).

Trata-se de pesquisa não-experimental. De acordo com KERLINGER (1979, p.130), “pesquisa não-experimental ou *ex post facto*, é qualquer pesquisa na qual não é possível manipular as variáveis ou designar sujeitos ou condições aleatoriamente”.

A investigação teve corte transversal, porquanto foi feita a coleta dos dados de vários bancos no mesmo momento, mas a avaliação foi longitudinal à medida que considerou dois anos na análise: 2003 e 2004 .

A escolha dessas datas foi justificada, pois a versão do Basileia II e o Comunicado 12.746 foram publicados em 2004, ou seja, foram analisadas informações

publicadas pelos bancos antes e depois de terem sido divulgadas tais normas, o que motivou verificar se houve mudança no nível de divulgação do risco operacional entre os dois períodos.

O nível de análise é organizacional, ou seja, o banco com carteira comercial tal como é definido neste estudo. A unidade de análise é a divulgação de cada banco com carteira comercial da amostra.

3.2.2 População e amostra de bancos

De acordo com RICHARDSON (1999, p.156), “população é o conjunto de elementos que possuem determinadas características”. Amostra, segundo COLLIS e HUSSEY (2005, p.319) “é um subgrupo de uma população.”

A população deste estudo é constituída pelas instituições financeiras pertencentes ao Consolidado Bancário I presentes no relatório ‘50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional’, data base dezembro de 2004. Tais instituições são ordenadas por volume de ativos totais, deduzido da intermediação (títulos – posição financiada).

De acordo com o Quadro 09, na data base em questão o relatório apresentou cento e oito instituições pertencentes ao referido consolidado, o que representa 83,7% de participação no Sistema Financeiro em termos de ativos totais. Os cinquenta maiores bancos correspondem a 82,0% de participação no Sistema Financeiro Nacional na referida data base.

QUADRO 09: DETALHAMENTO DA POPULAÇÃO

Quantidade de bancos	Total Consolidado Bancário I (R\$ mil)	% Participação SFN
108	1.159.438.702,00	83,7%
50	1.136.897.667,00	82,0%

Fonte: BACEN (2005a).

A escolha destas entidades contidas no relatório é justificada por duas razões. Em primeiro lugar são os maiores bancos com carteira comercial segundo definição deste estudo. Em segundo lugar as entidades apresentadas no relatório estão adequadas ao escopo do Basileia II, o qual pode ser aplicado a conglomerados bancários (BIS, 2004a, p.07).

A amostra deste estudo é não-probabilística por julgamento. Neste caso, segundo HAIR Jr. et al. (2005b, p.247), "... o julgamento do pesquisador é usado para selecionar os elementos da amostra." O critério adotado para se obter a amostra é que serão selecionadas as maiores instituições, em ordem decrescente do volume em ativos totais menos a conta de intermediação, até que o acumulado ultrapasse 95,0% do somatório dos ativos dos 50 maiores bancos pertencentes ao Consolidado Bancário I. Em seguida, excluem-se desse intervalo bancos sob intervenção no período de 2003 ou 2004, para não comprometer a análise da transparência. Justifica-se esse percentual por ser significativo para a população, em termos de ativos totais. Além disso, a seleção da amostra com base no ativo total deduzido da intermediação é um recurso que já foi usado em estudo anterior, como em XAVIER (2003).

O Quadro 10 apresenta a amostra. Para se chegar a esse quadro primeiro foram selecionadas vinte e cinco entidades, cujos ativos acumulados ultrapassaram 95,0% do somatório dos ativos dos 50 maiores bancos. Em seguida foi retirada uma entidade que estava sob intervenção em 2004, chegando-se a vinte e quatro instituições.

Vale dizer que os postos ocupados por esses bancos no relatório podem modificar de um ano para outro, principalmente entre aqueles de menor volume de ativos totais. Apesar disso, a amostra reflete as entidades mais representativas na data base de dezembro de 2004.

Os bancos presentes na amostra apresentam características diversas e podem ser públicos ou privados, com controle nacional ou estrangeiro, com ou sem ações negociadas em bolsa. Por exemplo: há um banco público responsável pelo gerenciamento de um fundo constitucional, e três bancos privados com controle nacional possuem ações listadas em bolsas estrangeiras.

No entanto, independente de tais diferenças, todos possuem pelo menos um banco com carteira comercial fazendo parte do conglomerado e estão sujeitos às diretrizes do Comunicado 12.746 quanto ao cronograma para implementação do Basileia II.

QUADRO 10: AMOSTRA (data base: dez/2004, valores em R\$ 1.000)

Posto	Instituições	Ativo Total (-) Intermediação
1	BB	237.293.376
2	CEF	143.537.388
3	BRADESCO	133.579.916
4	ITAU	117.140.409
5	UNIBANCO	68.176.226
6	SANTANDER BANESPA	63.276.861
7	ABN AMRO	59.150.578
8	SAFRA	39.744.186
9	HSBC	33.240.348
10	NOSSA CAIXA	31.251.866
11	VOTORANTIM	26.446.008
12	CITIBANK	21.956.530
13	BANKBOSTON	18.983.688
14	BNB	13.167.413
15	BANRISUL	12.202.699
16	CREDIT SUISSE	11.723.873
17	ALFA	7.778.449
18	JP MORGAN CHASE	6.575.002
19	PACTUAL	6.445.217
20	BNP PARIBAS	6.015.269
21	BBM	5.491.641
22	RURAL	5.335.238
23	DEUTSCHE	5.219.314
24	BIC	4.483.055

FONTE: O autor, a partir de BACEN (2005a).

Para cada banco contido na amostra foram associadas duas características estruturais: o fato de apresentarem tipo de controle nacional ou estrangeiro, e o fato de possuírem ou não ações negociadas em bolsa. Tais características serviram para contrastar o grupo de bancos e subsidiaram as análises relacionadas ao nível de divulgação do risco operacional.

A separação entre entidades listadas ou não em bolsa pode ser encontrada na literatura em estudos relativos à transparência e *disclosure* de informações financeiras, como por exemplo em SHIGVI e DESAI (1971). Além disso, podem-se associar a bancos com ação em bolsa exigências diferenciadas relativas à transparência e prestação de contas, por exemplo o envio de informações à BOVESPA.

No que se refere a instituições com controle nacional ou estrangeiro, tal classificação foi obtida do relatório 50 maiores bancos (BACEN, 2005a), e permite identificar os bancos com controle estrangeiro que atuam no Brasil. A participação de bancos com controle estrangeiro ganhou destaque no País após o Plano Real. Podem ser lembrados como elementos que influenciaram o aumento dessa participação as fusões e aquisições que incluíram tanto bancos estatais que foram privatizados, quanto a aquisição de grandes bancos privados nacionais no período.

O Quadro 11 apresenta a amostra deste estudo, contendo para cada banco a atribuição do tipo de controle e indicativo se possui ou não ação em bolsa.

QUADRO 11: ATRIBUIÇÃO DO TIPO DE CONTROLE E INDICATIVO DE AÇÃO NEGOCIADA EM BOLSA AOS BANCOS DA AMOSTRA.

Conglomerado	Tipo de Controle	Ação Negociada em Bolsa
BB	Nacional	Sim
CEF	Nacional	Não
BRADESCO	Nacional	Sim
ITAU	Nacional	Sim
UNIBANCO	Nacional	Sim
SANTANDER BANESPA	Estrangeiro	Sim (Banespa)
ABN AMRO	Estrangeiro	Sim (Sudameris)
SAFRA	Nacional	Não
HSBC	Estrangeiro	Não
NOSSA CAIXA	Nacional	Não
VOTORANTIM	Nacional	Não
CITIBANK	Estrangeiro	Não
BANKBOSTON	Estrangeiro	Não
BNB	Nacional	Sim
BANRISUL	Nacional	Sim
CREDIT SUISSE	Estrangeiro	Não
ALFA	Nacional	Sim
JP MORGAN CHASE	Estrangeiro	Não
PACTUAL	Nacional	Não
BNP PARIBAS	Estrangeiro	Não
BBM	Nacional	Não
RURAL	Nacional	Não
DEUTSCHE	Estrangeiro	Não
BIC	Nacional	Não

Fonte: Adaptado de BACEN (2005a) e BOVESPA (2005)

Segundo o Quadro 11, verifica-se que quinze bancos têm controle nacional e que nove possuem controle estrangeiro. Constata-se, de forma não coincidente, que quinze bancos não têm ações em bolsa, e que nove as possuem. Conforme descrito no item 3.1.2, o critério adotado neste trabalho para ter ou não ação em bolsa foi que o líder do conglomerado ou um dos bancos com carteira comercial pertencente ao conglomerado possuísse ação negociada na BOVESPA em 02/03/2005. Em dois casos a entidade entre parênteses na terceira coluna permitiu classificar o conglomerado como tendo ação negociada em bolsa.

Além de analisar os instrumentos divulgados pelos bancos da amostra e de classificar os bancos por tipo de controle e se possuem ou não ações em bolsa, foram analisados os relatórios anuais de 2003 e 2004 de nove conglomerados financeiros do Exterior. O critério para escolher tais conglomerados foi o fato de serem as matrizes, na data-base de dezembro de 2004, dos nove bancos com controle estrangeiro que fazem parte da amostra deste estudo. A análise dos relatórios das matrizes de bancos com controle estrangeiro serviu como referência adicional para a análise da divulgação do risco operacional feita para bancos da amostra que atuam no País. O Quadro 12 apresenta a relação das matrizes de bancos com controle estrangeiro.

QUADRO 12: RELAÇÃO DAS MATRIZES DE BANCOS COM CONTROLE ESTRANGEIRO.

Banco com controle estrangeiro	Matriz (banco do Exterior)
SANTANDER BANESPA	GRUPO SANTANDER*
ABN AMRO	ABN AMRO HOLDING N.V.
HSBC	HSBC HOLDINGS plc
CITIBANK	CITIGROUP
BANKBOSTON	BANK OF AMERICA Corporation**
CREDIT SUISSE	CREDIT SUISSE GROUP
JP MORGAN CHASE	JP MORGAN CHASE & Co.
BNP PARIBAS	BNP PARIBAS
DEUTSCHE	DEUTSCHE BANK AG

FONTE: Adaptado a partir de dados secundários da pesquisa.

*Inclui o Banco Santander Central Hispano.

**Em 2004 fundiu-se com o FleetBoston, controlador do Bankboston naquela ocasião, e passou a controlar o Bankboston a partir da data da fusão.

Para as análises que seguem, todos vinte e quatro bancos que pertençam à amostra deste estudo serão considerados bancos do País, e as matrizes de bancos com controle estrangeiro contidas na segunda coluna do Quadro 12 serão consideradas

bancos do Exterior¹⁴. Todos os bancos divulgaram informações tanto em 2003 quanto em 2004.

Para atingir os objetivos deste estudo não foi necessário indicar o nome dos bancos nas análises que seguem. Foi suficiente apresentar as subcategorias e categorias divulgadas, substituindo o nome de cada entidade por um número que será uniforme no decorrer da narrativa e que não corresponde à posição do banco em termos de ativos totais. Bancos do Exterior também receberam numeração aleatória e foram tratados de forma similar aos bancos do País.

3.2.3 Dados: Coleta e Tratamento

Esta parte descreve procedimentos para coleta e para tratamento dos dados utilizados na presente pesquisa.

3.2.3.1 Coleta dos dados

Os dados necessários para a pesquisa foram coletados em fontes primárias e secundárias. Segundo RICHARDSON (1999, p.253), fonte primária “é aquela que teve relação direta com os fatos analisados, existindo um relato ou registro da experiência vivenciada”. Por sua vez, fonte secundária “é aquela que não tem relação direta com o acontecimento registrado, senão através de algum elemento intermediário” (idem, 1999, p.253).

¹⁴ Em essência, o banco com controle estrangeiro faz parte do patrimônio da matriz. No entanto, com base no Comunicado 12.746 do Banco Central os bancos autorizados a funcionar no País não serão diferenciados entre si quanto à origem do capital no que se refere ao tratamento que será dado com base no Basileia II. Portanto, para os efeitos desse estudo, o banco com controle estrangeiro pertence ao grupo de bancos do País, e sua Matriz pertence ao grupo de bancos do Exterior. Tal separação estende-se aos instrumentos de divulgação veiculados pelos referidos bancos do País, e aos instrumentos de divulgação veiculados pelos bancos do Exterior.

Para a revisão teórica as fontes secundárias foram livros, artigos, anais de congressos, dissertações e teses, documentos e relatórios disponíveis nos sítios eletrônicos do Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, BIS e IOSCO. Tendo em vista a relevância dos estudos realizados pelo Comitê da Basiléia e as conseqüentes recomendações relativas ao tratamento do risco operacional, tais recomendações foram fontes bibliográficas relevantes para esse estudo, em função disso foram recorrentemente citadas.

Para a parte empírica, foram usadas fontes primárias e secundárias. Para a pesquisa a respeito das categorias e subcategorias de análise, foram usados questionários. Para pesquisa documental, foram usados relatórios anuais e subsidiariamente outros instrumentos de divulgação, como demonstrações contábeis; notas explicativas; quadros suplementares às demonstrações contábeis; relatórios de administração; parecer dos auditores independentes; e para o período de 2004, os resumos do relatório do comitê de auditoria, quando disponíveis. Para bancos do Exterior, foram usados exclusivamente relatórios anuais.

A coleta das fontes usadas na pesquisa documental para bancos do País foi feita nos sítios eletrônicos dos próprios bancos, da CVM, e da BOVESPA. Para quatro bancos do País os instrumentos de divulgação foram coletados no sítio eletrônico do Diário Oficial do Estado de São Paulo, e para um banco do País os instrumentos de divulgação de 2003 foram coletados em jornal de grande circulação, sendo solicitado ao setor de atendimento do referido jornal o envio do exemplar pelo correio. Para bancos do Exterior, os relatórios foram coletados nos respectivos sítios eletrônicos.

3.2.3.2 Tratamento dos dados

Para o tratamento dos dados desta pesquisa utilizou-se a análise de conteúdo, conceituada como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p.42).

A análise de conteúdo adotada foi categorial temática¹⁵. De acordo com BARDIN (1977, p.153), “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.” Além disso, a análise foi qualitativa, o que significa que a regra de enumeração foi “presença ou ausência de termos”, em detrimento da frequência de aparição (BARDIN, 1977, p.114 -115).

A organização da análise apresentou três etapas: 1.pré-análise; 2. exploração do material e 3.tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN,1977, p.95).

Na pré-análise foram selecionados os documentos a serem examinados. Foram utilizados relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação (tais instrumentos estão descritos no item 3.2.3.1). Priorizou-se o uso de relatórios anuais pelas informações gerenciais que possuem.

Ainda na pré-análise foram selecionadas as categorias e subcategorias utilizadas na análise de conteúdo. Segundo BARDIN (1977, p.119), as categorias podem resultar da classificação analógica e progressiva dos elementos, chamado procedimento “por milha”, ou pode ser previamente fornecido o sistema de categorias com base na teoria

¹⁵ “Tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 1977, p.105).

e se repartem da melhor maneira possível os elementos encontrados, chamado procedimento “por caixas”. Este trabalho utilizou o procedimento “por caixas”, sendo as subcategorias associadas a categorias. Nesta etapa foi feita pesquisa a respeito das categorias e subcategorias de análise (ver item 3.2.3.3), a qual subsidiou a construção de Quadro de Análise descrito no item 4.1.4 deste estudo.

Na exploração do material, para cada banco foram examinados os instrumentos de divulgação e buscou-se verificar a presença ou ausência das dezoito subcategorias distribuídas em nove categorias segundo Quadro de análise. O resultado de cada banco foi registrado em um formulário cujo modelo está no Anexo 3 deste estudo.

No tratamento dos resultados, inferência e interpretação, as análises de cada banco foram registradas em tabelas e apresentadas por categoria e subcategoria, e foi apresentado o resultado para o grupo de bancos do País e para o grupo de bancos do Exterior, tal como está descrito no item 4.2 deste estudo. Para bancos do País, as informações ainda foram separadas por bancos com ação em bolsa e sem ação em bolsa, bem como por bancos com controle nacional e com controle estrangeiro. Na seqüência foram feitas análises de frequência e testes não-paramétricos (descritos no item 3.2.3.4), e foram utilizados quadros, tabelas e gráficos para apresentar os resultados obtidos com o intuito de responder às perguntas de pesquisa.

3.2.3.3 Pesquisa exploratória a respeito das categorias e subcategorias de análise

Durante a pré-análise dos dados, descrita no item 3.2.3.2, foi feita pesquisa, por meio de questionário, em que se buscou a opinião junto a profissionais a respeito das categorias e subcategorias de análise elaboradas previamente a partir da revisão teórica. Este estudo serviu para subsidiar a operacionalização das categorias que foram usadas

na análise de conteúdo. A descrição e análise dos dados dessa pesquisa exploratória são apresentadas nos itens 4.1.1 e 4.1.2 desta dissertação.

A pesquisa a respeito das categorias e subcategorias tratou de estudo exploratório, pois, segundo COOPER e SCHINDLER (2004, p.131), “através da exploração, os pesquisadores desenvolvem conceitos de forma mais clara, estabelecem prioridades, desenvolvem definições operacionais e melhoram o planejamento final da pesquisa”. Essa pesquisa baseou-se em esforço similar ao descrito em SHIGVI e DESAI (1971), no qual foi buscada a opinião de profissionais durante a elaboração de indicadores de análise utilizados em estudo de *disclosure* de informações financeiras.

O universo da pesquisa exploratória constituiu-se de usuários das informações divulgadas pelas instituições financeiras, sendo a amostra intencional. O critério para escolher os respondentes foi terem apresentado trabalhos acadêmicos a respeito do risco operacional, ou terem atuação na gestão de riscos de bancos autorizados a funcionar no País. Os respondentes assumiram o papel de ‘juízes’, tal como foi exemplificado por KERLINGER (1979, p.148-155).

Foram enviados doze questionários a profissionais distribuídos nas áreas normativa/supervisão bancária, consultoria/auditoria externa, acadêmica/docência, gestão de riscos/controles internos e outras. As questões foram predominantemente fechadas baseadas nas recomendações de GIL (1999, p.129), a respeito da elaboração de instrumentos de coleta de dados. O modelo de questionário está no Anexo 2.

A coleta de dados realizou-se entre março e junho de 2005. Após contato telefônico, foram enviados questionários por correio eletrônico, e foram recebidos dez questionários no período com cinco respondentes da área de gestão de riscos/controles internos, três da área normativa/supervisão bancária, um da área acadêmica/docência e

um da área outras (controladoria). A elaboração das questões a respeito das categorias pautou-se nas seguintes dimensões:

- Relevância e Raridade da informação: Segundo HENDRIKSEN e VAN BREDA (1999, p.97), “em seu nível mais básico, a informação relevante é a informação pertinente à questão sendo analisada”. A raridade verifica a chance de a informação ser encontrada na divulgação feita por bancos.
- Presença em instrumentos de divulgação obrigatória: Indica se a informação pode estar presente em instrumentos divulgados em cumprimento a normas e padrões contábeis. Exemplos: demonstrações contábeis, notas explicativas.
- Materialidade: Segundo BIS (1998, p.176), “Informação é considerada material se a sua omissão ou não tratamento puder mudar ou influenciar a avaliação ou decisão de um usuário confiante naquela informação para o propósito de tomada de decisões econômicas”.
- Frequência de divulgação: Indica a frequência esperada de divulgação da informação em um período.
- Informação Proprietária: Segundo BIS (2004a, p.177), “... engloba informação (por exemplo de produtos e sistemas) que, se for partilhada com competidores, renderia um investimento do banco nesses produtos/sistemas menos valorativo, e portanto minaria sua posição competitiva”.

Além das dimensões, buscou-se associar subcategorias à categoria respectiva, com o objetivo de operacionalizar as categorias relativas ao nível de divulgação do risco operacional.

Justificou-se esse estudo exploratório, coletando informações, sistematizando as categorias e subcategorias de análise, por dois motivos: o procedimento de categorização ‘por caixas’ utilizado na análise de conteúdo tornou oportuna a avaliação

prévia das categorias e subcategorias; e, ao considerar a opinião de usuários da informação que atuam no contexto brasileiro, buscou-se parâmetro de comparação para as categorias e subcategorias que fosse condizente com o estágio de desenvolvimento do nível de divulgação do risco operacional.

3.2.3.4 Provas não-paramétricas (Testes não-paramétricos)

Esta pesquisa apresentou o uso de provas não-paramétricas tanto na análise dos dados primários, quanto na análise dos dados secundários. Segundo SIEGEL (1975), “Uma prova estatística não-paramétrica é uma prova cujo modelo não especifica condições sobre os parâmetros da população da qual se extraiu a amostra.” Tais provas (também chamadas de testes não-paramétricos) foram aplicadas com o objetivo de dar significância estatística aos resultados encontrados nas análises.

As seguintes justificativas depõem a favor dessas provas: “as provas não-paramétricas não exigem mensurações tão fortes quanto as provas paramétricas¹⁶; a maior parte das provas não-paramétricas aplica-se a dados em escala ordinal, e algumas mesmo a dados em escala nominal” (SIEGEL, 1975, p.34). Além disso, provas não-paramétricas permitem o tratamento de amostras constituídas de observações de populações diferentes.

O Quadro 13 apresenta a descrição das provas utilizadas nesta dissertação. Tais provas podem referir-se a uma amostra, duas amostras ou k amostras, sendo que tais amostras podem ser independentes ou relacionadas. O resultado da prova binomial foi baseado na aplicação direta da tábua de SIEGEL (1975, p.281), e os resultados das

¹⁶ Uma prova paramétrica é uma prova cujo modelo especifica certas condições sobre os parâmetros da população da qual se extraiu a amostra para pesquisa. As provas paramétricas também exigem que os valores analisados resultem de mensurações efetuadas pelo menos no nível de uma escala de intervalos (SIEGEL, 1975).

demais provas não-paramétricas foram obtidos utilizando-se o pacote estatístico SPSS 12.0.

QUADRO 13: PROVAS NÃO-PARAMÉTRICAS UTILIZADAS.

Teste	Tipo de variável	Número de amostras	Descrição
Binomial	Nominal	uma	Diz-nos se é razoável esperar que as proporções (ou frequências) que observamos na amostra podem referir-se a uma população que apresente um determinado valor p.
Q de Cochran	Nominal	K amostras relacionadas	Comprovar se três ou mais conjuntos correspondentes de frequências ou proporções diferem entre si significativamente.
Friedman	Ordinal	K amostras relacionadas	Comprovar se K amostras provêm de uma mesma população.
Wilcoxon	Ordinal	Duas amostras relacionadas	Comprovar se duas amostras provêm de uma mesma população, analisando-se o sentido e valor das diferenças entre os pares.
U de Mann-Whitney	Ordinal	Duas amostras independentes	Comprovar se dois grupos independentes foram extraídos da mesma população.

Fonte: adaptado de SIEGEL (1975)

3.3 Limitações da Pesquisa

Este estudo buscou, em essência, verificar o nível de divulgação do risco operacional dos maiores bancos com carteira comercial que atuam no País, analisando as informações que foram tornadas públicas por meio de instrumentos de divulgação.

Apesar de não serem incluídas as Informações Financeiras Trimestrais - IFTs -, pode-se afirmar com base na revisão teórica que os instrumentos que foram analisados (descritos no item 3.2.3.1) são comumente encontrados em estudos relativos ao *disclosure*.

A utilização de questionário apresenta limitações que são inerentes ao instrumento de coleta. Além disso, a análise categorial temática apresenta alguma subjetividade na avaliação da presença ou ausência de termos, o que é intrínseco ao uso da técnica.

Finalmente, deve ser lembrado que os instrumentos de divulgação referem-se a dezembro de 2003 e a dezembro de 2004, e as conclusões referem-se a esses dois períodos.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta parte do trabalho apresenta a descrição e a análise dos dados da parte empírica da dissertação. A primeira parte apresenta a descrição e análise dos dados primários da pesquisa a respeito das categorias e subcategorias de análise, coletados por meio de questionário enviado aos usuários da informação divulgada pelos bancos da amostra. A segunda parte apresenta a descrição e análise dos dados secundários da pesquisa, coletados por meio de pesquisa documental com análise de conteúdo feita em relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação dos bancos da amostra. A divisão justifica-se porque tais etapas foram realizadas em momentos diferentes, sendo que a primeira subsidia o encaminhamento da segunda.

4.1 Descrição e análise dos dados primários

Este item busca apresentar a descrição e análise dos dados primários da pesquisa a respeito das categorias e subcategorias de análise, coletados por meio de questionário enviado aos usuários da informação divulgada pelos bancos da amostra. Divide-se em quatro partes: o item 4.1.1 apresenta resultados referentes às categorias de análise; o item 4.1.2 apresenta resultados relativos às subcategorias de análise; o item 4.1.3 apresenta o resumo das análises dos dados primários; e por fim o item 4.1.4 apresenta o quadro de análise empregado na análise do nível de divulgação do risco operacional dos bancos da amostra.

4.1.1 Avaliação das categorias

Neste item são descritas e analisadas as categorias por meio das dimensões relevância, raridade, presença em instrumentos de divulgação obrigatória, materialidade, informação proprietária e frequência de divulgação. Tais dimensões foram utilizadas como parâmetros para avaliar as categorias.

Para cada dimensão é apresentada a seguir uma análise exploratória, levando-se em conta as nove categorias, podendo ser seguida por testes não-paramétricos apropriados a cada dimensão¹⁷. Os dados originalmente obtidos estão no Anexo 4 deste estudo.

4.1.1.1 Relevância

Segundo HENDRIKSEN e VAN BREDA (1999, p.97), “em seu nível mais básico, a informação relevante é a informação pertinente à questão sendo analisada”. Foi pedido a cada respondente que ordenasse as categorias segundo a relevância, atribuindo valores de 01 a 09 sem repetição. O objetivo desta questão foi verificar se existiam diferenças entre as categorias quanto à relevância, na opinião dos respondentes. O Quadro 14 apresenta a análise exploratória dos dados.

¹⁷A categoria 09, por ser de preenchimento opcional, apresentou dados incompletos e não foi incluída nos testes não-paramétricos. A remoção da categoria 09 dos testes não-paramétricos é uma forma de tratar os dados faltantes e baseia-se em HAIR Jr. et al. (2005b). No entanto, a categoria 09 foi considerada nas análises de frequência, e contribuiu para constituição do Quadro de análise presente no item 4.1.4 desse estudo.

QUADRO 14: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - RELEVÂNCIA

Categorias	Resp. válidas	Min.	Máx.	Moda	Mediana
Cat01 Estratégias e políticas	10	1	9	1	3,5
Cat02 Estrutura e organização da função	10	1	8	4	4
Cat03 Sistema de reporte interno	10	3	8	3*	5,5
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	10	1	6	3*	4,5
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	10	3	8	6	6
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	10	1	8	5	5
Cat07 Exposição ao risco	10	1	8	1*	5
Cat08 Encargo de capital regulador	10	1	9	2	4
Cat09 Outras informações	7	1	9	9	9

FONTE: Dados primários da pesquisa.

* Múltiplas modas existem. A de menor posto é mostrada.

De acordo com o Quadro 14, as categorias que apresentam menores modas são cat01 e cat07, a qual vale 1, sendo que cat01 também possui a menor mediana, que vale 3,5. A categoria com maior moda e mediana é cat09, a qual também é a única que possui 7 respostas válidas, enquanto as demais possuem 10 respostas válidas.

O teste não-paramétrico de Friedman permite verificar se há diferenças significativas entre as medianas das relevâncias das categorias. A escolha do teste levou em conta que os dados estão em escala ordinal e que a amostra é dependente (SIEGEL,1975). Os resultados estão no Quadro 15.

QUADRO 15: TESTE DE FRIEDMAN - RELEVÂNCIA

Categorias	N	Posto Médio	Teste Friedman	Sig. (p)	Graus de Liberdade
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	10	3,90	3,667	0,817	7
Cat01 Estratégias e políticas	10	4,00			
Cat02 Estrutura e organização da função	10	4,20			
Cat07 Exposição ao risco	10	4,30			
Cat08 Encargo de capital regulador	10	4,40			
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	10	4,50			
Cat03 Sistema de reporte interno	10	5,30			
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	10	5,40			

FONTE: Dados primários da pesquisa

A hipótese nula é que não há diferenças significativas entre os postos médios das categorias. Segundo o Quadro 15, o resultado do teste de Friedman foi igual a 3,667, significância (p) igual a 0,817 com 7 graus de liberdade. A decisão foi não rejeitar a hipótese nula, pois $p = 0,817 > 0,1 > 0,05$.

No tocante à relevância não se rejeita a hipótese nula, ou seja, não há diferenças significativas entre os postos médios das categorias no nível 0,1. Considerando-se o nível de significância de 0,05 também não há diferenças entre os postos.

Com base na análise da opinião dos respondentes não se pode afirmar que uma categoria é considerada mais relevante do que as outras. Tal resultado contribui para a decisão de não se atribuírem pesos diferenciados às categorias quanto à relevância.

4.1.1.2 Raridade

A raridade verifica a chance de a informação ser encontrada na divulgação feita por bancos. Foi pedido a cada respondente que ordenasse as categorias segundo a raridade, atribuindo valores de 01 a 09 sem repetição. O objetivo desta questão foi verificar se existiam diferenças entre as categorias quanto à raridade, na opinião dos respondentes. O Quadro 16 apresenta a análise exploratória.

QUADRO 16: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - RARIDADE

Categorias	Resp. válidas	Min.	Max.	Moda	Mediana
Cat01 Estratégias e políticas	10	1	9	2*	5
Cat02 Estrutura e organização da função	10	1	8	8	6,5
Cat03 Sistema de reporte interno	10	3	7	4	4
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	10	2	5	2*	4
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	10	3	8	3	4
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	10	5	9	6	6,5
Cat07 Exposição ao risco	10	1	9	1	1,5
Cat08 Encargo de capital regulador	10	1	9	8	5,5
Cat09 Outras informações	7	1	9	9	7

FONTE: Dados primários da pesquisa

*Múltiplas modas existem. A de menor posto é mostrada.

De acordo com o Quadro 16, a categoria que possui menor moda e menor mediana é cat07. A categoria com maior moda e maior mediana é cat09, a qual também é a única que possui 7 respostas válidas, enquanto as demais possuem 10 respostas válidas.

O teste não-paramétrico de Friedman é aplicado também neste caso, pois permite verificar se há diferenças significativas entre as medianas das raridades das categorias. A escolha do teste levou em conta os mesmos motivos considerados para relevância: os dados estão em escala ordinal e a amostra é dependente (SIEGEL,1975). Os resultados estão no Quadro 17.

QUADRO 17: TESTE DE FRIEDMAN - RARIDADE

Categorias	N	Posto Médio	Teste Friedman	Sig. (p)	Graus de Liberdade
Cat07 Exposição ao risco	10	3,00	13,767	0,055	7
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	10	3,30			
Cat03 Sistema de reporte interno	10	4,10			
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	10	4,30			
Cat01 Estratégias e políticas	10	4,70			
Cat08 Encargo de capital regulador	10	4,80			
Cat02 Estrutura e organização da função	10	5,50			
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	10	6,30			

FONTE: Dados primários da pesquisa

A hipótese nula é que não há diferenças significativas entre os postos médios das categorias. Segundo o Quadro 17, o resultado do teste de Friedman foi igual a 13,767, significância (p) igual a 0,055 com 7 graus de liberdade. A decisão foi rejeitar a hipótese nula no nível de significância 0,1 , pois $p = 0,055 < 0,1$. Caso seja considerado o nível 0,05 não rejeitar hipótese nula, pois $p > 0,05$.

Com relação à raridade rejeita-se a hipótese nula no nível 0,1, ou seja, há diferenças significativas entre os postos médios das categorias. Segundo o Quadro 17, a categoria ‘abordagem para avaliação de capital’ (cat06) foi a de maior posto médio, ao

passo que ‘exposição ao risco’ (cat07) foi a de menor posto médio. Além disso, cat07 também possui a menor moda e menor mediana, conforme Quadro 16. Tais elementos podem contribuir para indicar que tal categoria pode ser considerada mais rara do que as demais, a partir da análise da opinião dos respondentes. No entanto, no nível 0,05 não se rejeita a hipótese nula, ou seja, não há diferenças significativas entre os postos médios das categorias.

4.1.1.3 Presença em instrumentos de divulgação obrigatória

Indica se a informação pode estar presente em instrumentos divulgados em cumprimento a normas e padrões contábeis, como por exemplo, demonstrações contábeis, notas explicativas ou Informações Financeiras Trimestrais – IFT.

Cada respondente indicou se as categorias poderiam estar ou não presentes em instrumentos de divulgação obrigatória, atribuindo ‘sim’ (S) ou ‘não’ (N). O objetivo desta questão foi verificar se existiam diferenças entre as categorias quanto à possibilidade de estarem presentes em instrumentos de divulgação obrigatória, na opinião dos respondentes. A análise exploratória desses dados é mostrada no Quadro 18.

QUADRO 18: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - PRESENÇA EM INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA

Categorias	Resp. Válidas	Não	Sim	Moda
Cat01 Estratégias e políticas	10	1	9	Sim
Cat02 Estrutura e organização da função	10	1	9	Sim
Cat03 Sistema de reporte interno	10	2	8	Sim
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	10	4	6	Sim
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	10	6	4	Não
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	10	1	9	Sim
Cat07 Exposição ao risco	10	5	5	Sim,Não
Cat08 Encargo de capital regulador	10	5	5	Sim,Não
Cat09 Outras informações	5	2	3	Não

FONTE: Dados primários da pesquisa

De acordo com o Quadro 18, as categorias com moda igual a 'sim' são cat01 a cat04 e cat06. A cat07 e cat08 possuem duas modas, e cat05 e cat09 têm moda igual a 'não'. Todas categorias, exceto cat09, possuem 10 respostas válidas.

O teste não-paramétrico Q de Cochran permite verificar se há diferenças significativas entre as proporções de respostas 'sim' dadas às categorias. A escolha do teste levou em conta que os dados estão em escala nominal, e que a amostra é dependente (SIEGEL,1975). Os resultados do teste estão no Quadro 19.

QUADRO 19: TESTE Q DE COCHRAN - PRESENÇA EM INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA

Categorias	N	Resposta		Prop. Resp. 'Sim'	Teste Q de Cochran	Sig. (p)	gl
		Não	Sim				
Cat01 Estratégias e políticas	10	1	9	0,90	21,346	0,003	7
Cat02 Estrutura e organização da função	10	1	9	0,90			
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	10	1	9	0,90			
Cat03 Sistema de reporte interno	10	2	8	0,80			
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	10	4	6	0,60			
Cat07 Exposição ao risco	10	5	5	0,50			
Cat08 Encargo de capital regulador	10	5	5	0,50			
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	10	6	4	0,40			

FONTE: Dados primários da pesquisa

A hipótese nula é que não há diferenças significativas na proporção de respostas 'sim' atribuídas às categorias. Segundo Quadro 19, o resultado do teste Q de Cochran foi igual a 21,346, sig. igual a 0,003 com 7 graus de liberdade. A decisão foi rejeitar a hipótese nula, pois $p = 0,003 < 0,05 < 0,1$.

Referente à presença em instrumentos de divulgação obrigatória rejeita-se a hipótese nula, ou seja, de acordo com respondentes o número de respostas 'sim' difere significativamente entre as categorias, no nível 0,1 e no nível 0,05. De acordo com o Quadro 19, as categorias cat01, cat02 e cat06 apresentaram concordância de respostas

'sim' em 90% dos casos, ao passo que cat05 apresenta concordância de respostas 'sim' em apenas 40% dos casos.

Com base no teste pode-se afirmar que as categorias não foram consideradas homogêneas quanto à presença em instrumentos de divulgação obrigatória, na opinião dos respondentes.

4.1.1.4 Materialidade

Segundo BIS (1998, p.176), “Informação é considerada material se a sua omissão ou não tratamento puder mudar ou influenciar a avaliação ou decisão de um usuário confiante naquela informação para o propósito de tomada de decisões econômicas.”

Cada respondente indicou se as categorias poderiam ou não ser materiais, atribuindo sim (S) ou não (N) a cada uma delas. O objetivo desta questão foi verificar se existiam diferenças entre as categorias quanto à materialidade, na opinião dos respondentes. A análise exploratória desses dados é mostrada no Quadro 20.

QUADRO 20: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - MATERIALIDADE

Categorias	Resp. Válidas	Não	Sim	Moda
Cat01 Estratégias e políticas	10	2	8	Sim
Cat02 Estrutura e organização da função	10	3	7	Sim
Cat03 Sistema de reporte interno	10	1	9	Sim
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	10	3	7	Sim
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	10	5	5	Sim,Não
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	10	1	9	Sim
Cat07 Exposição ao risco	10	2	8	Sim
Cat08 Encargo de capital regulador	10	1	9	Sim
Cat09 Outras informações	5	2	3	Sim

FONTE: Dados primários da pesquisa

Segundo o Quadro 20, as categorias, excetuada a cat05, possuem moda única que é 'Sim'. Além disso, as categorias, excetuada a cat09, possuem 10 respostas válidas.

O teste não-paramétrico Q de Cochran permite verificar se há diferenças significativas entre as proporções de respostas 'sim' dadas às categorias. A escolha do teste levou em conta que os dados estão em escala nominal, e que a amostra é dependente (SIEGEL, 1975). Os resultados do teste estão no Quadro 21.

QUADRO 21: TESTE Q DE COCHRAN - MATERIALIDADE

Categorias	N	Resposta		Prop Resp. 'Sim'	Teste Q de Cochran	Sig (p)	gl
		Não	Sim				
Cat03 Sistema de reporte interno	10	1	9	0,90	9,692	0,21	7
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	10	1	9	0,90			
Cat08 Encargo de capital regulador	10	1	9	0,90			
Cat01 Estratégias e políticas	10	2	8	0,80			
Cat07 Exposição ao risco	10	2	8	0,80			
Cat02 Estrutura e organização da função	10	3	7	0,70			
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	10	3	7	0,70			
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	10	5	5	0,50			

FONTE: Dados primários da pesquisa

A hipótese nula é que não há diferenças significativas na proporção de respostas 'sim' atribuídas às categorias. Segundo o Quadro 21, o teste Q de Cochran foi igual a 9,692, significância (p) igual a 0,21 com 7 graus de liberdade. A decisão foi não rejeitar a hipótese nula, pois $p = 0,21 > 0,1 > 0,05$.

Referente à materialidade não se rejeita a hipótese nula, ou seja, não há diferenças na proporção de respostas 'sim' entre as categorias no nível de significância 0,1 e no nível 0,05. Com base na análise da opinião dos respondentes pode-se afirmar que as categorias foram consideradas homogêneas quanto à materialidade.

4.1.1.5 Freqüência de divulgação

Indica a freqüência esperada de divulgação da informação em um período. Cada respondente indicou a freqüência de divulgação de cada categoria, atribuindo um dos seguintes estados: maior que anual (A+), anual (A), semestral (S), trimestral (T), menor que trimestral (T-), outra (O), nenhuma (N). O objetivo desta questão foi verificar se existiam diferenças entre as categorias quanto à freqüência de divulgação, na opinião dos respondentes. A análise exploratória dos dados é mostrada no Quadro 22 e detalhada na seqüência.

QUADRO 22: FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO - ANÁLISE EXPLORATÓRIA

Categorias	Resp. Vál.	Frequência de Divulgação							Moda
		T-	T	S	A	A+	N	O	
Cat01 Estratégias e políticas	10	1	1	0	4	2	2	0	A
Cat02 Estrutura e organização da função	10	1	1	0	6	1	1	0	A
Cat03 Sistema de reporte interno	10	3	1	0	6	0	0	0	A
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	10	1	0	2	4	1	1	1	A
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	10	1	0	3	1	1	3	1	S, N
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	10	2	1	2	4	0	0	1	A
Cat07 Exposição ao risco	10	3	4	1	0	0	1	1	T
Cat08 Encargo de capital regulador	10	3	3	2	1	0	1	0	T-,T
Cat09 Outras informações	5	1	1	0	2	0	1	0	A
Totais	85	16	12	10	28	5	10	4	

FONTE: Dados primários da pesquisa

A segunda coluna do Quadro 22 indica as respostas válidas. Verifica-se que a categoria cat09 difere das demais por possuir cinco respostas válidas em dez possíveis. Em decorrência disso, das noventa respostas esperadas foram assinaladas oitenta e cinco respostas no total.

A distribuição do total de respostas está na última linha do Quadro 22. Verifica-se na sexta coluna que a freqüência ‘anual’ apresenta vinte e oito respostas, o que corresponde a aproximadamente a 32,9% do total. A freqüência ‘outras’ apresenta

apenas quatro respostas, o que corresponde a aproximadamente 4,7% do total de respostas.

A última coluna do Quadro 22 mostra que a moda é ‘anual’ (legenda A) para seis categorias: cat01, cat02, cat03, cat04, cat06 e cat09. A moda é ‘trimestral’ (legenda T) para duas categorias: cat07 e cat08, sendo que cat08 também tem moda ‘menor que trimestral’ (legenda T-). Finalmente, cat05 tem modas ‘semestral’ e ‘nenhuma’ (respectivamente, legendas S e N).

Ainda de acordo com o Quadro 22, a frequência ‘anual’ destaca-se em cat02 e cat03 com 6 ocorrências, e em cat01, cat04 e cat06 com 4 ocorrências. A frequência anual é sugerida em BIS (2004a, p.177) para resumo geral de objetivos de gestão de risco do banco e políticas, sistemas de relatórios e definições. Para cat01, cat02 e cat04 a frequência ‘maior que anual’ (legenda A+ do Quadro 22) contribui para indicar uma frequência de divulgação menor e corrobora as constatações feitas para frequência ‘anual’ para tais categorias.

Com relação à frequência ‘semestral’, destaca-se sua presença em cat05 com três ocorrências. A frequência ‘semestral’, segundo BIS (2004a, p.177), é sugerida como regra geral para *disclosure* de elementos presentes no Pilar 3 do Basileia II. O que se verificou, no entanto, foi uma baixa associação da frequência semi-anual às categorias, com apenas dez de oitenta e cinco associações registradas (ver última linha do Quadro 22), representando 11,7% do total.

A frequência ‘trimestral’ destaca-se para cat07 com 4 ocorrências, e para cat08 com três ocorrências. Juntas, as duas categorias apresentam sete das doze ocorrências assinaladas para periodicidade trimestral. Esses fatos estão em sintonia com requisitos gerais apresentados no Pilar 3 do Basileia II, nos quais se menciona que tanto taxas para

adequação de capital, exposição a risco e itens de rápida mudança podem apresentar periodicidade trimestral (BIS,2004a, p.177).

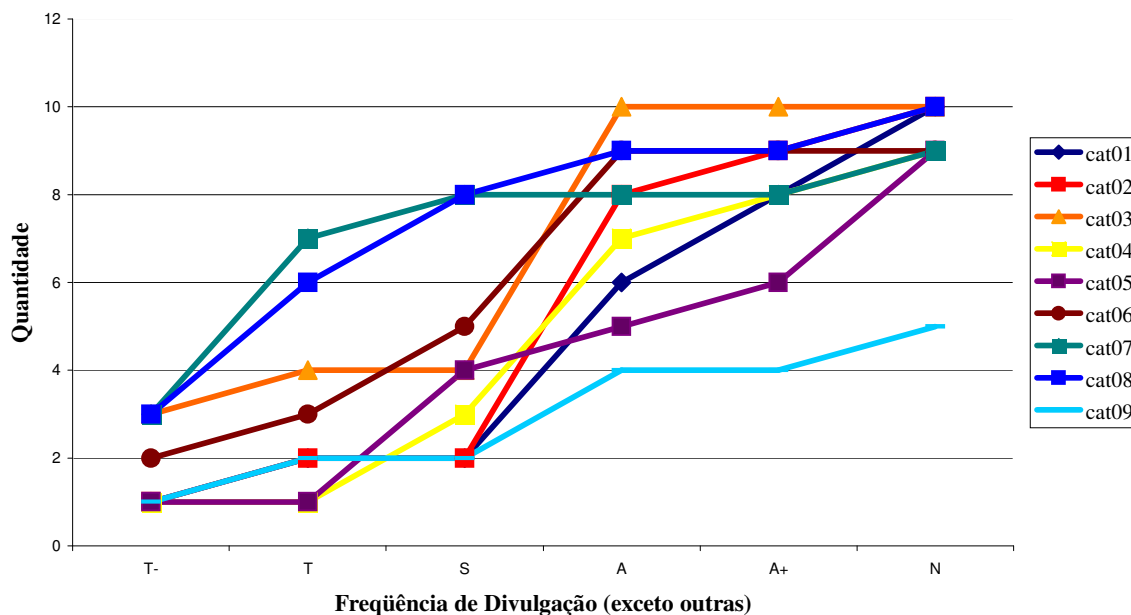
Com relação à frequência 'menor que trimestral', merece ser citada sua presença em cat03, cat07 e cat08 com três ocorrências. A predominância dessa frequência em cat07 e cat08 contribui para associar as duas categorias a uma frequência de divulgação maior do que a das outras categorias, e corrobora constatações feitas no parágrafo anterior para frequência trimestral.

A frequência 'nenhuma' predomina em cat05, com 3 ocorrências, sendo uma das modas dessa categoria. Isto pode levantar indícios de que a categoria tenha menor possibilidade de ser encontrada do que as demais categorias, baseado na opinião dos respondentes.

A frequência 'outras' (legenda O do Quadro 22) corresponde a qualquer outra frequência diferente das já elencadas. Ela possui apenas quatro ocorrências distribuídas uniformemente entre as categorias cat04 a cat07. Um dos respondentes atribuiu a essa frequência o caráter de ser eventual, ou seja, sem periodicidade definida.

Considerando todas frequências, exceto a frequência 'outras', é possível ordenar as categorias por frequência acumulada, conforme Gráfico 01 descrito a seguir. A frequência 'outras' foi desconsiderada das análises que seguem por não ser possível atribuir a ela caráter ordinal, tal como feito com as outras frequências de divulgação. Além disso, a frequência 'outras' possui quatro ocorrências e distribuição uniforme, o que contribui para não comprometer as análises feitas.

GRÁFICO 01: FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO ACUMULADA (EXCETO OUTRAS) *VERSUS* QUANTIDADE DE RESPOSTAS



FONTE: Dados primários da pesquisa

O Gráfico 01 permite verificar de que forma a frequência de divulgação foi atribuída a cada categoria em cada periodicidade. O eixo das abscissas varia de forma crescente, de T- a N. O eixo das ordenadas mostra a quantidade de ocorrências. Quanto maior a acumulação for à direita, menos freqüente é a divulgação da categoria, com base na opinião do conjunto de respondentes.

O Gráfico 01 indica que cat07 e cat08 apresentam cinco ou mais respostas acumuladas na periodicidade trimestral (T), à esquerda do centro do gráfico, respectivamente 7 e 6 ocorrências. Por outro lado, cat04 atinge cinco ocorrências na periodicidade semestral (S) e cat01, cat02, cat03, cat04 atingem cinco respostas acumuladas na freqüência anual (A), à direita do centro do gráfico. Cat05 difere por atingir cinco respostas acumuladas na freqüência A+, à direita de A, sendo também associada à freqüência N, no extremo direito do gráfico. A categoria cat09 possui

poucos dados válidos e tem predomínio de respostas acumuladas na frequência anual (A).

Com base na análise das frequências acumuladas constantes no Gráfico 01, é possível afirmar que as categorias não possuem frequências de divulgação uniformes. Verifica-se que as categorias, exceto cat09, atingem cinco ou mais respostas válidas em diferentes periodicidades: cat07 e cat08 atingem na trimestral, cat06 atinge na semestral, cat01 a cat04 na anual, e cat05 na periodicidade maior que anual.

Finalmente, com base na opinião dos respondentes, cat07 e cat08 apresentaram alguma sintonia com a periodicidade trimestral, ao passo que cat01 a cat04, cat06 e cat09 apresentaram certa sintonia com a periodicidade anual. Tais indícios estão, de certa forma, alinhados aos requerimentos gerais do Pilar 3 do Basileia II. Respeitando-se critérios contábeis nacionais, tais requerimentos sugerem que exposição ao risco, encargo de capital e itens de rápida mudança podem estar associados à periodicidade trimestral, ao passo que aspectos estruturais e de definição, bem como sistemas de relatórios, podem estar associados à frequência anual (BIS, 2004a). O que surpreendeu foi a baixa associação das categorias à frequência semestral, sugerida como regra geral para o *disclosure* de elementos presentes no Pilar 3 do Basileia II, e considerada frequência de divulgação de demonstrações financeiras de bancos no País, segundo a legislação em vigor.

4.1.1.6 – Informação Proprietária

Segundo BIS (2004a, p.177), “...engloba informação (por exemplo de produtos e sistemas), que se for partilhada com competidores renderia um investimento do bancos nesses produtos/sistemas menos valorativo, portanto minaria sua posição competitiva”.

Cada respondente indicou se as categorias poderiam estar ou não presentes em instrumentos de divulgação obrigatória, atribuindo ‘sim’ (S) ou ‘não’ (N). O objetivo desta questão foi verificar se na opinião dos respondentes existiam diferenças entre as categorias quanto a serem ou não consideradas informação proprietária. A análise exploratória desses dados é mostrada no Quadro 23.

QUADRO 23: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - INFORMAÇÃO PROPRIETÁRIA

Categorias	Resp. * Válidas	Não	Sim	Moda
Cat01 Estratégias e políticas	8	4	4	Sim, Não
Cat02 Estrutura e organização da função	8	6	2	Não
Cat03 Sistema de reporte interno	8	6	2	Não
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	8	3	5	Sim
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	8	2	6	Sim
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	8	7	1	Não
Cat07 Exposição ao risco	8	4	4	Sim, Não
Cat08 Encargo de capital regulador	8	5	3	Não
Cat09 Outras informações	4	3	1	Não

Fonte: dados primários da pesquisa

*A amostra foi de oito respondentes porque foram removidos dois deles (r3 e r4) que apresentarem dados perdidos distribuídos entre cat04, cat05 e cat08. A remoção é uma forma adotada para se tratar dados faltantes que tem base em Hair Jr. et al. (2005a, 2005b).

De acordo com Quadro 23, a categoria cat09 apresenta quatro respostas válidas, e as demais apresentam oito respostas válidas. Quatro categorias possuem moda igual a ‘não’: cat02, cat03, cat06, cat08 e cat09. As categorias cat04 e cat05 apresentam moda igual a ‘sim’, e cat01 e cat07 apresentam, ambas, as modas ‘sim’ e ‘não’.

Buscou-se verificar se a categoria não foi considerada informação proprietária. O teste não-paramétrico Q de Cochran permite verificar se há diferenças significativas entre as proporções de respostas ‘não’ dadas às categorias. A escolha do teste levou em conta que os dados estão em escala nominal, e que a amostra é dependente (SIEGEL, 1975). Os resultados do teste estão no Quadro 24.

QUADRO 24: TESTE Q DE COCHRAN - INFORMAÇÃO PROPRIETÁRIA*

Categorias	N	Estados		Prop. Resp. 'não'	Teste Q de Cochran	Sig (p)	gl
		Não	Sim				
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	8	7	1	0,875	13,741	0,056	7
Cat02 Estrutura e organização da função	8	6	2	0,75			
Cat03 Sistema de reporte interno	8	6	2	0,75			
Cat08 Encargo de capital regulador	8	5	3	0,625			
Cat01 Estratégias e políticas	8	4	4	0,50			
Cat07 Exposição ao risco	8	4	4	0,50			
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	8	3	5	0,375			
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	8	2	6	0,25			

FONTES: Dados primários da pesquisa

* A amostra com oito elementos pode limitar a aplicação de testes não-paramétricos. No entanto, segundo SIEGEL (1975), Cochran não informa número mínimo de casos para realizar o referido teste. Levando-se em conta essas considerações, decidiu-se pela aplicação do teste.

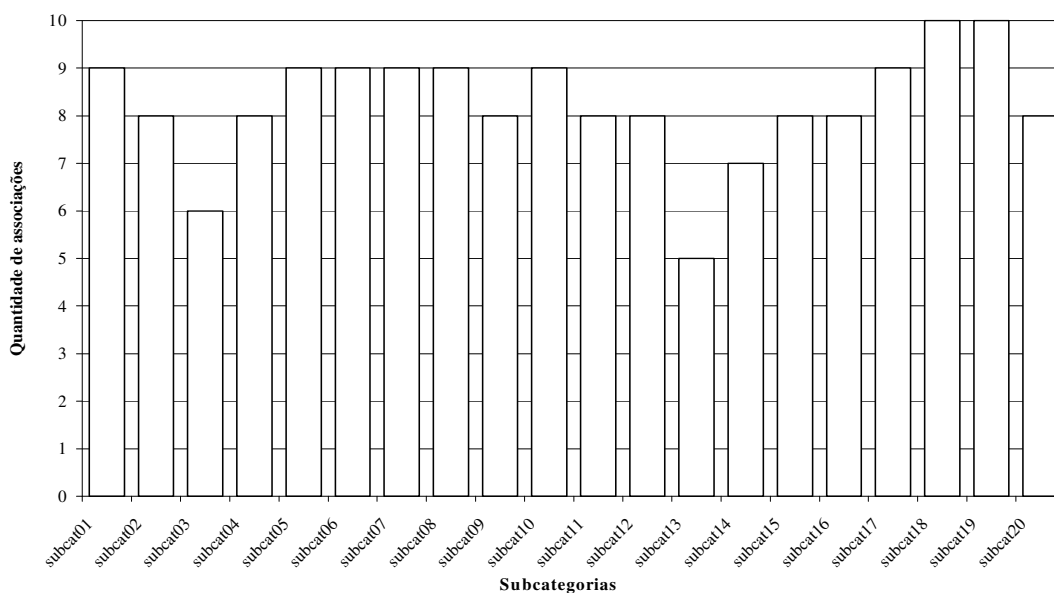
A hipótese nula é que não há diferenças na proporção de respostas 'não' atribuídas às categorias. Segundo Quadro 24, teste Q de Cochran igual a 13,741, sig. igual a 0,056 com 7 graus de liberdade. A decisão é rejeitar a hipótese nula no nível 0,1, pois $p = 0,056 < 0,1$. No entanto, no nível 0,05 a hipótese nula não é rejeitada, pois $p > 0,05$.

Referente à informação proprietária rejeita-se a hipótese nula no nível 0,1, ou seja, há diferenças significativas entre os postos médios das categorias. De acordo com Quadro 24, cat06 apresentou concordância de respostas 'não' em 87,5% dos casos, ao passo que cat04 apresentou concordância de respostas 'não' em 37,5% dos casos e finalmente cat05 apresentou concordância de respostas 'não' em apenas 25% dos casos. Tais elementos sugerem que cat04 e cat05 podem ser consideradas mais proprietárias do que as demais categorias, a partir da análise da opinião dos respondentes. No entanto, no nível 0,05 não se rejeita hipótese nula, ou seja, não há diferenças significativas entre os postos médios das categorias.

4.1.2 Avaliação das subcategorias

Esta parte descreve as análises relativas às subcategorias. Na questão relacionada ao tema cada respondente poderia marcar, ou não, um 'x' para representar a associação de uma ou mais subcategorias a uma categoria. O principal objetivo foi verificar a aderência das subcategorias, elaboradas a partir da revisão teórica, às respectivas categorias. Foram apresentadas aos respondentes vinte subcategorias distribuídas por oito categorias. O Gráfico 02 apresenta a análise exploratória dos dados.

GRÁFICO 02: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - SUBCATEGORIAS



FONTE: Dados primários da pesquisa

Segundo Gráfico 02, cada coluna corresponde a uma subcategoria (subcat). Das vinte subcategorias propostas, subcat18 e subcat19 foram assinaladas por dez respondentes; sete subcategorias foram assinaladas por nove respondentes, outras sete foram assinaladas por oito respondentes, subcat14 foi assinalada por sete respondentes,

subcat03 foi assinalada por seis respondentes e subcat13 foi assinalada por cinco respondentes.

Para avaliar a aderência das subcategorias às categorias foi aplicado o teste binomial, adequado para variáveis dicotômicas. O resultado é mostrado no Quadro 25.

QUADRO 25: RESULTADO DA CONFIRMAÇÃO DAS SUBCATEGORIAS

Subcategorias	Categoria	Conf	Sig.(p)	Decisão
Subcat01 Descrição de objetivos relacionados à gestão de riscos	Cat 01	9	0,011	Rejeitar
Subcat02 Menção a integração de riscos	Cat 01	8	0,055	Rejeitar
Subcat03 Motivos para se gerenciar o risco operacional	Cat 01	6	0,377	Aceitar
Subcat04 Conceito de risco operacional utilizado	Cat 01	8	0,055	Rejeitar
Subcat05 Envolvimento da alta administração com risco operacional	Cat 02	9	0,011	Rejeitar
Subcat06 Estrutura organizacional responsável pelo risco operacional	Cat 02	9	0,011	Rejeitar
Subcat07 Segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco	Cat 02	9	0,011	Rejeitar
Subcat08 Segregação entre auditoria interna e gestão de riscos	Cat 02	9	0,011	Rejeitar
Subcat09 Menção ao reporte da área de negócios para o gestor de risco	Cat 03	8	0,055	Rejeitar
Subcat10 Menção ao reporte do gestor de risco para alta administração	Cat 03	9	0,011	Rejeitar
Subcat11 Menção a Ferramentas para Identificar e Avaliar o Risco Operacional	Cat 04	8	0,055	Rejeitar
Subcat12 Mecanismos de Incentivo a Coleta de Perdas Operacionais	Cat 04	8	0,055	Rejeitar
Subcat13 Iniciativas para segregar as atividades do banco por linhas de negócios	Cat 04	5	0,623	Aceitar
Subcat14 Menção a bases de dados de perdas operacionais	Cat 04	7	0,172	Aceitar
Subcat15 Menção a instrumentos para transferência do risco	Cat 05	8	0,055	Rejeitar
Subcat16 Menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios	Cat 05	8	0,055	Rejeitar
Subcat17 Menção a meios para conscientização do corpo funcional quanto ao risco	Cat 05	9	0,011	Rejeitar
Subcat18 Menção a abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar	Cat 06	10	0,001	Rejeitar
Subcat19 Exposição ao Risco Operacional (valores totais ou por linhas de negócios)	Cat 07	10	0,001	Rejeitar
Subcat20 Encargo de capital regulador de risco Operacional como percentagem do capital regulador mínimo total	Cat 08	8	0,055	Rejeitar
Subcat21 Outras informações **	Cat 09	0	---	---

FONTE: a partir de dados da pesquisa exploratória

** A categoria 09 não participou desse teste por não possuir subcategorias elencadas pelos respondentes.

A hipótese nula foi a de que a probabilidade de associações e de não associações das subcategorias às respectivas categorias eram iguais e atribuídas ao acaso. A hipótese alternativa indicou probabilidade de associações maior que a de não associações, visto que as subcategorias derivaram da revisão teórica. O teste binomial aplicado foi unicaudal e o nível de significância foi 0,1 , baseado na tábua para o teste binomial presente em SIEGEL (1975).

De acordo com o Quadro 25, a primeira coluna descreve a subcategoria, a segunda coluna descreve a respectiva categoria, a terceira coluna (Conf) corresponde à quantidade de associações confirmadas pelos respondentes. Segundo indica coluna Sig.(p), o resultado apontou a rejeição da hipótese nula e aceitação da hipótese alternativa para os casos, exceto para subcat03, subcat13 e subcat14.

Em outras palavras, aquelas subcategorias descritas no Gráfico 02, que tiveram oito ou mais associações, de dez possíveis, foram selecionadas como associadas às respectivas categorias. As três subcategorias com menos de oito associações, ‘motivos para gerenciar o risco operacional’ (subcat03), ‘iniciativas para segregar as atividades do banco por linhas de negócio’ (subcat13) e ‘menção a base de dados de perdas operacionais’ (subcat14), foram destituídas da condição de subcategorias.

Os respondentes também forneceram sugestões a respeito das descrições das subcategorias por meio dos questionários. Após serem comparadas com a revisão de literatura, tais sugestões complementaram as análises. Por exemplo, substituir o termo ‘encargo de capital regulador’ por ‘encargo de capital regulamentar’, sem prejuízo do sentido. Ambos foram encontrados na literatura, sendo que o segundo termo foi considerado mais adequado para ilustrar o contraste entre capital regulamentar e capital econômico. A diferença entre capital regulamentar e capital econômico baseia-se em DUARTE Jr. (2005). Um dos entrevistados destacou o ‘envolvimento da alta

administração com risco operacional’, sendo que tal informação já havia sido contemplada como subcategoria associada à categoria ‘estrutura e organização da função’, e está baseada no documento ‘Boas Práticas’ (BIS, 2003b) como um dos itens relacionados à prática do desenvolvimento de um ambiente apropriado ao gerenciamento do risco operacional.

Finalmente, a partir da análise da opinião dos respondentes, dezessete das vinte subcategorias propostas foram consideradas associadas às respectivas categorias. Este nível de associação de oitenta e cinco por cento expressa que as subcategorias, inicialmente elaboradas a partir da revisão teórica, guardaram boa associação com as respectivas categorias. Essa constatação serviu como subsídio para operacionalizar categorias usadas na análise dos dados secundários dos relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação dos bancos da amostra.

4.1.3 Resumo das análises dos dados primários

Esta parte do estudo descreve o resumo das análises dos dados primários da pesquisa. O item 4.1.3.1 refere-se às categorias, ao passo que o item 4.1.3.2 trata as subcategorias.

4.1.3.1 Categorias

Esta parte do estudo descreve o resumo das análises dos dados primários da pesquisa relacionado às categorias. Inicialmente é apresentado o Quadro 26 com resumo dos resultados dos testes não-paramétricos, e em seguida é feita a análise dos testes relativos às dimensões relevância, raridade, presença em instrumentos de divulgação

obrigatória, materialidade, informação proprietária, e conclui-se com comentários a respeito da dimensão 'frequência de divulgação'.

QUADRO 26: RESULTADO DOS TESTES APLICADOS¹⁸

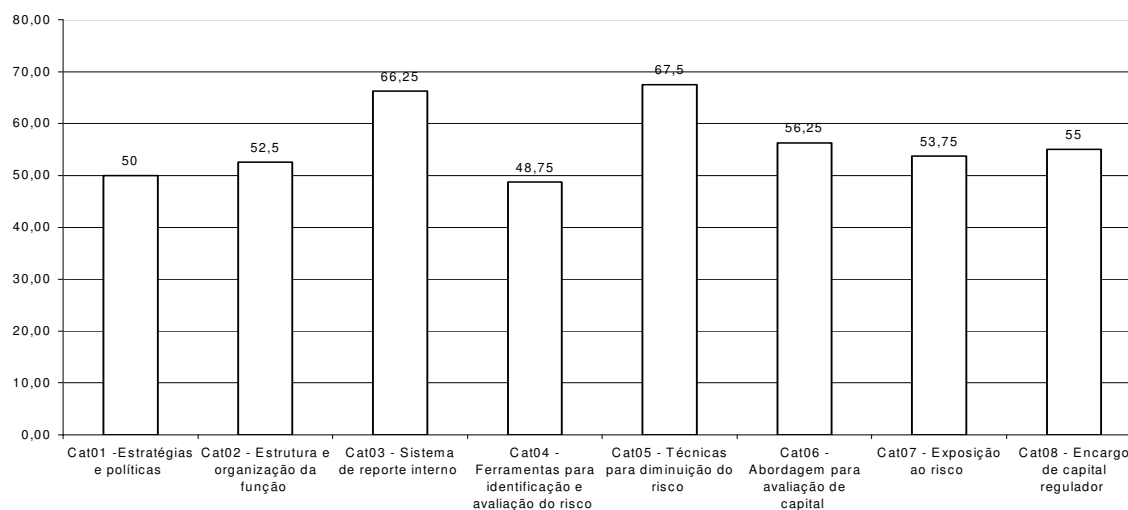
Dimensão	Teste	P	G.L.	N	Resultado (sig. 0,1)	Resultado (sig. 0,05)
Relevância	Friedman (3,667)	0,817	7	10	Sem diferença significativa	Sem diferença significativa
Raridade	Friedman (13,767)	0,055	7	10	Com diferença significativa	Sem diferença significativa
Presença em Instrumentos de Divulgação Obrigatória	Q de Cochran (21,346)	0,003	7	10	Com diferença significativa	Com diferença significativa
Materialidade	Q de Cochran (9,692)	0,207	7	10	Sem diferença significativa	Sem diferença significativa
Inf. Proprietária	Q de Cochran (13,741)	0,056	7	8	Com diferença significativa	Sem diferença significativa

FONTE: Dados primários da pesquisa

Com base na opinião dos respondentes, não se pode afirmar que uma categoria tenha sido considerada mais relevante do que outra. De acordo com o Quadro 26, no tocante à relevância não se rejeita a hipótese nula, ou seja, não há diferenças significativas entre os postos médios das categorias no nível 0,1 e no nível 0,05. O Gráfico 03 ilustra os percentuais de postos médios por categoria.

¹⁸ Conforme nota 17.

GRÁFICO 03: RELEVÂNCIA (POSTOS MÉDIOS POR CATEGORIA EM VALORES PERCENTUAIS).

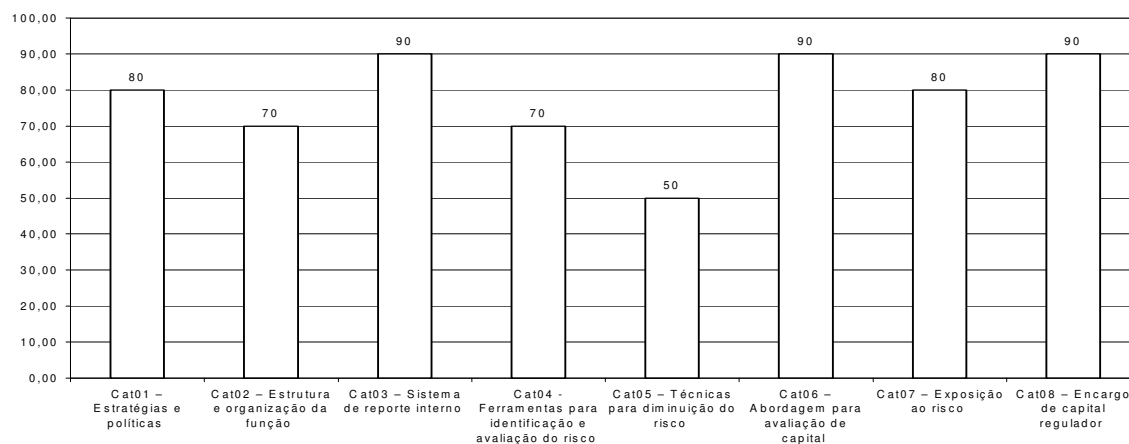


FONTE: Dados primários da pesquisa

De acordo com o Gráfico 03, cat04 possui o menor percentual relativo à relevância, e cat05 possui o maior percentual. Esses percentuais foram obtidos dividindo-se o valor de cada posto médio descrito no Quadro 15 por oito, que é o máximo posto médio possível ao se considerar essas categorias.

Referente à materialidade, o Quadro 26 também mostra que não se rejeita a hipótese nula nos níveis 0,1 e 0,05, ou seja, não há diferenças na proporção de respostas 'sim' entre as categorias. O Gráfico 04 mostra a proporção de respostas 'sim' por categoria.

GRÁFICO 04: MATERIALIDADE (PROPORÇÃO DE RESPOSTAS ‘SIM’ EM VALORES PERCENTUAIS)



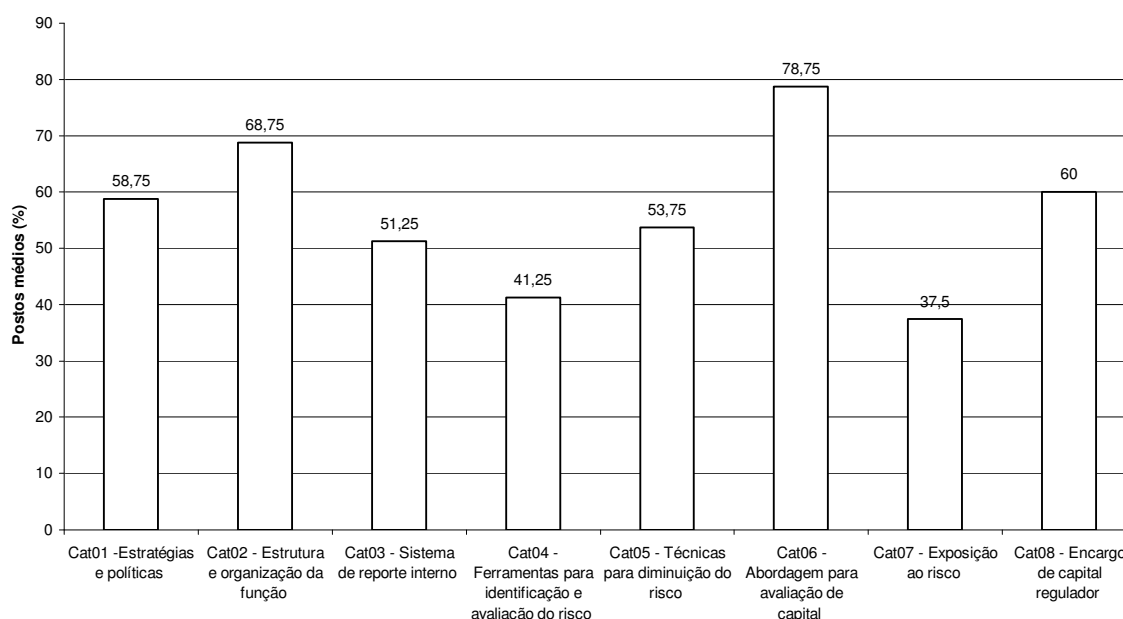
FONTE: Dados primários da pesquisa

De acordo com o Gráfico 04, cat03, cat06 e cat08 possuem o menor percentual relativo à relevância, e cat05 possui o maior percentual relacionado à relevância. Esses percentuais de respostas ‘sim’ foram obtidos no Quadro 21.

De maneira geral os resultados obtidos para relevância e materialidade contribuem para que não sejam atribuídos pesos diferenciados às categorias. Vale dizer que é possível encontrar na literatura estudos de *disclosure* do risco operacional em que não foram atribuídos pesos às categorias de análise, justamente para se evitar subjetividade decorrente de tal atribuição (HELBOK E WAGNER, 2004). Além disso, constatou-se que os respondentes não incluíram comentários desconsiderando tais categorias em suas respostas.

Com relação à raridade, por sua vez, o Quadro 26 indica que foi possível verificar diferenças entre os postos médios das categorias no nível de significância 0,1. O Gráfico 05 permite visualizar os postos médios por categoria quanto à raridade.

GRÁFICO 05: RARIDADE (POSTOS MÉDIOS POR CATEGORIA EM VALORES PERCENTUAIS).



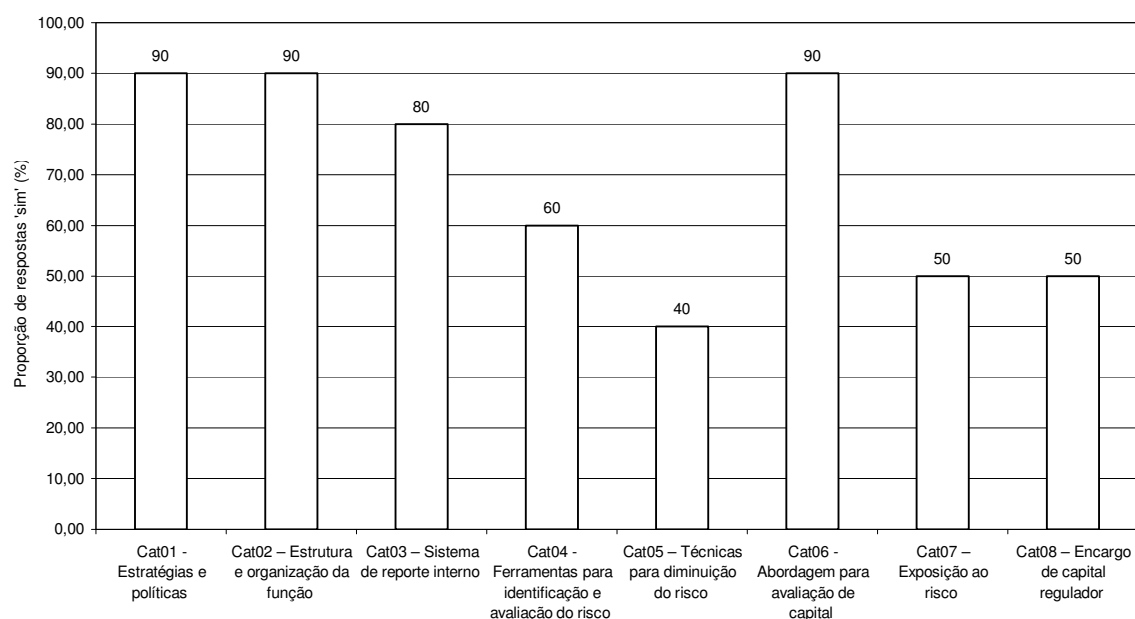
FONTE: Dados primários da pesquisa

Para chegar ao Gráfico 05, dividiu-se o posto médio de cada categoria quanto à raridade pelo valor oito, correspondente ao maior posto médio possível. Segundo Gráfico 05, ‘abordagem para avaliação do capital’ (cat08) foi a categoria com maior posto médio, ao passo que ‘exposição ao risco’ (cat07) foi a categoria de menor posto médio, ou seja, a que recebeu menores escores dos respondentes, em média. Vale dizer que cat07 também possui a menor moda e menor mediana, conforme Quadro 16. Tais elementos contribuem para indicar que ‘exposição ao risco’ pode ser considerada mais rara do que as demais, a partir da análise da opinião dos respondentes.

No que diz respeito à presença em instrumentos de divulgação obrigatória, o Quadro 26 indica rejeição da hipótese nula no nível 0,1 e no nível 0,05, ou seja, de acordo com respondentes a proporção de respostas 'sim' difere significativamente entre

as categorias. O Gráfico 06 permite visualizar a proporção de respostas ‘sim’ para cada categoria.

GRÁFICO 06: PRESENÇA EM INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA (PROPORÇÃO DE RESPOSTAS ‘SIM’ EM VALORES PERCENTUAIS)



FONTE: Dados primários da pesquisa

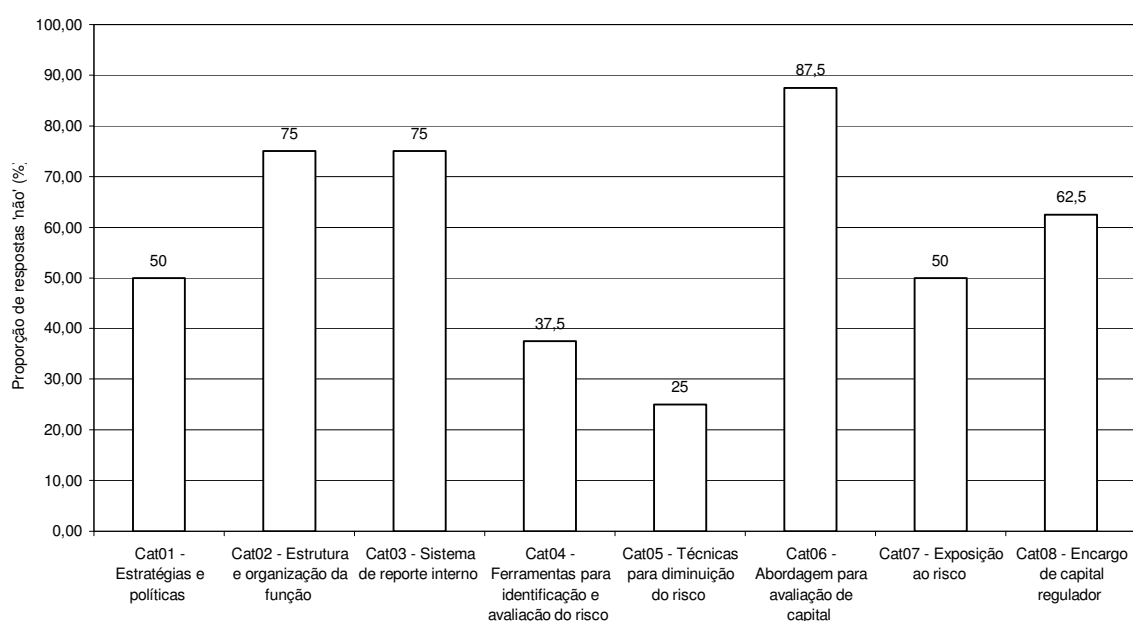
De acordo com Gráfico 06, verifica-se proporção de respostas ‘sim’ em 90% das respostas para as categorias ‘estratégias e políticas’ (cat01), ‘estrutura e organização da função’ (cat02) e ‘abordagem para avaliação do capital’ (cat06). No outro extremo, apresenta-se concordância de respostas 'sim' em apenas 40% das respostas para ‘técnicas para diminuição do risco’ (cat05).

Verifica-se no Gráfico 06 que cat01, cat02, cat03 e cat06 possuem proporções de 80% ou mais, ao passo que cat04, cat05, cat07 e cat08 possuem proporções em 60% ou menos. Estes elementos sugerem que a dimensão ‘presença em instrumentos de divulgação obrigatória’ pode ter mais poder de discriminar as categorias do que as

demais dimensões, pois revela diferenças significativas entre categorias tanto no nível 0,1 quanto no nível 0,05.

Referente à informação proprietária rejeita-se a hipótese nula no nível 0,1, ou seja, de acordo com respondentes há diferenças na proporção de respostas 'não' entre as categorias. O Gráfico 07 ilustra proporção de respostas 'não' por categoria.

GRÁFICO 07: INFORMAÇÃO PROPRIETÁRIA (PROPORÇÃO DE RESPOSTAS 'NÃO' POR CATEGORIA EM VALORES PERCENTUAIS)



FONTE: Dados primários da pesquisa

De acordo com o Gráfico 07, 'abordagem para avaliação do capital' (cat06) apresentou concordância de respostas 'não' em 87,5% dos casos. Considerar a informação proprietária significa dizer que tal informação, se divulgada, pode gerar desvantagens competitivas para quem a divulga. Neste caso, as categorias com mais indícios de informação proprietária são 'ferramentas para identificar e avaliar o risco' (cat04), a qual apresenta concordância de respostas 'não' em 37,5% dos casos, e 'técnicas para diminuição do risco' (cat05) a qual apresenta concordância 'não' em apenas 25% dos casos.

Com base nas oitenta e cinco ocorrências obtidas a respeito da frequência de divulgação verificou-se que a ‘anual’ foi citada com vinte e oito ocorrências, seguida pelas frequências ‘menor que trimestral’, com dezesseis ocorrências, ‘trimestral’ com doze ocorrências, ‘semestral’ e ‘nenhuma’ com dez ocorrências cada, ‘maior que anual’ com cinco ocorrências, e finalmente ‘outras’, com quatro ocorrências. A frequência ‘outras’ não apresenta caráter ordinal, foi a menos citada e está distribuída uniformemente entre quatro categorias.

Constatou-se que a frequência ‘anual’ predomina para cat01 a cat04, cat06 e cat09. Tal frequência é sugerida em BIS (2004a, p.177) para resumo geral de objetivos de gestão de risco do banco e políticas, sistemas de relatórios e definições. Além disso, para cat01, cat02 e cat04 a frequência ‘maior que anual’ contribui para indicar divulgação num intervalo de tempo maior do que o das demais categorias, com base na opinião dos respondentes.

A frequência ‘trimestral’ predomina para cat07 e cat08. Esses fatos estão em sintonia com requisitos apresentados no Pilar 3 do Basileia II, nos quais se menciona que tanto taxas para adequação de capital, exposição a risco e itens de rápida mudança podem apresentar periodicidade trimestral (BIS,2004a, p.177). Além disso, cat07 e cat08 registram ocorrências da frequência ‘menor que trimestral’, o que contribui para associar essas duas categorias à divulgação num intervalo de tempo menor do que o das outras categorias, na opinião dos respondentes.

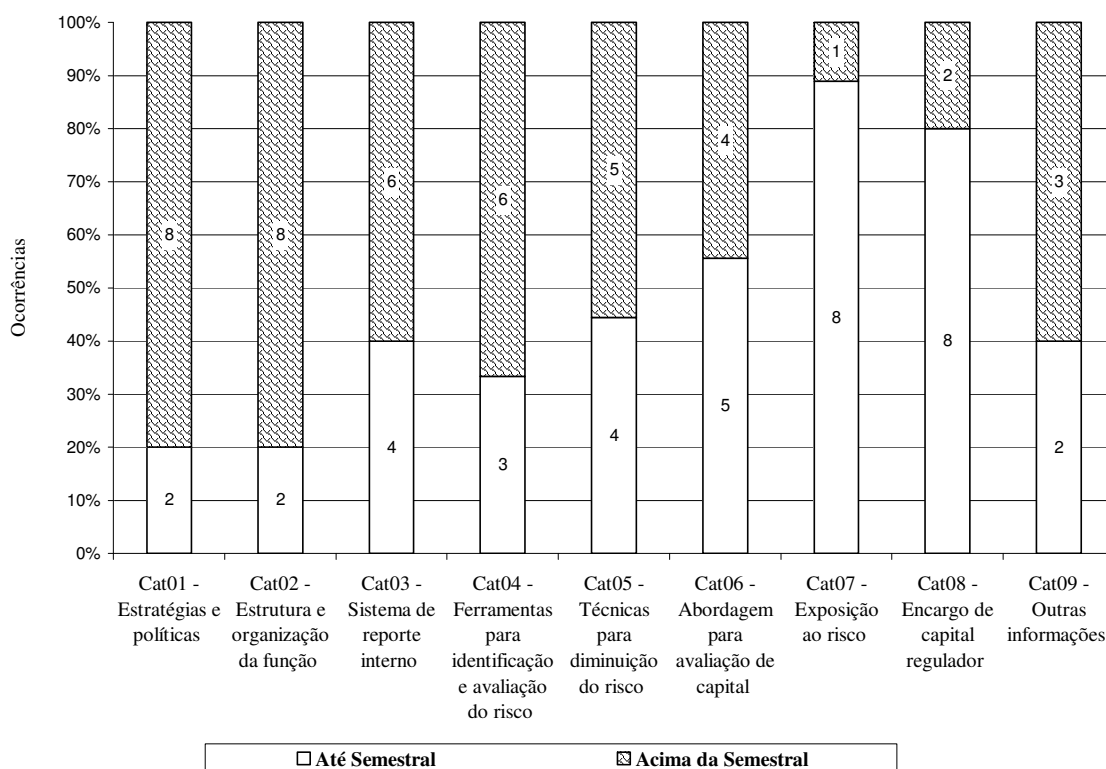
Finalmente as frequências ‘semestral’ e ‘nenhuma’ estão presentes na cat05 em maior quantidade do que nas demais categorias. Isto pode contribuir para indicar que tal categoria possua periodicidade diferente das demais ou que não seja encontrada na divulgação dos bancos, na opinião dos respondentes. A quantidade de associações à frequência semestral, apenas dez ocorrências, revelou pouca consonância com o

sugerido para esta frequência, tida como regra geral para o *disclosure* de elementos presentes no Pilar 3 do Basileia II.

Um exercício em que não se levou em conta a frequência 'outras' permitiu ordenar as categorias com base nas frequências de divulgação acumuladas. A partir da análise da opinião dos entrevistados foi possível verificar que as categorias não possuem frequências de divulgação uniformes, ou seja, as categorias atingem cinco ou mais respostas válidas em diferentes periodicidades: cat07 e cat08 atingem na trimestral, cat06 atinge na semestral, cat01 a cat04 na anual, e cat05 na periodicidade maior que anual.

Uma forma de ilustrar as diferenças quanto à frequência de divulgação por categoria pode ser a de agrupar as frequências em dois grupos: até semestral (T-,T e S) e acima da semestral (A, A+ e N). O resultado é apresentado no Gráfico 08.

GRÁFICO 08: FREQUÊNCIA DE DIVULGAÇÃO (EXCETO OUTRAS) POR CATEGORIA



FONTE: Dados primários da pesquisa

Segundo o Gráfico 08, seis categorias apresentam predomínio das suas ocorrências acima da semestral: cat01 a cat05 e cat09. Destacam-se neste grupo cat01 e cat02 com 80% das respostas válidas. Por outro lado, três categorias apresentam a maioria das ocorrências abaixo da semestral: cat06, cat07 e cat08. Destacam-se cat07 com 88,89% e cat08 com 80% das respostas válidas.

De certa forma, as similaridades e diferenças entre as frequências de divulgação anual e trimestral são coerentes com o Pilar 3 do Basileia II, no qual é sugerido, desde que não haja conflito com normas contábeis nacionais, que aspectos estruturais podem ter uma frequência de divulgação anual e itens com rápida mudança, como exposição a risco e encargo de capital, podem ter frequência de divulgação trimestral.

Por outro lado, a baixa quantidade de ocorrências constatada para frequência semestral não está em consonância com Basileia II, o qual sugere essa frequência como regra geral para o *disclosure* de elementos constantes no Pilar 3 do Basileia II. Além disso, segundo COSIF, a frequência semestral é obrigatória para divulgação de demonstrativos financeiros de bancos no Brasil, o que poderia sugerir mais ocorrências associadas a tal periodicidade.

4.1.3.2 Subcategorias

No tocante à associação de subcategorias às respectivas categorias, o principal objetivo foi verificar a aderência das subcategorias, elaboradas a partir da revisão teórica, às respectivas categorias. O resultado do teste binomial apontou não rejeitar a hipótese nula para ‘motivos para gerenciar o risco operacional’ (subcat03), ‘iniciativas para segregar as atividades do banco por linhas de negócios’ (subcat13) e ‘menção a bases de dados de perdas operacionais’ (subcat14). Em outras palavras, essas três

subcategorias apresentaram menos de oito associações às respectivas categorias em dez possíveis e foram destituídas da condição de subcategorias. As demais foram mantidas como subcategorias.

Além disso, sugestões dos respondentes foram confrontadas com a revisão teórica, complementando o estudo. Um exemplo foi a substituição do termo ‘encargo de capital regulador’ pelo termo ‘encargo de capital regulamentar’, sem prejudicar o significado da referida subcategoria. O emprego do segundo termo permitiu melhor contraste entre o conceito de capital regulamentar e o conceito de capital econômico. A diferenciação entre esses conceitos baseia-se em DUARTE Jr. (2005).

Verificou-se que dezessete das vinte subcategorias propostas foram associadas às respectivas categorias, a partir da análise da opinião dos respondentes. Isto demonstra boa aderência das subcategorias às categorias, e subsidia a realização da pesquisa empírica em relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação dos bancos da amostra.

Finalmente, conclui-se o resumo das análises do estudo exploratório detalhado nos itens 4.1.1, 4.1.2. Buscou-se apresentar resumidamente a descrição e análise da pesquisa a respeito das categorias e subcategorias. Foram coletadas opiniões de profissionais de diferentes áreas de atuação a respeito de categorias e subcategorias elaboradas a partir da revisão teórica relativas ao risco operacional. Foram usados testes não-paramétricos, análise de frequência, complementada por sugestões dos respondentes que foram confrontadas com a revisão teórica. As análises subsidiaram a constituição do Quadro presente no item 4.1.4, e contribuíram para a pesquisa descrita no item 4.2.

4.1.4 Constituição do quadro de análise

Os dados primários descritos e analisados nos itens 4.1.1 a 4.1.3 subsidiaram a constituição do Quadro 27, formado por categorias e subcategorias elaboradas previamente a partir das recomendações do Comitê da Basileia e da revisão teórica.

O Quadro é composto por nove categorias e dezoito subcategorias. As seis primeiras categorias associam-se a subcategorias predominantemente qualitativas, a sétima e oitava categorias associam-se a subcategorias quantitativas e a nona e última categoria é predominantemente qualitativa.

As categorias são baseadas em recomendações do Comitê da Basileia contidas no Pilar III do Basileia II (BIS,2004a) e no 'Boas Práticas para Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional' (BIS,2003b), constantes respectivamente nos itens 2.6.1 e 2.6.2 deste trabalho. Da revisão teórica podem ser citadas as obras de CARVALHO, TRAPP e CHAN (2004); BARROSO, LUSTOSA e MORAES (2004); HELBOK e WAGNER (2004), citadas no item 2.5.1 deste estudo. Quanto às subcategorias, a principal referência foi o já mencionado 'Boas Práticas' divulgado pelo Comitê da Basileia (BIS, 2003b), complementado pela revisão teórica já descrita para as categorias.

A atribuição de pesos às categorias foi afastada com a análise dos dados primários, presente nos itens 4.1.1 e 4.1.3.1 deste estudo, em que foi constatado com base em testes não-paramétricos não haver diferenças significativas no nível 0,05 entre as oito primeiras categorias no tocante às dimensões relevância e materialidade, na opinião dos respondentes. Além disso, constatou-se que os respondentes não incluíram comentários desconsiderando tais categorias em suas respostas.

QUADRO 27: QUADRO DE ANÁLISE USADO NO ESTUDO DO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL.

Categorias	Subcategorias
1-Estratégias e políticas	Descrição dos objetivos relacionados à gestão de riscos
	Menção a integração de riscos
	Conceito de risco operacional utilizado
2-Estrutura e organização da função	Envolvimento da alta administração com risco operacional
	Estrutura organizacional responsável pelo risco operacional
	Segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco
	Segregação entre auditoria interna e gestão de riscos
3-Sistema de reporte interno	Menção ao reporte da área de negócios para o gestor de risco
	Menção ao reporte do gestor de risco para alta administração
4-Ferramentas para identificação e avaliação do risco	Menção a ferramentas para identificar e avaliar o risco operacional
	Mecanismos de incentivo a coleta de perdas operacionais
5-Técnicas para diminuição do risco	Menção a instrumentos para transferência do risco
	Menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios
	Menção a meios para conscientização do corpo funcional quanto ao risco
6-Abordagem para avaliação de capital	Menção a abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar
7 - Exposição ao risco	Exposição ao risco operacional (valores totais ou por linhas de negócios)
8 - Encargo de capital regulamentar	Encargo de capital regulamentar de risco operacional como porcentagem do capital regulamentar mínimo total
9 – Outras Informações	Outras informações relacionadas ao risco operacional: risco legal (discussões a respeito de contingências legais, incluindo ações legais pendentes, e uma discussão e estimativa de potenciais obrigações).

FONTE: O autor, a partir de Recomendações do Comitê da Basiléia, da revisão teórica e da pesquisa exploratória.

O Quadro 27 apresenta cada categoria associada a uma ou mais subcategorias, e não são atribuídos pesos às subcategorias. Tomou-se por base a obra de HELBOK e WAGNER (2004), em que não foram atribuídos pesos aos elementos de análise e em que foi possível encontrar elementos agrupados em quantidades diferentes.

A quantidade de subcategorias associada a cada categoria levou em conta o resultado da análise dos dados primários, descrita nos itens 4.1.2 e 4.1.3.2, em que foi constatada a aderência de dezessete subcategorias às respectivas categorias, na opinião dos respondentes. A décima oitava subcategoria, descrita no final do Quadro 27, está associada à categoria 09 'outras informações'. No contexto de outras informações relacionadas ao risco operacional, consideraram-se neste estudo as informações relacionadas ao risco legal.

O risco legal não foi explicitado pelos respondentes na pesquisa exploratória, mas foi considerado na constituição do Quadro 27 porque está incluso no conceito de risco operacional descrito no Basileia II (BIS, 2004a, p.137). De acordo com BIS (1998, p.27), a divulgação do risco legal "... inclui contingências legais (incluindo ações legais pendentes) e uma discussão e estimativa das potenciais obrigações¹⁹." Estudos do Comitê da Basileia (BIS, 2001a,2002,2003a) e XAVIER (2003), mencionados no item 2.5.1 deste estudo, mostraram discussões relativas a contingências legais como item passível de ser verificado empiricamente na divulgação de bancos, e foi o que ocorreu nesta dissertação.

Finalmente, a apresentação do Quadro 27 conclui a primeira parte da descrição e análise dos dados. Baseado nesse quadro, foram feitas as análises dos relatórios anuais e de outros instrumentos de divulgação dos bancos, descritas no item 4.2 desta dissertação.

¹⁹ De acordo com o texto original, "*Legal risk disclosures include legal contingencies (including pending legal actions) and a discussion and estimate of the potential liabilities*" (BIS,1998,p.24).

4.2 Descrição e análise dos dados secundários – análise dos relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação

Esta parte apresenta a descrição e análise dos dados secundários coletados por meio de pesquisa documental feita em relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação dos bancos da amostra. Os resultados estão divididos em descrição e análise por subcategoria e categoria, e descrição e análise por grupo de bancos.

A separação da análise por categoria e subcategoria busca apresentar as informações que foram veiculadas pelos bancos e que foram objeto da análise de conteúdo feita com base no Quadro 27 apresentado no item 4.1.4. A separação por grupos de bancos foi descrita na amostra desse estudo, item 3.2.2, e serviu para contrastar os grupos de bancos quanto às análises dos níveis de divulgação do risco operacional, fornecendo elementos para responder às perguntas de pesquisa.

Como descrito no item 3.2.2, para atingir os objetivos deste estudo não foi necessário indicar o nome dos bancos nas análises que seguem. Foi suficiente apresentar as subcategorias e categorias divulgadas, substituindo o nome de cada entidade por um número que será uniforme no decorrer da narrativa e que não corresponde à posição do banco em termos de ativos totais. Bancos do Exterior também receberam numeração aleatória e foram tratados de forma similar aos bancos do País.

4.2.1 Resultados por categoria e subcategoria

Esta parte apresenta os resultados das análises por categoria e subcategoria. Para cada banco e para cada ano foi feita a análise de conteúdo buscando-se identificar a presença ou ausência das dezoito subcategorias distribuídas entre as nove categorias de análise. O resultado da análise de cada banco foi registrado em um formulário, cujo modelo está no Anexo 3 deste estudo.

Após esta etapa, os dados foram tabulados chegando-se finalmente à Tabela 01, que contém o registro das subcategorias presentes e ausentes para os vinte e quatro bancos da amostra em 2003, e à Tabela 02, que contém o registro das subcategorias para os vinte e quatro bancos em 2004. O formato das tabelas baseou-se em estudos de GOULART (2003).

As linhas da tabela correspondem às dezoito subcategorias, e as colunas correspondem aos vinte e quatro bancos do País. O total de itens verificados para bancos do País em 2003 corresponde à multiplicação do total de linhas pelo total de colunas, o que dão 432 itens. Levando-se em conta que foi analisada a mesma quantidade de elementos em 2004, o total verificado para bancos do País corresponde a 864 itens.

De forma similar foi elaborada a Tabela 03, relativa aos nove bancos do Exterior. O total de itens verificados para bancos do Exterior corresponde à multiplicação de 18 subcategorias pela quantidade de nove bancos, totalizando 162 itens em 2003. Levando-se em conta o ano de 2004, o total verificado para bancos do Exterior foi de 324 itens. Portanto, o total analisado levando-se em conta os dois grupos de bancos e os dois anos, foi de 1.188 itens.

TABELA 01: RESULTADOS DA DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL DE BANCOS DO PAÍS EM 2003 POR SUBCATEGORIA

Categorias	Subcategorias	2003																								Total (P)	% (P)
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24		
Cat01Estratégias e políticas	Descrição dos objetivos relacionados à gestão de riscos	P	A	P	P	P	A	A	P	A	P	A	A	P	A	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	9	37,50%
	Menção a integração de riscos	A	A	A	P	P	A	A	A	A	A	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	3	12,50%
	Conceito de risco operacional utilizado	A	A	P	P	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	5	20,83%
Cat02 Estrutura e organização da função	Envolvimento da alta administração com risco operacional	A	A	P	P	P	A	A	A	A	A	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	6	25,00%
	Estrutura organizacional responsável pelo risco operacional	A	A	A	P	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	P	A	A	3	12,50%	
	Segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco	A	A	A	P	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	2	8,33%
	Segregação entre auditoria interna e gestão de riscos	A	A	A	P	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	2	8,33%
Cat03 Sistema de reporte interno	Menção ao reporte da área de negócios para o gestor de risco	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	P	A	A	1	4,17%	
	Menção ao reporte do gestor de risco para alta administração	A	A	A	P	P	A	A	A	A	A	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	3	12,50%	
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	Menção a ferramentas para identificar e avaliar o risco operacional	A	A	A	P	P	A	A	P	A	A	A	P	A	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	6	25,00%	
	Mecanismos de incentivo a coleta de perdas operacionais	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	Menção a instrumentos para transferência do risco	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%
	Menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios	A	A	P	A	P	A	A	A	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	P	A	A	4	16,67%	
	Menção a meios para conscientização do corpo funcional quanto ao risco	A	A	P	P	P	A	A	P	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	P	A	A	6	25,00%	
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	Menção a abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%	
Cat07 Exposição ao risco	Exposição ao risco operacional (valores totais ou por linhas de negócios)	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%	
Cat08 Encargo de capital regulamentar	Encargo de capital regulamentar de risco operacional como porcentagem do capital regulamentar mínimo total	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%	
Cat09 Outras informações	Outras informações relacionadas ao risco operacional: risco legal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	24	100,00%	

FONTE: Dados secundários da pesquisa. Legenda: P – presente; A – ausente.

TABELA 02: RESULTADOS DA DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL DE BANCOS DO PAÍS EM 2004 POR SUBCATEGORIA

Categorias	Subcategorias	2004																								Total (P)	% (P)
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24		
Cat01Estratégias e políticas	Descrição dos objetivos relacionados à gestão de riscos	P	A	P	P	P	A	A	A	P	P	A	P	P	A	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	10	41,67%
	Menção a integração de riscos	A	A	A	P	P	A	A	A	A	A	P	P	A	A	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	5	20,83%
	Conceito de risco operacional utilizado	A	A	P	P	A	A	A	P	A	P	A	P	A	A	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	7	29,17%
Cat02 Estrutura e organização da função	Envolvimento da alta administração com risco operacional	A	A	P	P	P	A	A	A	A	A	P	P	P	P	A	A	A	A	A	P	P	A	A	9	37,50%	
	Estrutura organizacional responsável pelo risco operacional	A	A	A	P	P	A	A	A	P	A	P	P	A	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	7	29,17%	
	Segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco	A	A	A	P	P	A	A	A	P	A	P	A	A	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	6	25,00%	
	Segregação entre auditoria interna e gestão de riscos	P	A	A	P	P	A	A	A	A	A	P	P	A	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	7	29,17%	
Cat03 Sistema de reporte interno	Menção ao reporte da área de negócios para o gestor de risco	A	A	A	A	A	A	A	A	A	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	P	A	A	2	8,33%		
	Menção ao reporte do gestor de risco para alta administração	A	A	A	P	A	A	A	A	A	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	2	8,33%		
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	Menção a ferramentas para identificar e avaliar o risco operacional	P	A	A	P	P	A	A	P	A	A	P	P	P	A	A	A	A	A	P	P	A	A	9	37,50%		
	Mecanismos de incentivo a coleta de perdas operacionais	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%		
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	Menção a instrumentos para transferência do risco	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%		
	Menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios	A	A	P	P	P	A	A	A	P	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	P	A	A	5	20,83%		
	Menção a meios para conscientização do corpo funcional quanto ao risco	A	A	P	P	P	A	A	P	A	A	P	P	A	A	A	A	A	A	P	P	A	A	8	33,33%		
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	Menção a abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar	A	A	A	P	A	A	A	P	A	A	P	A	A	A	A	A	A	A	P	A	A	A	4	16,67%		
Cat07 Exposição ao risco	Exposição ao risco operacional (valores totais ou por linhas de negócios)	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%		
Cat08 Encargo de capital regulamentar	Encargo de capital regulamentar de risco operacional como porcentagem do capital regulamentar mínimo total	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%		
Cat09 Outras informações	Outras informações relacionadas ao risco operacional: risco legal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	24	100,00%		

FONTE: Dados secundários da pesquisa. Legenda: P – presente; A – ausente.

TABELA 03: RESULTADOS DA DIVULGAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL DE BANCOS DO EXTERIOR EM 2003 E 2004 POR SUBCATEGORIA

Categorias	Subcategorias	2003										2004											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total (P)	% (P)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total (P)	% (P)
Cat01 Estratégias e políticas	Descrição dos objetivos relacionados à gestão de riscos	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%
	Menção a integração de riscos	P	P	P	P	P	P	P	A	P	8	88,89%	P	P	P	P	P	P	P	A	P	8	88,89%
	Conceito de risco operacional utilizado	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%
Cat02 Estrutura e organização da função	Envolvimento da alta administração com risco operacional	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%
	Estrutura organizacional responsável pelo risco operacional	P	P	P	P	P	P	P	A	P	8	88,89%	P	P	P	P	P	P	P	A	P	8	88,89%
	Segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco	P	P	P	P	P	P	P	A	P	8	88,89%	P	P	P	P	P	P	P	A	P	8	88,89%
	Segregação entre auditoria interna e gestão de riscos	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%
Cat03 Sistema de reporte interno	Menção ao reporte da área de negócios para o gestor de risco	P	P	P	P	P	P	A	P	P	8	88,89%	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%
	Menção ao reporte do gestor de risco para alta administração	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%
Cat04 Ferramentas para identificação e avaliação do risco	Menção a ferramentas para identificar e avaliar o risco operacional	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%
	Mecanismos de incentivo a coleta de perdas operacionais	A	P	A	A	A	A	A	A	A	1	11,11%	A	A	A	A	A	A	A	P	A	1	11,11%
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	Menção a instrumentos para transferência do risco	A	P	P	A	A	P	P	P	A	5	55,56%	A	P	P	A	A	P	P	P	P	6	66,67%
	Menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios	P	P	P	P	A	P	P	P	A	7	77,78%	P	P	P	P	A	P	P	P	P	8	88,89%
	Menção a meios para conscientização do corpo funcional quanto ao risco	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	Menção a abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar	A	A	P	A	P	P	P	A	P	5	55,56%	A	P	P	P	P	P	P	A	P	7	77,78%
Cat07 Exposição ao risco	Exposição ao risco operacional (valores totais ou por linhas de negócios)	P	P	P	A	A	P	A	A	A	4	44,44%	P	P	P	A	P	P	A	A	A	5	55,56%
Cat08 Encargo de capital regulamentar	Encargo de capital regulamentar de risco operacional como porcentagem do capital regulamentar mínimo total	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%	A	A	A	A	A	A	A	A	A	0	0,00%
Cat09 Outras informações	Outras informações relacionadas ao risco operacional: risco legal	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%	P	P	P	P	P	P	P	P	P	9	100,00%

FONTE: Dados secundários da pesquisa. Legenda: P – presente; A – ausente.

Na horizontal, a leitura das Tabelas 01 e 02 permite descrever e analisar dados por subcategorias e categorias para os bancos do País. De forma similar, a Tabela 03 permite descrever e analisar os dados por subcategoria e categoria para os bancos do Exterior.

A última coluna das Tabelas 01 a 03 contém percentuais dos bancos que mencionaram a subcategoria. Por exemplo, na Tabela 02, a subcategoria ‘conceito de risco operacional utilizado’ apresenta percentual de 29,17% de divulgação. Para obter esse percentual foi somada a quantidade de bancos que tiveram a subcategoria presente em seus instrumentos de divulgação (sete), e o resultado foi dividido pela quantidade total de bancos avaliados (que podem ter indicação para cada subcategoria ‘presente’ ou ‘ausente’ e que neste caso corresponde a 24 bancos). Essa forma de calcular o percentual baseou-se em documentos do Comitê da Basileia (BIS, 2001a, 2002, 2003a).

Inicialmente, foi percebida na análise dos relatórios de bancos do País a predominância da ausência de termos, exceto para a subcategoria ‘outras informações relacionadas ao risco operacional: risco legal’. De acordo com as Tabelas 01 e 02, a subcategoria com maior percentual, exceto ‘outras informações’, foi ‘descrição de objetivos relacionados a gestão de riscos’, com 37,50% de itens presentes em 2003 (41,67% em 2004). Por outro lado, ‘mecanismos de incentivo a coleta de perdas operacionais’, ‘menção a instrumentos para transferência do risco’, ‘exposição ao risco operacional’ e ‘encargo de capital regulamentar de risco operacional’ não foram mencionadas no País em 2003 nem em 2004.

No Exterior, por outro lado, predominou a presença de termos. Segundo a Tabela 03, oito subcategorias apresentaram percentuais de 100% tanto em 2003 quanto em 2004. Como exceção cita-se a subcategoria ‘encargo de capital regulamentar de risco operacional’, a qual não foi mencionada em 2003 nem em 2004.

A seguir serão apresentados os resultados por categoria, sendo possível verificar a quantidade e percentual de subcategorias divulgadas pelos bancos em estudo.

4.2.1.1 Estratégias e Políticas

Este item refere-se à divulgação relacionada à categoria 01 – ‘Estratégias e Políticas’, a qual associa-se a três subcategorias: ‘descrição de objetivos relacionados à gestão de riscos’ (scat01), ‘menção a integração de riscos’ (scat02) e ‘conceito de risco operacional utilizado’ (scat03). O Quadro 28 apresenta a quantidade e percentual de bancos que divulgaram as referidas subcategorias.

O referido quadro apresenta três subcategorias nas colunas, e nas linhas apresenta a quantidade de subcategorias divulgadas em cada ano para cada grupo de bancos. Abaixo da quantidade está o respectivo percentual de bancos em que foi constatada a presença da subcategoria. Por exemplo, ‘descrição dos objetivos relacionados à gestão de riscos’ (coluna scat01), foi mencionada em instrumentos de divulgação de 04 bancos com ação em bolsa (primeira linha), o que corresponde a 44,44% dos 09 bancos pertencentes a esse grupo.

Segundo o Quadro 28, verifica-se que scat01 foi divulgada nos dois anos, exceto pelo grupo de bancos com controle estrangeiro em 2003. Em 2004 foi apresentada por 66,67% dos bancos com ação em bolsa. A scat02 não foi mencionada por bancos sem ação em bolsa em 2003. A scat03 não foi citada no País por bancos com controle estrangeiro em 2003, e foi citada por 44,44% dos bancos do País com ação em bolsa em 2004.

Com relação a scat01, foi verificado que bancos não necessariamente gerenciaram o risco para fins exclusivamente regulamentares, ocorrendo casos em que

foram apresentados outros objetivos, como a redução de perdas operacionais por exemplo.

QUADRO 28: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIAS ASSOCIADAS A 'ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS'

Período	Bancos	Subcategorias		
		Scat01 Descrição dos objetivos relacionados à gestão de riscos	Scat02 Menção a integração de riscos	Scat03 Conceito de risco operacional utilizado
2003	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	04 (44,44%)	03 (33,33%)	04 (44,44%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	05 (33,33%)	0 0,00%	01 (6,67%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	09 (60%)	02 (13,33%)	05 (33,33%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	0 0,00%	01 (11,11%)	0 0,00%
	País (24 bancos=100%)	09 (37,5%)	03 (12,5%)	05 (20,83%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	09 (100%)	08 (88,89%)	08 (88,89%)
2004	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	06 (66,67%)	04 (44,44%)	04 (44,44%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	04 (26,67%)	01 (6,67%)	03 (20%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	09 (60%)	04 (26,67%)	06 (40%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	01 (11,11%)	01 (11,11%)	01 (11,11%)
	País (24 bancos=100%)	10 (41,67%)	05 (20,83%)	07 (29,17%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	09 (100%)	08 (88,89%)	09 (100%)

FONTE: Dados secundários da pesquisa

Finalmente, para os bancos do País as subcategorias apresentaram em 2004 percentuais maiores do que os divulgados em 2003, exceto scat01 para bancos sem ação em bolsa. Para bancos do Exterior foi mantido o percentual de bancos que mencionaram as subcategorias igual ou superior a 88,89% nos dois anos.

4.2.1.2 Estrutura e Organização da Função

Este item apresenta comentários a respeito da divulgação referente à categoria 02 – ‘Estrutura e Organização da Função’, a qual apresenta quatro subcategorias: ‘envolvimento da alta administração com risco operacional’ (scat04), ‘estrutura organizacional responsável pelo risco’ (scat05), ‘segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco’ (scat06) e ‘segregação entre auditoria interna e gestão de riscos’ (scat07). O Quadro 29 apresenta a quantidade e percentual de bancos que divulgaram subcategorias.

Segundo o Quadro 29, scat04 apresentou em 2003 e 2004 respectivamente 25% e 37,5% de divulgação no País, e pelo menos um banco em cada grupo mencionou essa subcategoria. Em 2003 bancos sem ação em bolsa e bancos com controle estrangeiro não mencionaram scat05. A scat06 e scat07 não foram divulgadas por bancos sem ação em bolsa e por bancos com controle estrangeiro em 2003, e ambas foram divulgadas por 55,56% dos bancos com ação em bolsa em 2004.

Todas subcategorias foram divulgadas por bancos do Exterior em percentuais iguais ou acima de 88,89% nos dois anos.

QUADRO 29: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIAS ASSOCIADAS A ‘ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA FUNÇÃO’

Período	Bancos	Subcategorias			
		Scat04 Envolvimento da alta administração com risco operacional	Scat05 Estrutura organizacional responsável pelo risco	Scat06 Segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco	Scat07 Segregação entre auditoria interna e gestão de riscos
2003	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	05 (55,56%)	03 (33,33%)	02 (22,22%)	02 (22,22%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	01 (6,67%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	05 (33,33%)	03 (20%)	02 (13,33%)	02 (13,33%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	01 (11,11%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
	País (24 bancos=100%)	06 (25%)	03 (12,5%)	02 (8,33%)	02 (8,33%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	09 (100%)	08 (88,89%)	08 (88,89%)	09 (100%)
2004	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	05 (55,56%)	05 (55,56%)	05 (55,56%)	05 (55,56%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	04 (26,67%)	02 (13,33%)	01 (6,67%)	02 (13,33%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	07 (46,67%)	06 (40%)	05 (33,33%)	06 (40%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	02 (22,22%)	01 (11,11%)	01 (11,11%)	01 (11,11%)
	País (24 bancos=100%)	09 (37,5%)	07 (29,17%)	06 (25%)	07 (29,17%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	09 (100%)	08 (88,89%)	08 (88,89%)	09 (100%)

FONTE:Dados secundários da pesquisa

4.2.1.3 Sistema de Reporte Interno

Este item discorre a respeito da divulgação relacionada à categoria 03 – ‘Sistema de Reporte Interno’, a qual apresenta duas subcategorias: ‘menção ao reporte das áreas de negócio para o gestor de risco’ (scat08) e ‘menção ao reporte do gestor de risco para alta administração’ (scat09). O Quadro 30 apresenta a quantidade e percentual de bancos que divulgaram as subcategorias.

QUADRO 30: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIAS ASSOCIADAS A ‘SISTEMA DE REPORTE INTERNO’

Período	Bancos	Subcategorias	
		Scat08 Menção ao reporte da área de negócios para o gestor de risco	Scat09 Menção ao reporte do gestor de risco para alta administração
2003	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	01 (11,11%)	03 (33,33%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	01 (6,67%)	02 (13,33%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	0 (0,00%)	01 (11,11%)
	País (24 bancos=100%)	01 (4,17%)	03 (12,5%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	08 (88,89%)	09 (100%)
2004	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	02 (22,22%)	02 (22,22%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	01 (6,67%)	01 (6,67%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	01 (11,11%)	01 (11,11%)
	País (24 bancos=100%)	02 (8,33%)	02 (8,33%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	09 (100%)	09 (100%)

FONTE: o autor, a partir de dados secundários da pesquisa

Segundo Quadro 30, scat08 não foi mencionada por bancos sem ação em bolsa nos dois anos e por bancos com controle estrangeiro em 2003. A scat09 apresentou 22,22% de divulgação para bancos com ação em bolsa em 2004.

Por outro lado, scat08 e scat09 foram divulgadas pelos bancos do Exterior em percentuais iguais ou acima de 88,89%, sendo que em 2004 elas foram divulgadas por 100% dos bancos do Exterior.

4.2.1.4 Ferramentas Para Identificação e Avaliação do Risco

Este item discorre a respeito da divulgação relacionada à categoria 04 – ‘Ferramentas para identificação e avaliação do risco’, a qual apresenta duas subcategorias: ‘menção a ferramentas para identificar e avaliar o risco operacional’ (scat10), ‘mecanismos de incentivo a coleta de perdas operacionais’ (scat11). O Quadro 31 apresenta a quantidade e percentual de bancos que divulgaram as referidas subcategorias.

Segundo Quadro 31, scat10 não foi mencionada por bancos com controle estrangeiro em 2003. No Exterior, a subcategoria foi divulgada por todos os bancos nos dois anos. Quanto a scat11, ela só foi mencionada por um banco do Exterior em 2003 e por outro em 2004.

QUADRO 31: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIAS ASSOCIADAS A 'FERRAMENTAS PARA IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO'

Período	Bancos	Subcategorias	
		Scat10 Menção a Ferramentas para Identificar e Avaliar o Risco Operacional	Scat11 Mecanismos de Incentivo a Coleta de Perdas Operacionais
2003	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	04 (44,44%)	0 (0,00%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	02 (13,33%)	0 (0,00%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	06 (40%)	0 (0,00%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
	País (24 bancos=100%)	06 (25%)	0 (0,00%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	09 (100%)	01 (11,11%)
2004	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	05 (55,56%)	0 (0,00%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	04 (26,67%)	0 (0,00%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	07 (46,67%)	0 (0,00%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	02 (22,22%)	0 (0,00%)
	País (24 bancos=100%)	09 (37,5%)	0 (0,00%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	09 (100%)	01 (11,11%)

FONTE: dados secundários da pesquisa

4.2.1.5 Técnicas Para Diminuição do Risco

Este item discorre a respeito da divulgação relacionada à categoria 05 – ‘Técnicas para diminuição do risco’, a qual apresenta três subcategorias: ‘menção a instrumentos para transferência do risco’ (scat12), ‘menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios’ (scat13), ‘menção a meios para conscientização do

corpo funcional quanto ao risco' (scat14). O Quadro 32 apresenta a quantidade e percentual de bancos que divulgaram subcategorias associadas à categoria.

QUADRO 32: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIAS ASSOCIADAS A 'TÉCNICAS PARA DIMINUIÇÃO DO RISCO'

Período	Bancos	Subcategorias		
		Scat12 Menção a instrumentos para transferência do risco	Scat13 Menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios	Scat14 Menção a meios para conscientização do corpo funcional quanto ao risco
2003	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	0 (0,00%)	03 (33,33%)	04 (44,44%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	0 (0,00%)	01 (6,67%)	02 (13,33%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	0 (0,00%)	04 (26,67%)	06 (40%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
	País (24 bancos=100%)	0 (0,00%)	04 (16,67%)	06 (25%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	05 (55,56%)	07 (77,78%)	09 (100%)
2004	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	0 (0,00%)	03 (33,33%)	05 (55,56%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	0 (0,00%)	02 (13,33%)	03 (20%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	0 (0,00%)	05 (33,33%)	07 (46,67%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	01 (11,11%)
	País (24 bancos=100%)	0 (0,00%)	05 (20,83%)	08 (33,33%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	06 (66,67%)	08 (88,89%)	09 (100%)

FONTE: Dados secundários da pesquisa

Quanto ao Quadro 32, verificou-se que scat12 foi mencionada somente por bancos do Exterior. Quanto à scat13, bancos com controle estrangeiro não divulgaram essa subcategoria em 2003 nem em 2004, mas apresentou 33,33% de divulgação por parte dos bancos com controle nacional em 2004. A scat14 também não foi divulgada

em 2003 pelos bancos com controle estrangeiro, sendo que bancos com ação em bolsa apresentaram percentual de 55,56% de divulgação em 2004.

Em geral, no País as subcategorias aumentaram a presença em 2004, exceto scat12. No Exterior, as subcategorias mantiveram ou aumentaram a presença de um ano para outro.

4.2.1.6 Abordagem para Avaliação de Capital

Esta parte refere-se à divulgação relacionada à categoria 06 – ‘Abordagem para avaliação de capital’, a qual apresenta a subcategoria ‘menção a abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar’ (scat15). O Quadro 33 apresenta a quantidade e percentual de bancos que divulgaram a subcategoria.

Conforme Quadro 33, no Brasil a scat15 foi mencionada na divulgação de quatro bancos do País em 2004, e pelo menos um banco em cada grupo mencionou a subcategoria.

No País um banco divulgou a existência de simuladores para cálculos pelos métodos básico (BIA), padronizado (SA) e padronizado alternativo (ASA) como parte do seu modelo de gestão; outro banco divulgou que atende à abordagem padronizada (SA) e que planeja atender à AMA; o terceiro banco divulgou que se prepara para AMA, mas hoje realiza exercícios para BIA, SA e ASA; e o quarto divulgou que se prepara para adoção de modelos internos²⁰ com base no Basileia II.

²⁰ O Basileia II apresenta abordagens com base em modelos internos tanto para risco operacional (AMA) quanto para o risco de crédito (*Internal Ratings-Based Approach*). A discussão a respeito de modelos internos para risco de crédito não é objeto desta dissertação.

No Exterior, a subcategoria foi mencionada por cinco bancos em 2003, sendo que um banco informou o método padronizado (SA), e os quatro restantes informaram a AMA. Em 2004 um dos bancos informou que pretende adotar a SA e que futuramente poderá adotar a AMA, e outros seis bancos informaram que pretendem adotar a AMA.

QUADRO 33: QUANTIDADE E PERCENTUAL DE BANCOS QUE DIVULGARAM SUBCATEGORIA ASSOCIADA A ‘ABORDAGEM PARA AVALIAÇÃO DE CAPITAL’

Período	Bancos	Subcategoria
		Scat15 Menção a abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar
2003	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	0 (0,00%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	0 (0,00%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	0 (0,00%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	0 (0,00%)
	País (24 bancos=100%)	0 (0,00%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	05 (55,56%)
2004	Com ação em bolsa (09 bancos = 100%)	03 (33,33%)
	Sem ação em bolsa (15 bancos = 100%)	01 (6,67%)
	Controle nacional (15 bancos = 100%)	03 (20%)
	Controle estrangeiro (09 bancos = 100%)	01 (11,11%)
	País (24 bancos=100%)	04 (16,67%)
	Exterior (09 bancos = 100%)	07 (77,78%)

FONTE: Dados secundários da pesquisa

4.2.1.7 Exposição ao Risco

Este item relaciona-se à divulgação da categoria 07 – ‘Exposição ao risco operacional’, a qual apresenta a subcategoria ‘exposição ao risco operacional (valores totais ou por linhas de negócios)’ (scat16).

Com base nos instrumentos de divulgação analisados, a scat16 foi divulgada nos dois anos apenas por bancos do Exterior, sendo quatro bancos em 2003 (44,44%) e cinco bancos em 2004 (55,55%).

Foi verificada a adoção de modelos internos baseados na alocação de capital econômico em todos os bancos. Um banco divulgou a subcategoria nos dois anos por fator de risco e área de negócio, levando em conta a frequência e o montante das perdas.

4.2.1.8 Encargo de Capital Regulamentar

O item relaciona-se à categoria 08 – ‘Encargo de capital regulamentar’, a qual apresenta a subcategoria ‘encargo de capital regulamentar como porcentagem do capital regulamentar mínimo total’ (scat17).

Com base nos instrumentos de divulgação analisados, não foi verificada a divulgação em termos quantitativos referente a esta subcategoria em 2003 e nem em 2004, tanto para bancos do País, quanto para bancos do Exterior.

No entanto, foi possível encontrar bancos que divulgaram estar realizando exercícios para calcular o capital regulamentar. Por exemplo, um banco do País apresentou, em termos não-monetários, a economia de capital ao adotar abordagens

mais avançadas em comparação com a abordagem indicador básico²¹ (BIA). Em 2004 foi divulgado pela entidade que a economia obtida em termos de capital regulamentar é de 70% do capital calculado para BIA, sendo que a adoção da abordagem de mensuração avançada (AMA), trará economia correspondente a 80% da BIA.

4.2.1.9 Outras Informações

Esta parte finaliza a descrição e análise das categorias e refere-se à categoria 09 – ‘Outras informações’, a qual apresenta a subcategoria ‘outras informações relacionadas ao risco operacional: risco legal’ (scat18).

Com base nos instrumentos de divulgação analisados, foi verificada a divulgação referente à scat18 em 2003 e 2004 para bancos do País e bancos do Exterior. Para bancos do País foram mencionadas questões relacionadas a contingências legais, as quais incluíram questões trabalhistas, fiscais, cíveis e previdenciárias.

Finalmente, conclui-se a discussão referente às análises por subcategoria e categoria. A seguir serão apresentados os resumos dos resultados encontrados, agrupados por categoria.

4.2.2 Resumo das análises por categoria

O resumo das análises por categoria está apresentado na Tabela 04, a qual apresenta percentuais de divulgação das subcategorias agrupados por categorias. Cada categoria possui uma ou mais subcategorias associadas. Para obter o percentual divulgado em cada ano foi feita a soma dos itens presentes de cada subcategoria e para

²¹ É importante notar que existe um custo-benefício ao se caminhar para abordagens mais complexas, visto que tais abordagens possuem critérios adicionais para elegibilidade descritos no Pilar I do Basileia II (BIS, 2004a).

cada ano descritos nas Tabelas 01 a 03, e o resultado foi dividido pela soma de todas as respostas atribuídas às referidas subcategorias. Esse cálculo baseia-se em estudos do Comitê da Basileia (BIS 2001a, 2002, 2003a).

De acordo com os percentuais apresentados, foi possível constatar que ‘Outras informações’ foi mencionada por 100% dos bancos em 2003 e 2004; ‘Encargo de capital regulamentar’ esteve ausente em 100% dos bancos em 2003 e 2004; ‘Estratégias e Políticas’ e ‘Estrutura e organização da função’ estiveram presentes em todos os grupos de bancos nos dois anos; ‘Exposição ao Risco’ esteve ausente em bancos do País em 2003 e 2004; ‘Abordagem para avaliação de capital’ esteve ausente em bancos do País em 2003; ‘Ferramentas para identificar e avaliar o risco’ e ‘Técnicas para diminuição do risco’ estiveram ausentes para bancos do País com controle estrangeiro em 2003; ‘Sistema de Reporte interno’ foi ausente para o grupo de bancos sem ação em bolsa em 2003 e 2004.

Seis categorias em 2003 foram divulgadas pelo grupo de bancos do País, ao passo que em 2004 foram mencionadas oito categorias de nove possíveis. Para bancos do País as categorias ‘estratégias e políticas’ e ‘estrutura e organização da função’ foram mencionadas, respectivamente, com percentuais de 23,61% e 13,54% em 2003, e em 2004 com 30,56% e 30,21%. Tais categorias referem-se a aspectos estruturais e de definição, ou seja, associadas às definições de objetivos, estrutura organizacional e atribuição de responsabilidades quanto ao processo de gestão do risco operacional. Vale lembrar que tais categorias apresentaram percentuais de 90% quanto à dimensão ‘presença em instrumentos de divulgação obrigatória’, citada no Gráfico 06 e presente na pesquisa exploratória descrita no item 4.1.3.1 desse estudo.

Para bancos do Exterior foram mencionadas oito categorias nos dois anos, sendo que ‘sistemas de reporte interno’ apresentou 94,44% em 2003 e 100% em 2004,

‘técnicas para diminuição do risco’ foi de 77,78% em 2003 para 85,19% em 2004,
‘abordagem para avaliação do capital’ foi de 55,56% em 2003 para 77,78% em 2004 e
‘exposição ao risco operacional’ foi de 44,44% em 2003 para 55,56% em 2004.

TABELA 04: PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO DAS SUBCATEGORIAS AGRUPADO POR CATEGORIA

Categorias	2003						2004					
	Bancos com ação em bolsa (n=9)	Bancos sem ação em bolsa (n=15)	Bancos controle nacional (n=15)	Bancos controle estrangeiro (n=9)	Bancos do País (n=24)	Bancos do Exterior (n=9)	Bancos com ação em bolsa (n=9)	Bancos sem ação em bolsa (n=15)	Bancos controle nacional (n=15)	Bancos controle estrangeiro (n=9)	Bancos do País (n=24)	Bancos do Exterior (n=9)
Cat01 Estratégias e políticas	40,74%	13,33%	35,56%	3,70%	23,61%	96,30%	51,85%	17,78%	42,22%	11,11%	30,56%	96,30%
Cat02 Estrutura e organização da função	33,33%	1,67%	20,00%	2,78%	13,54%	94,44%	55,56%	15,00%	40,00%	13,89%	30,21%	94,44%
Cat03 Sistema de reporte interno	22,22%	0,00%	10,00%	5,56%	8,33%	94,44%	22,22%	0,00%	6,67%	11,11%	8,33%	100,00%
Cat04 Ferramentas para identif. e aval. do risco	22,22%	6,67%	20,00%	0,00%	12,50%	55,56%	27,78%	13,33%	23,33%	11,11%	18,75%	55,56%
Cat05 Técnicas para diminuição do risco	25,93%	6,67%	22,22%	0,00%	13,89%	77,78%	29,63%	11,11%	26,67%	3,70%	18,06%	85,19%
Cat06 Abordagem para avaliação de capital	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	55,56%	33,33%	6,67%	20,00%	11,11%	16,67%	77,78%
Cat07 Exposição ao risco	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	44,44%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	55,56%
Cat08 Encargo de capital regulamentar	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Cat09 Outras informações	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FONTE: Dados secundários da pesquisa. Observação: n equivale ao número de bancos de cada grupo.

Como foi verificado na Tabela 04, a categoria ‘Exposição ao risco operacional’ não foi encontrada na divulgação de bancos do País, e ‘Encargo de capital regulamentar’ apresenta-se ausente tanto para bancos do País, quanto para bancos do Exterior. O fato de não divulgar o encargo de capital regulamentar nos instrumentos de divulgação não indica que bancos não possam realizar exercícios, tanto para sua própria gestão de capital quanto para prestar informações a reguladores por meio de estudos de impacto quantitativo (*Quantitative Impact Studies*). Tal constatação baseia-se nas análises do item 4.2.1.8, em que foi possível verificar divulgação feita em 2004 por um banco do País informando exercícios para calcular o capital regulamentar que já realizou.

Finalmente, as análises por categoria apontaram que no Brasil os percentuais apresentados em 2004 são iguais ou superam os percentuais apresentados em 2003, exceto com relação à cat03 para bancos com controle nacional. As categorias que apresentaram maiores percentuais para bancos do País nos dois anos são qualitativas (‘Outras Informações’, ‘Estratégias e Políticas’ e ‘Estrutura e Organização da Função’) e categorias quantitativas estão ausentes. Para bancos do Exterior todas categorias possuem percentual igual ou superior aos percentuais de bancos do País nos dois anos, sendo que no Exterior as categorias estiveram presentes nos dois anos, exceto ‘Encargo de Capital Regulamentar’.

A seguir serão apresentados os resultados da divulgação do risco operacional agrupados por bancos, os quais conduzirão a conclusões a respeito da quantidade de subcategorias divulgadas pelos grupos de bancos em estudo.

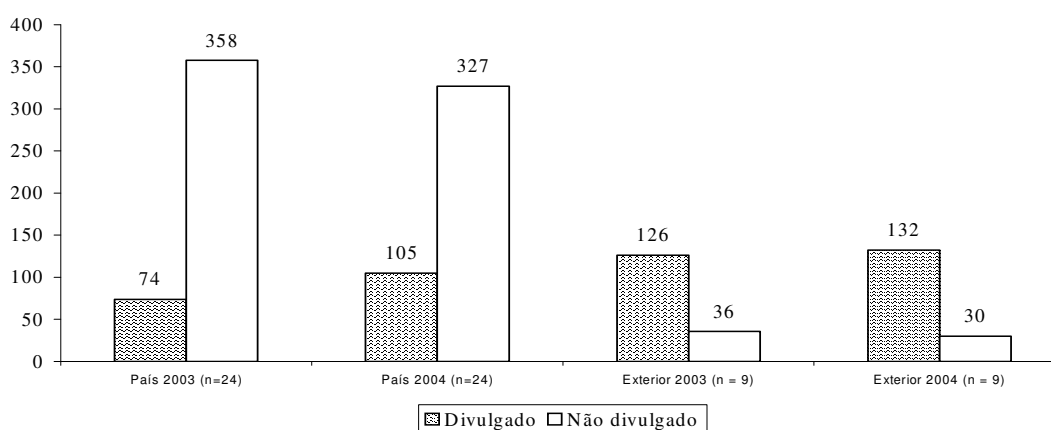
4.2.3 Resultado da divulgação do risco operacional por bancos

Esta parte apresenta o resultado da divulgação do risco operacional por bancos. Primeiro são apresentados os resultados da divulgação de bancos do País e de bancos do Exterior. Para bancos do País serão em seguida apresentados os resultados agrupados por bancos com e sem ação em bolsa, e conclui-se com a apresentação dos dados relativos aos bancos do País agrupados por controle nacional e controle estrangeiro.

4.2.3.1 Resultado da divulgação de bancos do País e de bancos do Exterior

Esta parte apresenta os resultados das análises da divulgação do grupo de bancos do País e do grupo de bancos do Exterior. O Gráfico 09 serve para mostrar o total de subcategorias divulgadas no País e no Exterior, tanto em 2003 quanto em 2004, em valores absolutos.

GRÁFICO 09. QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS PELOS BANCOS DO PAÍS E BANCOS DO EXTERIOR

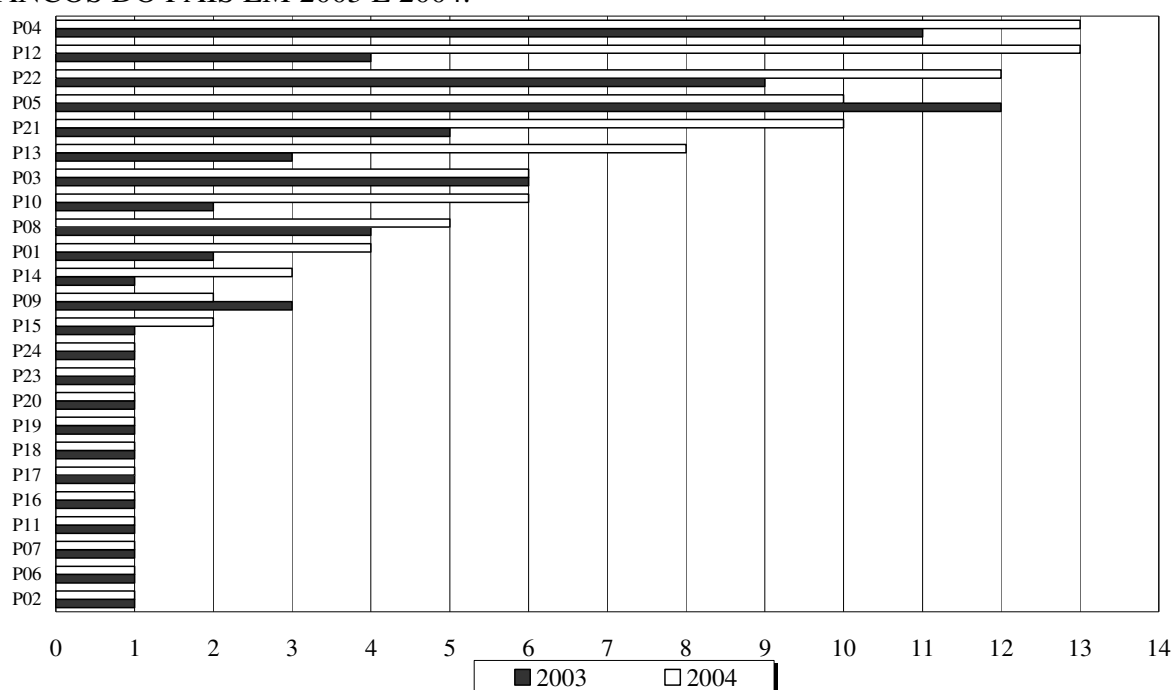


FONTE: Dados secundários da pesquisa

Com relação aos bancos do País, no ano de 2003 verificou-se que as subcategorias relacionadas ao risco operacional estiveram presentes em instrumentos de

divulgação dos bancos em 74 casos de um total de 432 possíveis, o que corresponde ao percentual médio de 17,13%. Por sua vez, a análise de 2004 indicou que as subcategorias estiveram presentes em instrumentos de divulgação em 105 casos do mesmo total de 432 itens possíveis, o que corresponde ao percentual médio de 24,31%. O Gráfico 10 ilustra a distribuição da quantidade de subcategorias divulgadas por bancos do País, em 2003 e 2004.

GRÁFICO 10: QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS EM 2003 E 2004.



FONTE: Dados secundários da pesquisa

De acordo com o Gráfico 10, dois bancos do País reduziram o nível de divulgação de um ano para outro, doze bancos mantiveram o mesmo nível, e dez bancos divulgaram mais categorias em 2004 do que em 2003. Dentre os bancos que mantiveram a mesma quantidade de subcategorias divulgadas nos dois anos, onze divulgaram uma subcategoria apenas, a qual corresponde ao risco legal. Vale destacar

que três bancos divulgaram nove ou mais subcategorias em 2003 (50% ou mais das subcategorias analisadas), e este número aumentou para cinco bancos em 2004.

Para bancos do País, a análise exploratória da quantidade de subcategorias divulgadas por bancos está descrita no Quadro 34.

QUADRO 34: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS

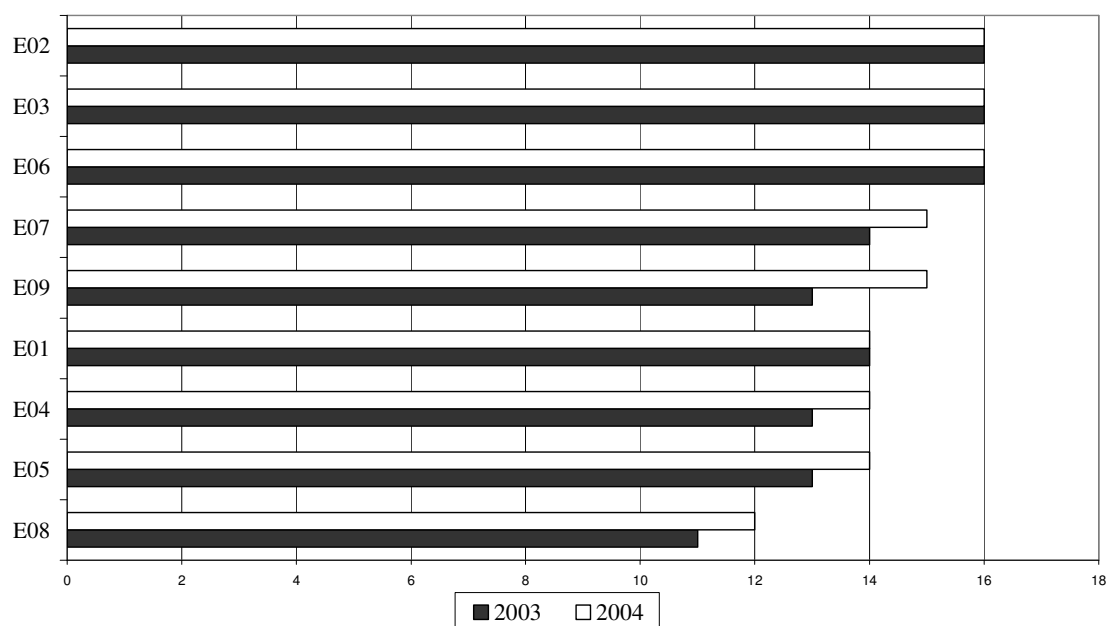
Ano	Mediana	Moda	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima
2003	01	01	01	12
2004	02	01	01	13

FONTE: Dados secundários da pesquisa

O Quadro 34 apresenta para cada ano a mediana, moda, quantidade mínima e máxima de subcategorias que foi divulgada por bancos do País. A coluna ‘moda’ indica que a quantidade de subcategorias mais freqüente para a amostra de vinte e quatro bancos foi 01, tanto em 2003, quanto em 2004.

Com relação aos bancos do Exterior, no ano de 2003 foi verificado que as subcategorias relacionadas ao risco operacional estiveram presentes em instrumentos de divulgação dos bancos em 126 casos de um total de 162 possíveis, o que corresponde ao percentual médio de 77,78%. Por sua vez, a análise de 2004 indicou que as subcategorias estiveram presentes em instrumentos de divulgação em 132 casos do mesmo total de 162 possíveis, o que corresponde ao percentual médio de 81,48%. O Gráfico 11 ilustra a distribuição da quantidade de subcategorias divulgadas por bancos do Exterior, em 2003 e 2004.

GRÁFICO 11: QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO EXTERIOR



FONTE: Dados secundários da pesquisa

Segundo Gráfico 11, nenhum banco divulgou menos itens em 2004 do que em 2003, quatro bancos divulgaram a mesma quantidade de itens nos dois anos e cinco bancos aumentaram o nível de divulgação de um ano para outro em termos absolutos. Dentre os bancos que mantiveram a mesma quantidade de subcategorias divulgadas nos dois anos, três divulgaram 16 subcategorias, com o percentual de 88,89%. A menor quantidade de subcategorias encontrada foi onze em 2003 e doze em 2004, ambas atribuídas ao mesmo banco.

Para bancos do Exterior, a análise exploratória da quantidade de subcategorias divulgadas por bancos está descrita no Quadro 35.

QUADRO 35: ANÁLISE EXPLORATÓRIA - QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO EXTERIOR

Ano	Mediana	Moda	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima
2003	14	13 e 16	11	16
2004	15	14 e 16	12	16

FONTE: Dados secundários da pesquisa

O Quadro 35 apresenta para cada ano a mediana, a moda, a quantidade mínima e máxima de subcategorias divulgadas por bancos do Exterior. A coluna ‘moda’ indica dois valores em cada ano: 13 e 16 em 2003, e 14 e 16 em 2004.

As análises que seguem vão mostrar a existência ou não de diferenças entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelos grupos de bancos em estudo, e tomam por base os resultados apresentados no Gráfico 10, para bancos do País, e no Gráfico 11, para bancos do Exterior.

Para verificar se houve diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelo grupo de bancos do País e a quantidade divulgada pelo grupo de bancos do Exterior no ano de 2003, foi aplicado o teste não paramétrico U de *Mann-Whitney*, apropriado para duas amostras independentes. Levando-se em conta os 24 bancos do País e os 09 bancos do Exterior, os resultados obtidos ($U = 1,500$; $p = 0,000$), apontaram a rejeição da hipótese nula, ou seja, a quantidade de subcategorias divulgadas pelos dois grupos de bancos difere significativamente, no nível 0,05. Os postos médios atribuídos a cada grupo resultantes do teste foram 12,56 para bancos do País, e 28,83 para bancos do Exterior, indicando maior divulgação para os bancos do Exterior no ano.

Da mesma forma, buscou-se verificar se houve diferenças entre os níveis de divulgação do grupo de bancos do País e do grupo de bancos do Exterior em 2004. Foi utilizado novamente o teste U de *Mann-Whitney*, e o resultado ($U = 2,500$; $p = 0,000$), também indicou diferenças significativas entre as quantidades de subcategorias divulgadas pelos dois grupos de bancos em 2004, no nível 0,05. Os postos médios atribuídos a cada grupo resultantes do teste foram 12,60 para bancos do País, e 28,72 para bancos do Exterior, indicando maior divulgação para os bancos do Exterior no ano.

Foi constatado que os bancos do Exterior desse estudo são internacionalmente ativos e possuem suas sedes em países-membros do Comitê da Basileia, e isto pode de certa forma influenciar a adequação desses bancos a princípios baseados em Recomendações do referido Comitê, inclusive quanto à divulgação do risco operacional. Vale lembrar que os bancos do Exterior foram usados intencionalmente neste estudo como uma referência internacional para complementar as análises dos bancos do País da amostra e permitir a verificação de detalhes a respeito das categorias e subcategorias de análise que porventura não fossem verificados nas análises dos instrumentos divulgados por bancos do País.

Para verificar se houve diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelo grupo de bancos do País de 2003 para 2004, foi utilizado o teste de *Wilcoxon*, apropriado para duas amostras relacionadas. O resultado do teste ($Z=-2,485$; $p= 0,013$) indicou rejeitar a hipótese nula no nível 0,05, ou seja, foram verificadas diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas de 2003 para 2004, no nível 0,05. Como já foi mencionado, dois bancos do País reduziram o nível de divulgação, doze bancos mantiveram o mesmo nível e dez bancos divulgaram mais categorias em 2004 do que em 2003. Os postos médios negativos e positivos resultantes do teste foram respectivamente 3,75 e 7,05, indicando maior divulgação em 2004.

Da mesma forma, para verificar se houve diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelo grupo de bancos do Exterior de 2003 para 2004, foi utilizado o teste de *Wilcoxon*, e o resultado do teste ($Z = -2,121$; $p = 0,034$) indicou que foram verificadas diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas de 2003 para 2004, no nível 0,05. Nenhum banco do Exterior reduziu o nível de divulgação, quatro bancos mantiveram o mesmo nível e cinco bancos

divulgaram mais subcategorias em 2004 do que em 2003. Os postos médios negativos e positivos resultantes do teste foram respectivamente 0,00 e 3,00 indicando maior divulgação em 2004.

Logo, nos dois casos, a quantidade de subcategorias divulgadas de 2003 para 2004 aumentou significativamente no nível 0,05 para os dois grupos de bancos. Um dos argumentos para explicar tal fato pode ser, em nível de análise internacional, a publicação do Basileia II, em sua versão de junho de 2004, e em nível de análise nacional, afetando bancos autorizados a funcionar no País, a publicação do Comunicado 12.746 em 2004, indicando cronograma para a adoção de diretrizes baseadas no Basileia II. Um dos elementos previstos no Comunicado foi a previsão de que será requerido capital relativo ao risco operacional.

Finalmente, as análises anteriores e os resultados dos testes indicaram que o grupo de bancos do Exterior divulgou significativamente mais do que o grupo de bancos do País, tanto em 2003, quanto em 2004. No entanto, houve evolução na quantidade de subcategorias divulgadas de 2003 para 2004 tanto para o grupo de bancos do País quanto para o grupo de bancos do Exterior.

4.2.3.2 Resultado da divulgação dos bancos do País com ação em bolsa e sem ação em bolsa

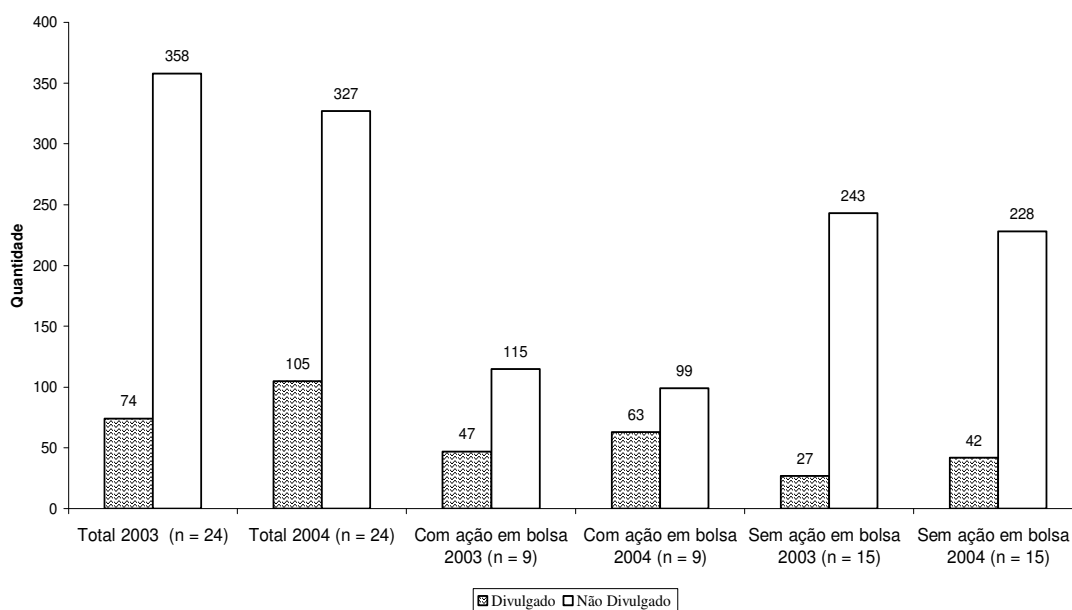
Esta parte apresenta os resultados das análises da divulgação dos bancos com ação em bolsa e do grupo de bancos sem ação em bolsa. O Gráfico 12 ilustra os percentuais médios da quantidade total de subcategorias divulgadas por bancos do País e mostra a quantidade correspondente aos referidos grupos de bancos.

O Gráfico 12 mostra a contribuição de cada grupo de bancos para o total de subcategorias divulgadas no País em 2003 e em 2004 em valores absolutos, e a soma da

quantidade de subcategorias divulgadas por cada grupo de bancos em cada ano corresponde ao total divulgado por ano.

Referente aos bancos com ação em bolsa, no ano de 2003 foi verificado que as subcategorias relacionadas ao risco operacional estiveram presentes em instrumentos de divulgação dos bancos em 47 casos de um total de 162 possíveis, o que corresponde ao percentual médio de 29,01%. Por sua vez, a análise de 2004 indica que as subcategorias estiveram presentes em instrumentos de divulgação em 63 casos de um mesmo total de 162 itens possíveis, o que corresponde a um percentual médio de 38,89%.

GRÁFICO 12: QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS PELOS BANCOS DO PAÍS COM AÇÃO EM BOLSA E SEM AÇÃO EM BOLSA



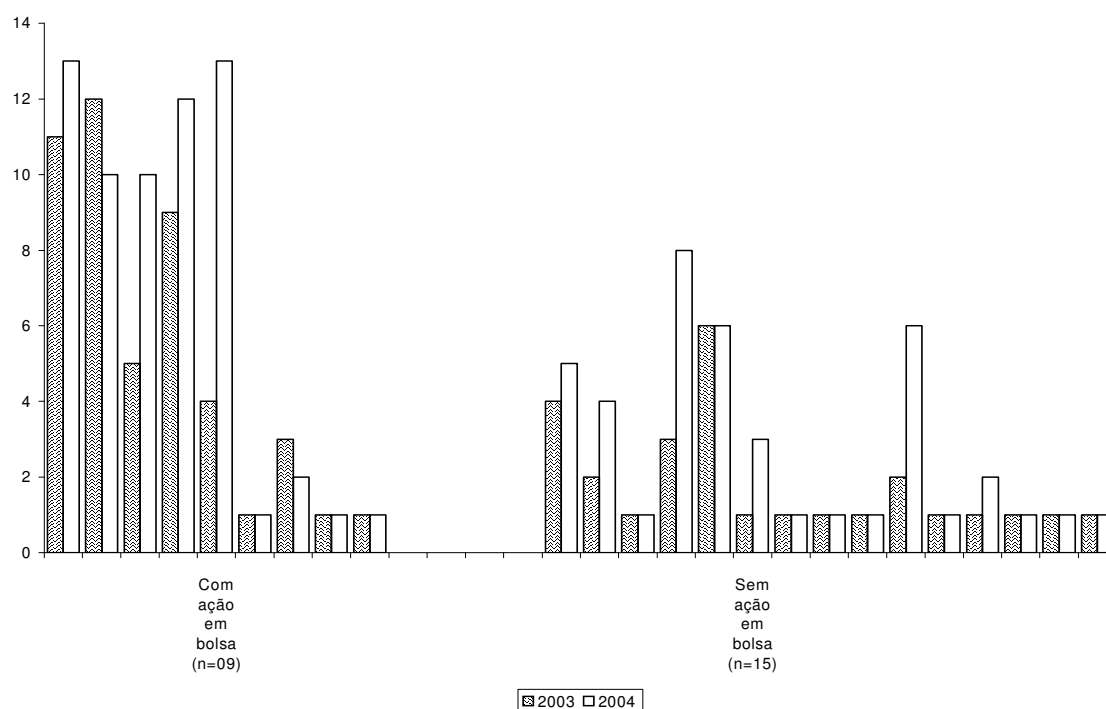
FONTE: Dados secundários da pesquisa

Com base no Gráfico 12, referente aos quinze bancos sem ação em bolsa, verificou-se para o ano de 2003 que as subcategorias estiveram presentes nos instrumentos de divulgação em vinte e sete casos de um total de 270 possíveis, o que corresponde ao percentual médio de 10%. Além disso, a análise do ano de 2004 indicou que as subcategorias estiveram presentes em instrumentos de divulgação em quarenta e

dois casos de mesmo total de 270 itens possíveis, o que corresponde ao percentual médio de 15,56%.

O Gráfico 13 apresenta a distribuição das subcategorias divulgadas por grupo de bancos do País com ação em bolsa e sem ação em bolsa, e subsidia a realização dos testes apresentados na seqüência.

GRÁFICO 13: DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR GRUPO DE BANCOS DO PAÍS COM AÇÃO EM BOLSA E SEM AÇÃO EM BOLSA



FONTE: Dados secundários da pesquisa

Para verificar se houve diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelos nove bancos com ação em bolsa em 2003 e a quantidade divulgada em 2004, apresentadas no Gráfico 13, foi utilizado o teste de *Wilcoxon*. A hipótese nula foi a de que não houve diferenças entre os níveis de divulgação do risco operacional para bancos com ação em bolsa de 2003 para 2004. A hipótese alternativa foi a de que houve diferenças entre os níveis de divulgação desse grupo de bancos de

um ano para outro. O resultado do teste ($Z = -1,472$; $p = 0,141$) indicou não rejeitar hipótese nula no nível 0,05. Portanto, não foram encontradas diferenças significativas, no nível 0,05, entre a quantidade de subcategorias divulgadas por bancos com ação em bolsa em 2003 e em 2004, sendo que quatro bancos aumentaram o nível de divulgação, três mantiveram mesmo nível e dois bancos reduziram o nível de divulgação de um período para outro. Os postos médios negativos e positivos resultantes do teste foram respectivamente 1,75 e 4,38.

De forma similar, para bancos sem ação em bolsa, ao ser aplicado o teste de *Wilcoxon*, foram identificadas diferenças significativas, no nível 0,05, entre a quantidade de subcategorias divulgadas em 2003 e 2004 ($Z = -2,214$; $p = 0,027$), sendo que seis bancos aumentaram o nível de divulgação, nove mantiveram mesmo nível e nenhum reduziu a quantidade de subcategorias divulgadas de um ano para outro. Os postos médios negativos e positivos resultantes do teste foram respectivamente 0,00 e 3,50, indicando maior divulgação em 2004.

Para verificar se houve diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelo grupo de nove bancos com ação em bolsa e pelo grupo de quinze bancos sem ação em bolsa no ano de 2003, apresentada no Gráfico 13, foi aplicado o teste não paramétrico U de *Mann-Whitney*. Os resultados obtidos ($U = 35,000$; $p = 0,35$) apontaram a rejeição da hipótese nula, ou seja, os níveis de divulgação do risco operacional apresentados pelos dois grupos de bancos são significativamente diferentes, no nível 0,05. Os postos médios atribuídos a cada grupo resultantes do teste foram 16,11 para bancos com ação em bolsa, e 10,33 para bancos sem ação em bolsa, indicando maior divulgação para os bancos com ação em bolsa no ano.

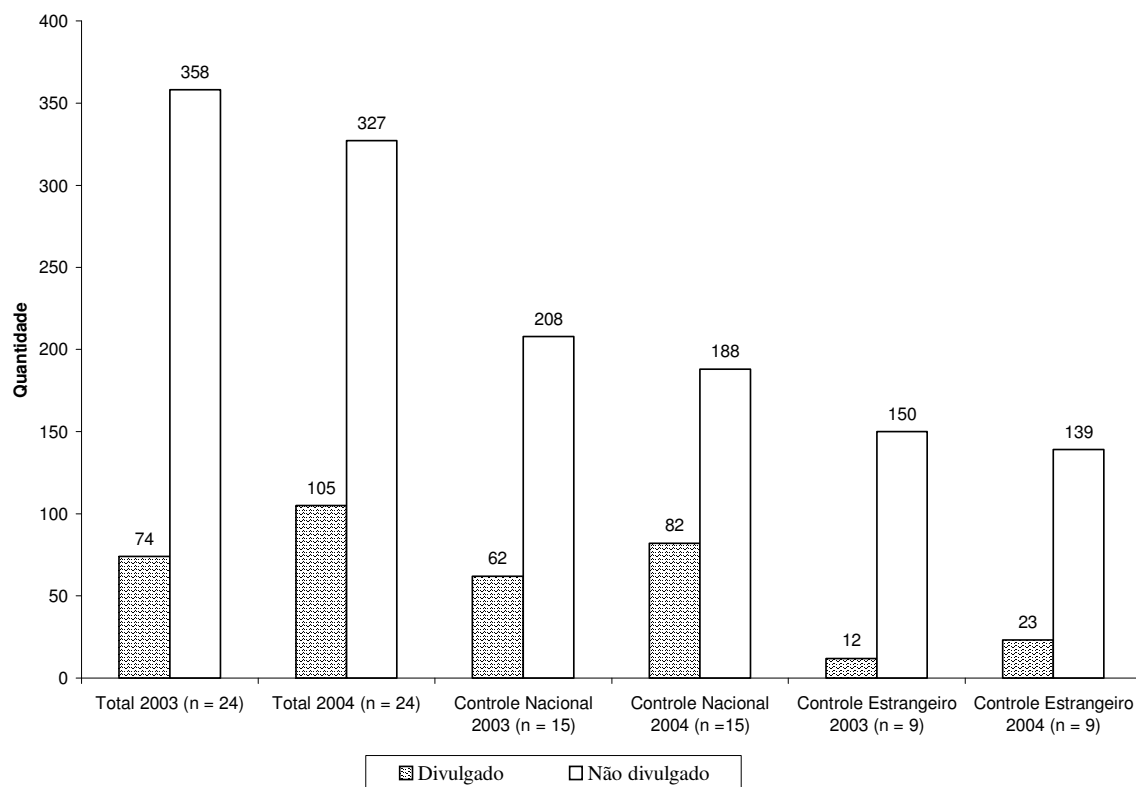
Da mesma forma, para verificar se houve diferenças significativas entre os níveis de divulgação do grupo de nove bancos com ação em bolsa e de quinze bancos sem ação em bolsa no ano de 2004, foi aplicado o teste não paramétrico U de *Mann-Whitney*. Os resultados obtidos ($U = 39,500$; $p = 0,079$), apontaram não rejeitar a hipótese nula, ou seja, os níveis de divulgação dos grupos de bancos não diferem significativamente no nível 0,05, para esse ano. Os postos médios atribuídos a cada grupo resultantes do teste foram 15,61 para bancos com ação em bolsa, e 10,63 para bancos sem ação em bolsa.

Em resumo, para bancos com ação em bolsa não foram verificadas diferenças significativas entre os níveis de divulgação de 2003 e de 2004, com base no teste de *Wilcoxon*. No entanto, para o grupo de bancos sem ação em bolsa houve diferenças no nível de divulgação no período, no nível 0,05. A situação em 2003, com base no teste U de *Mann-Whitney*, indicou que os níveis de divulgação de bancos com ação em bolsa diferem dos níveis de bancos sem ação em bolsa, e o resultado dos postos médios obtidos sugerem maior divulgação para bancos com ação em bolsa em 2003, mas em 2004 não houve diferenças entre os níveis de divulgação desses grupos de bancos.

4.2.3.3 Resultado da divulgação dos bancos do País com controle nacional e com controle estrangeiro

Esta parte apresenta os resultados das análises da divulgação dos bancos com controle nacional e do grupo de bancos com controle estrangeiro. O Gráfico 14 ilustra os percentuais médios da quantidade total de subcategorias divulgadas por bancos do País e mostra a quantidade correspondente aos referidos grupos de bancos.

GRÁFICO 14: QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS PELOS BANCOS DO PAÍS COM CONTROLE NACIONAL E COM CONTROLE ESTRANGEIRO



FONTE: Dados secundários da pesquisa

O Gráfico 14 serve para mostrar a contribuição de cada grupo de bancos com controle nacional e com controle estrangeiro para o total de subcategorias divulgadas no País em 2003 e em 2004 em valores absolutos. A soma da quantidade de subcategorias divulgadas por cada grupo de bancos em cada ano corresponde ao total divulgado por ano.

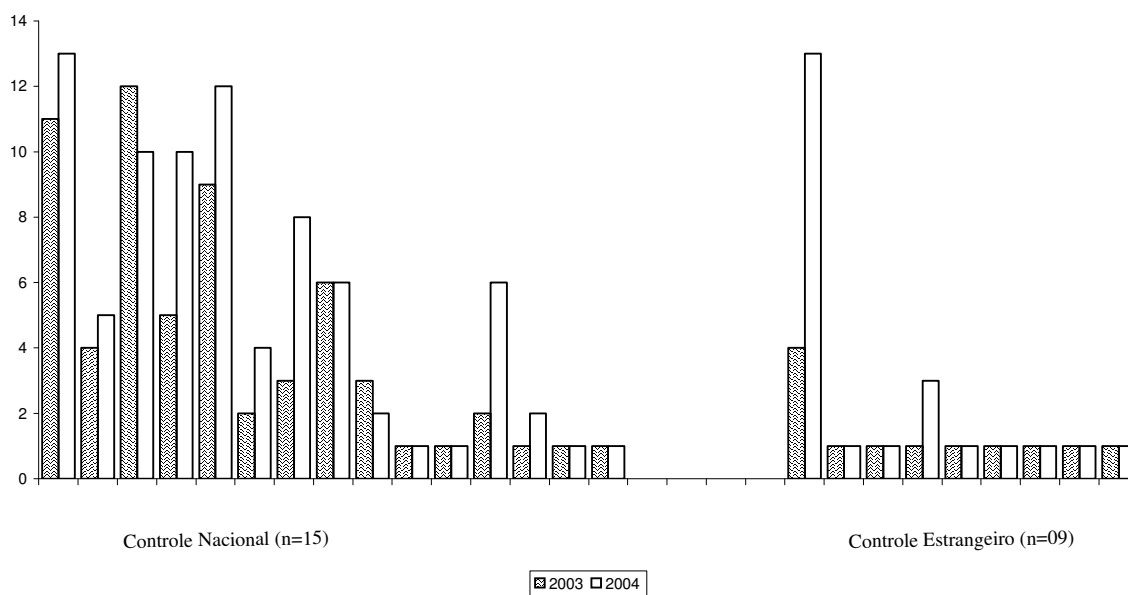
Com relação aos bancos com controle nacional, no ano de 2003 foi verificado que as subcategorias relacionadas ao risco operacional estiveram presentes em instrumentos de divulgação dos bancos em 62 casos do total de 270 possíveis, o que corresponde ao percentual médio de 22,96%. Por sua vez, a análise de 2004 indica que

as subcategorias estiveram presentes em instrumentos de divulgação em 82 casos de um mesmo total de 270 itens possíveis, o que corresponde ao percentual médio de 30,37%.

Com base no Gráfico 14, referente aos nove bancos com controle estrangeiro, verificou-se para o ano de 2003 que as subcategorias estiveram presentes nos instrumentos de divulgação em 12 casos do total de 162 possíveis, o que corresponde a um percentual médio de 7,41%. Além disso, a análise do ano de 2004 indicou que as subcategorias estiveram presentes em instrumentos de divulgação em 23 casos de mesmo total de 162 itens possíveis, o que corresponde a um percentual médio de 14,20%.

O Gráfico 15 apresenta a distribuição da quantidade de subcategorias divulgadas por grupo de bancos do País com controle nacional e com controle estrangeiro, e auxilia a realização dos testes não-paramétricos apresentados a seguir.

GRÁFICO 15: DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR GRUPO DE BANCOS DO PAÍS COM CONTROLE NACIONAL E COM CONTROLE ESTRANGEIRO



FONTE: Dados secundários da pesquisa

O Gráfico 15 apresenta os níveis de divulgação do grupo de bancos com controle nacional em 2003 e em 2004. Para verificar se houve diferenças significativas entre os níveis de divulgação desse grupo apresentado nesses dois anos, foi utilizado o teste de *Wilcoxon* cujo resultado ($Z = -2,102$; $p = 0,036$) indicou rejeitar hipótese nula no nível 0,05. Portanto, foram encontradas diferenças significativas, no nível 0,05, entre os níveis de divulgação desse grupo de bancos de um ano para outro, sendo que oito bancos aumentaram o nível de divulgação, cinco mantiveram mesmo nível e dois bancos reduziram o nível de divulgação.

Ao ser aplicado o teste de *Wilcoxon* não foram identificadas diferenças significativas, no nível 0,05, entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelos nove bancos com controle estrangeiro em 2003 e 2004 ($Z = -1,342$; $p = 0,180$), sendo que dois bancos aumentaram o nível de divulgação, sete mantiveram mesmo nível e nenhum reduziu a quantidade de subcategorias divulgadas de um período para outro. Os postos médios negativos e positivos resultantes do teste foram respectivamente 0,00 e 1,50.

Para verificar se houve diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelos quinze bancos com controle nacional e pelos nove bancos com controle estrangeiro no ano de 2003, apresentados no Gráfico 15, foi aplicado o teste não paramétrico U de *Mann-Whitney*, cujos resultados ($U = 29,500$; $p = 0,013$) apontaram a rejeição da hipótese nula no nível 0,05, ou seja, a quantidade de subcategorias divulgadas por bancos com controle nacional diferiu, no nível de significância de 0,05, da quantidade de subcategorias divulgadas por bancos com controle estrangeiro. Os postos médios atribuídos a cada grupo resultantes do teste foram 15,03 para bancos com controle nacional, e 8,28 para bancos com controle estrangeiro, indicando maior nível de divulgação para bancos com controle nacional no ano.

Da mesma forma, para verificar se houve diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelos quinze bancos com controle nacional e pelos nove bancos com controle estrangeiro no ano de 2004, foi aplicado o teste não paramétrico U de *Mann-Whitney*, cujos resultados obtidos ($U = 34,500$; $p = 0,038 < 0,05$), apontaram a rejeição da hipótese nula, ou seja, a quantidade de subcategorias divulgadas por bancos com controle nacional diferiu significativamente, no nível 0,05, da quantidade de subcategorias divulgadas por bancos com controle estrangeiro nesse ano. Os postos médios atribuídos a cada grupo resultantes do teste foram 14,70 para bancos com controle nacional, e 8,83 para bancos com controle estrangeiro, indicando maior nível de divulgação para bancos com controle nacional no ano.

Em resumo, segundo o teste de *Wilcoxon*, houve diferenças significativas no nível 0,05 entre a quantidade de subcategorias divulgadas em 2003 e 2004 para o grupo de bancos com controle nacional. Para o grupo de bancos com controle estrangeiro, apesar de ter elevado o número de itens de 12 para 23, o que se verificou de fato foi que apenas dois bancos contribuíram para o aumento, e com base nesse teste não houve diferenças significativas, no nível 0,05, entre os níveis de divulgação de 2003 e de 2004. Por sua vez, o teste U de *Mann Whitney* indicou que houve diferenças significativas entre os níveis de divulgação do grupo de bancos com controle nacional e com controle estrangeiro, tanto em 2003 quanto em 2004, no nível de significância de 0,05, e o resultado sugeriu maior divulgação feita pelo grupo de bancos com controle nacional nos dois anos.

4.2.4 Resumo das análises por grupo de bancos

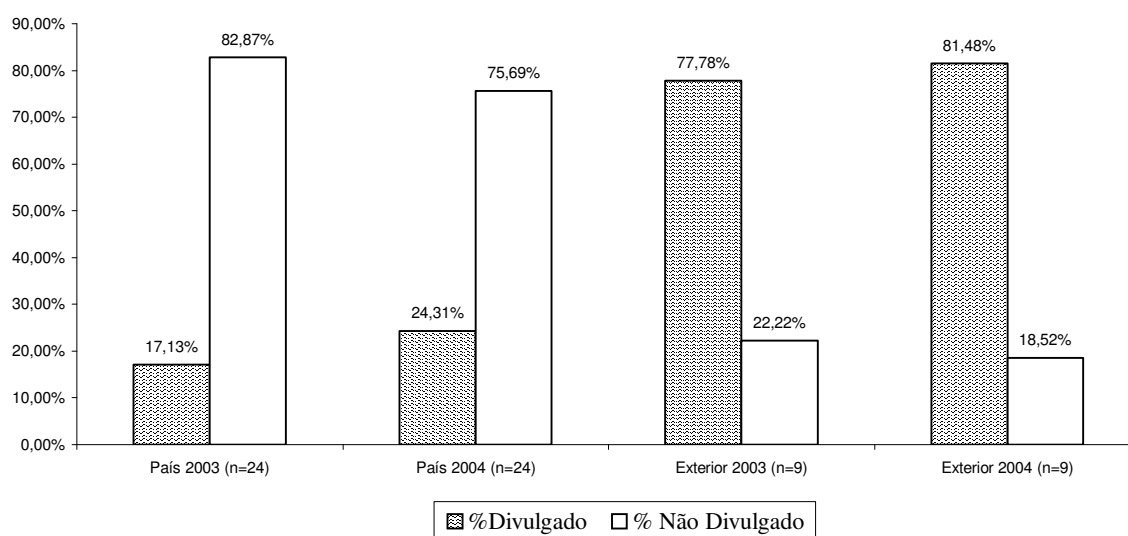
É apresentado neste item o resumo dos resultados encontrados nas análises dos grupos de bancos, tal como foram agrupados no item 4.2.3 em bancos do País e do

Exterior, bancos com ação em bolsa e sem ação em bolsa, e finalmente em bancos com controle nacional e com controle estrangeiro.

4.2.4.1 Resumo dos resultados para bancos do País e do Exterior

Esta parte apresenta resumo dos resultados relacionados ao nível de divulgação dos vinte e quatro bancos no País, e dos nove bancos do Exterior, representado pelos percentuais médios da quantidade de subcategorias divulgadas por cada grupo de bancos, como ilustra o Gráfico 16.

GRÁFICO 16: PERCENTUAIS MÉDIOS DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS E POR BANCOS DO EXTERIOR



FONTE: Dados secundários da pesquisa

De acordo com o Gráfico 16, o percentual médio de subcategorias divulgadas pelos bancos do País foi 17,13% em 2003 e 24,31% em 2004, ao passo que para os nove bancos do Exterior que foram avaliados, os percentuais foram de 77,78% em 2003 e 81,48% em 2004.

O Quadro 36 apresenta o resumo dos resultados dos testes não-paramétricos, realizados com dados apresentados nos Gráficos 10 e 11.

QUADRO 36: RESULTADOS DOS TESTES APLICADOS – BANCOS DO PAÍS E BANCOS DO EXTERIOR

Grupos	N	Posto Médio	Teste	P	Resultado (sig. 0,05)
País 2003	24	12,56	U de Mann-Whitney (U = 1,500)	0,000	Com diferença significativa
Exterior 2003	09	28,83			
País 2004	24	12,60	U de Mann-Whitney (U = 2,500)	0,000	Com diferença significativa
Exterior 2004	09	28,72			
País 2003 País 2004	24	3,75 7,05	Wilcoxon (Z = -2,485)	0,013	Com diferença significativa
Exterior 2003 Exterior 2004	09	0,00 3,00	Wilcoxon (Z = -2,121)	0,034	Com diferença significativa

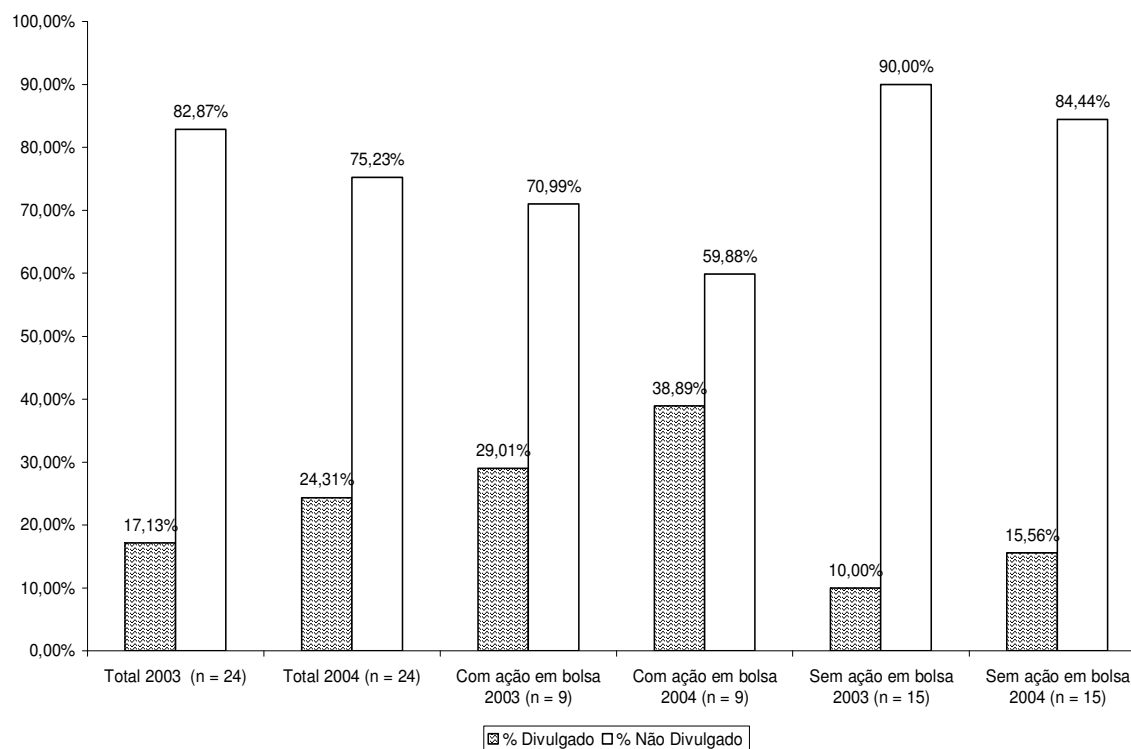
FONTE: Dados secundários da pesquisa

Os resultados do Quadro 36 indicaram os níveis de divulgação do risco operacional de bancos do Exterior diferem significativamente dos níveis de bancos do País, tanto em 2003, quanto em 2004. Além disso, para cada grupo foram verificadas diferenças significativas entre os níveis de divulgação de um ano para outro, e todos os postos médios indicam maior divulgação de bancos do Exterior do que dos bancos do País.

4.2.4.2 Bancos do País com Ação em Bolsa e Sem Ação Bolsa

Esta parte apresenta resumo dos resultados relacionados ao nível de divulgação dos bancos do País com ação em bolsa e bancos sem ação em bolsa. O Gráfico 17 ilustra os percentuais médios da quantidade de subcategorias divulgadas por grupo de bancos.

GRÁFICO 17: PERCENTUAIS MÉDIOS DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS COM AÇÃO EM BOLSA E POR BANCOS DO PAÍS SEM AÇÃO EM BOLSA



FONTE: Dados secundários da pesquisa

Segundo o Gráfico 17, o percentual médio de subcategorias divulgadas por bancos com ação em bolsa foi 29,01% em 2003 e 38,89% em 2004, ao passo que para os bancos sem ação em bolsa os percentuais foram de 10% em 2003 e 15,56% em 2004. O Quadro 37 apresenta o resumo dos resultados dos testes não-paramétricos, realizados com base nos dados apresentados no Gráfico 13.

QUADRO 37: RESULTADOS DOS TESTES APLICADOS – BANCOS COM E SEM AÇÃO EM BOLSA

Grupos	N	Posto Médio	Teste	p	Resultado (sig. 0,05)
Ação em bolsa 2003	09	16,11	U de <i>Mann-Whitney</i> (U = 35,000)	0,035	Com diferença significativa
Sem ação em bolsa 2003	15	10,33			
Ação em bolsa 2004	09	15,61	U de <i>Mann-Whitney</i> (U = 39,500)	0,079	Sem diferença significativa
Sem ação em bolsa 2004	15	10,63			
Ação em Bolsa 2003	09	1,75	<i>Wilcoxon</i> (Z = -1,472)	0,141	Sem diferença significativa
Ação em Bolsa 2004		4,38			
Sem ação em bolsa 2003	15	0,00	<i>Wilcoxon</i> (Z = -2,214)	0,027	Com diferença significativa
Sem ação em bolsa 2004		3,50			

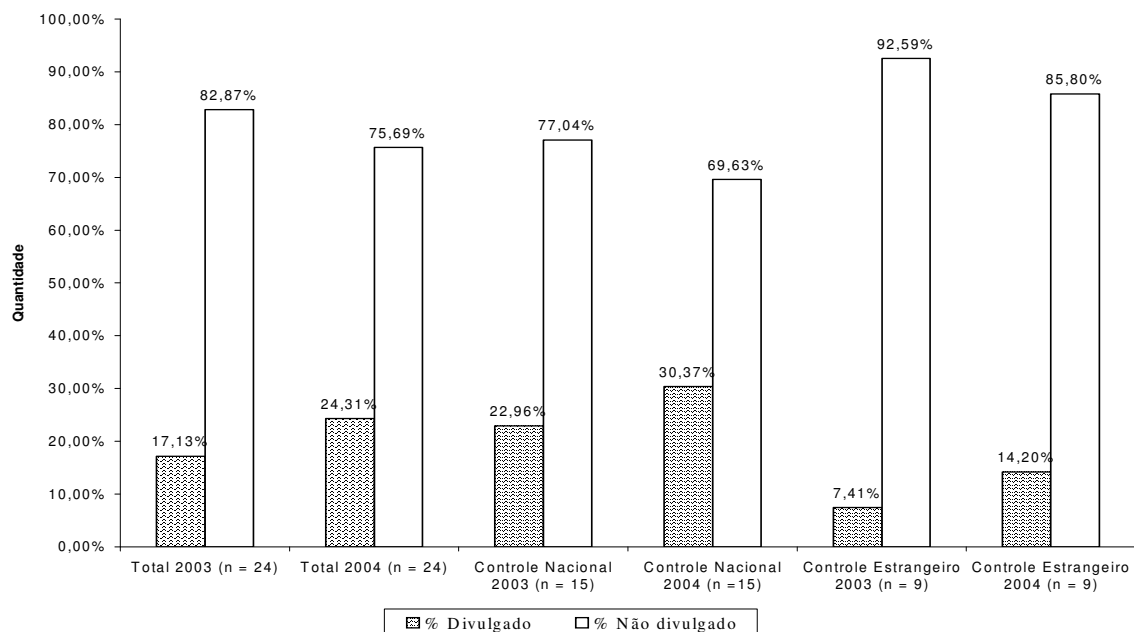
FONTE: Dados secundários da pesquisa

Verificou-se com base no Quadro 37 que em 2003 houve diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelos nove bancos com ação em bolsa e a quantidade divulgada pelos quinze bancos sem ação em bolsa, mas em 2004 não houve diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelos dois grupos de bancos. Para bancos com ação em bolsa não se pode afirmar que houve diferenças significativas de 2003 para 2004 na quantidade de subcategorias divulgadas, mas foi possível afirmar que houve diferenças significativas de 2003 para 2004 na quantidade divulgada pelos bancos sem ação em bolsa. Neste caso, houve aumento da quantidade de subcategorias divulgadas por bancos sem ação em bolsa no período.

4.2.4.3 Bancos do País Com Controle Nacional e Com Controle Estrangeiro

Esta parte apresenta resumo dos resultados relacionados ao nível de divulgação de bancos com controle nacional e bancos com controle estrangeiro. O Gráfico 18 ilustra os percentuais médios da quantidade de subcategorias divulgadas por grupo de bancos.

GRÁFICO 18: PERCENTUAIS MÉDIOS DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS COM CONTROLE NACIONAL E POR BANCOS DO PAÍS COM CONTROLE ESTRANGEIRO



FONTE: Dados secundários da pesquisa

Segundo o Gráfico 18, o percentual médio de subcategorias divulgadas por bancos com controle nacional foi 22,96% em 2003 e 30,37% em 2004, e para os bancos com controle estrangeiro os percentuais foram de 7,41% em 2003 e 14,20% em 2004. O Quadro 38 apresenta resumo dos testes não-paramétricos, realizados com base no Gráfico 15.

QUADRO 38: RESULTADOS DOS TESTES APLICADOS – BANCOS COM CONTROLE NACIONAL E COM CONTROLE ESTRANGEIRO

Grupos de Bancos	N	Posto Médio	Teste	P	Resultado (sig. 0,05)
Controle nacional 2003	09	15,03	U de Mann-Whitney (U = 29,500)	0,013	Com diferença significativa
Controle estrangeiro 2003	15	08,28			
Controle nacional 2004	09	14,70	U de Mann-Whitney (U = 34,500)	0,038	Com diferença significativa
Controle estrangeiro 2004	15	8,83			
Controle nacional 2003	09	3,50	Wilcoxon (Z = -2,102)	0,036	Com diferença significativa
Controle nacional 2004		6,00			
Controle estrangeiro 2003	15	0,00	Wilcoxon (Z = -1,342)	0,180	Sem diferença significativa
Controle estrangeiro 2004		1,50			

FONTE: Dados secundários da pesquisa

Verificou-se com base no Quadro 38 que em 2003 e 2004 houve diferenças entre a quantidade de subcategorias divulgadas pelos bancos com controle nacional e bancos com controle estrangeiro e os postos médios indicaram maior divulgação para bancos com controle nacional. Para bancos com controle nacional pode-se afirmar que houve diferenças significativas de 2003 para 2004 na quantidade de subcategorias divulgadas, mas não foi possível afirmar que houve diferenças significativas de 2003 para 2004 na quantidade de subcategorias divulgadas por bancos com controle estrangeiro.

Finalmente, esta parte conclui a descrição e análise de dados desta pesquisa. A seguir, serão apresentadas as conclusões e sugestões para estudos futuros.

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Esta parte apresenta as conclusões da dissertação e discorre a respeito de sugestões para estudos futuros.

5.1 Conclusões

Esta parte apresenta as conclusões da dissertação, cujo objetivo foi verificar qual o nível de divulgação do risco operacional de vinte e quatro bancos com carteira comercial, que atuaram no Brasil no período de 2003 e 2004, segundo recomendações do Comitê da Basileia contidas no Pilar 3 do Basileia II e no 'Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional'.

O estudo compreendeu revisão teórica e pesquisa empírica. A revisão buscou destacar três tópicos: o risco operacional, a divulgação e as recomendações do Comitê da Basileia, especialmente o Pilar 3 do Basileia II e o 'Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional'.

A partir das referidas recomendações e de outros estudos relacionados ao tema, abordados na revisão teórica, emergiram categorias e subcategorias de análise, as quais foram avaliadas por profissionais usuários da informação relativa ao risco operacional. Tais opiniões subsidiaram a elaboração de quadro de análise empregado para avaliar o nível de divulgação do risco operacional.

O quadro foi composto por nove categorias e dezoito subcategorias. As categorias foram 'Estratégias e Políticas', 'Estrutura e organização da Função', 'Sistema de Reporte Interno', 'Ferramentas para Identificação e Avaliação do Risco', 'Técnicas para diminuição do risco', 'Exposição ao Risco', 'Encargo de Capital Regulamentar' e 'Outras Informações'.

Com base nesse quadro analisou-se o conteúdo de relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação dos vinte e quatro bancos, sendo que de forma complementar foram analisados os relatórios anuais de nove bancos do Exterior, selecionados por serem matrizes dos bancos com controle estrangeiro, que fizeram parte da amostra. Os resultados obtidos na parte teórica e empírica permitiram que fossem respondidas as perguntas de pesquisa.

Primeiramente buscou-se verificar a associação entre a divulgação do risco operacional e as recomendações do Comitê da Basileia contidas no Pilar 3 do Basileia II e no 'Boas Práticas para o Gerenciamento e Supervisão do Risco Operacional'. Para responder a essa pergunta de pesquisa buscou-se a revisão bibliográfica.

O Pilar 3 compõe o Basileia II, junto com os Pilares 1 (requisitos mínimos de capital) e 2 (processo de revisão da supervisão). Ficou comprovado no item 2.6.1 desta dissertação que a divulgação do risco operacional está compreendida no Pilar 3, fazendo parte do conjunto requerido de *disclosures* relativo à exposição a riscos. Os requisitos de divulgação descritos no Pilar 3 buscam promover a transparência e disciplina do mercado.

O 'Boas Práticas' associa-se à gestão do risco operacional, e foi lembrado no texto do Basileia II para ser seguido por aqueles bancos que adotem a abordagem mais simples para avaliar o risco operacional (abordagem indicador básico - BIA). O próprio texto do Basileia II sugere que a contribuição de tais princípios e práticas vale também para bancos que desejem adotar abordagens mais avançadas. O 'Boas Práticas' possui dez princípios divididos em quatro práticas, sendo a última delas relacionada ao papel da divulgação (princípio 10). Ainda que o banco não tenha desenvolvido totalmente seus modelos de gestão do risco operacional, o Comitê da Basileia encoraja, por meio desse documento, a prática da divulgação, para manter os participantes do mercado

informados a respeito dos progressos alcançados pelo banco nesta área. O ‘Boas Práticas’ foi citado no item 2.6.2 deste trabalho.

A segunda pergunta de pesquisa foi a respeito da mensuração do nível de divulgação do risco operacional para cada banco da amostra. Buscou-se representar o nível de divulgação pela soma da quantidade de subcategorias presentes nos relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação desses bancos, e foi obtida com base na análise de conteúdo dos relatórios anuais e outros instrumentos de divulgação. De dezoito subcategorias analisadas, a quantidade divulgada por bancos do País está apresentada no Gráfico 10 desta dissertação. As quantidades mínima e máxima de subcategorias apresentadas pelos bancos do País são mostradas na Tabela 05.

TABELA 05: QUANTIDADES MÍNIMA E MÁXIMA DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO PAÍS

Ano	Número de bancos	Quantidade Mínima	Número de bancos	Quantidade Máxima
2003	13	01	1	12
2004	11	01	2	13

FONTE: Dados secundários da pesquisa

De acordo com a Tabela 05, treze bancos em 2003 e onze bancos em 2004 divulgaram uma subcategoria, o que influenciou a quantidade de subcategorias verificada para bancos do País.

De forma complementar foram mensurados os níveis de divulgação dos bancos do Exterior, os quais serviram de referência complementar para as análises dos bancos do País e foram apresentados no Gráfico 11 deste estudo. As quantidades mínima e máxima de subcategorias apresentadas pelos bancos nos dois anos são mostradas na Tabela 06.

TABELA 06: QUANTIDADES MÍNIMA E MÁXIMA DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR BANCOS DO EXTERIOR.

Ano	Número de bancos	Quantidade Mínima	Número de bancos	Quantidade Máxima
2003	01	11	03	16
2004	01	12	03	16

FONTE: Dados secundários da Pesquisa.

Segundo a Tabela 06, a quantidade mínima de subcategorias divulgadas foi onze em 2003 e doze em 2004.

Quanto à comparação entre o nível de divulgação dos bancos segundo categorias de análise, terceira pergunta de pesquisa, verificou-se que a categoria ‘outras informações - risco legal’ esteve presente na divulgação de todos os bancos, ao passo que as categorias ‘estratégias e políticas’ e ‘estrutura e organização da função’ estiveram presentes em todos os grupos de bancos. A categoria ‘encargo de capital regulamentar’ não foi divulgada pelos bancos nos dois anos. Verificou-se também que categorias quantitativas não foram divulgadas por bancos do País nos dois anos, mas a categoria ‘exposição ao risco operacional’ foi mencionada por quatro bancos do Exterior em 2003 e cinco em 2004.

A Tabela 07 apresenta os percentuais médios de subcategorias divulgadas por cada grupo de bancos obtidos a partir da análise de conteúdo.

TABELA 07: PERCENTUAIS MÉDIOS DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS PELOS BANCOS

Grupos de bancos	Número de bancos	2003	2004
Com ação em bolsa	09	29,01%	38,89%
Sem ação em bolsa	15	10,00%	15,56%
Controle Nacional	15	22,96%	30,37%
Controle Estrangeiro	09	7,41%	14,20%
País	24	17,13%	24,31%
Exterior	09	77,78%	81,48%

FONTE: Dados secundários da pesquisa, a partir das Tabelas 01 a 03

De acordo com a Tabela 07, a soma do número de bancos com ação em bolsa e sem ação em bolsa é igual à soma do número de bancos com controle nacional e com controle estrangeiro, e correspondem ao total de vinte e quatro bancos do País que foram avaliados. Nas duas últimas linhas encontram-se os percentuais divulgados para os bancos do País e bancos do Exterior. Todos os percentuais foram obtidos somando-se subcategorias presentes para o grupo de bancos em questão, e dividindo-se o resultado pelo total de subcategorias do grupo de bancos.

As perguntas anteriores de pesquisa referiram-se à base teórica, à análise do nível de divulgação de cada banco e à análise por categoria. As três perguntas seguintes referem-se à verificação da existência ou não de diferenças entre as quantidades de subcategorias divulgadas por grupos de bancos, e para respondê-las foram ordenados os níveis de divulgação dos bancos, permitindo a comparação por grupos.

A Tabela 08 apresenta comparativo da evolução da quantidade de subcategorias divulgadas pelos bancos de cada grupo, e será utilizada para responder as perguntas seguintes.

TABELA 08: COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS PELOS BANCOS DE CADA GRUPO ENTRE 2003 E 2004

Grupo de bancos	Aumento	Manutenção	Diminuição	2004>2003	2004<2003
País	10	12	2	7,05	3,75
Exterior	5	4	0	3	0
Ação em Bolsa *	4	3	2	4,38	1,75
Sem Ação em Bolsa	6	9	0	3,5	0
Controle Nacional	8	5	2	6	3,5
Controle Estrangeiro *	2	7	0	1,5	0

FONTE: Dados secundários da pesquisa, apresentados nos Quadros 36 a 38

* Não apresentaram diferenças significativas no nível 0,05, com base no teste de *Wilcoxon*.

A Tabela 08 apresenta o número de bancos de cada grupo que em 2004 aumentaram, mantiveram ou diminuíram a quantidade de subcategorias divulgadas em relação a 2003. As duas últimas colunas apresentam os postos médios das diferenças entre a quantidade de subcategorias divulgadas de um ano para outro por cada banco pertencente ao grupo, e fazem sentido para o grupo em questão. De maneira geral observa-se que diferenças positivas ($2004 > 2003$) superam as diferenças negativas ($2004 < 2003$), sendo que o teste de *Wilcoxon* permitiu indicar quando a superação de tais diferenças foi significativa.

A quarta pergunta da pesquisa refere-se à verificação de existência ou não de diferenças entre os níveis de divulgação do risco operacional dos bancos em 2003 e em 2004. Segundo dados apresentados na Tabela 08 foram verificadas diferenças entre os níveis de divulgação do risco operacional dos bancos indicando aumento da quantidade divulgada de 2003 para 2004 em todos os casos, mas para o grupo de bancos com ação em bolsa e para o grupo de bancos com controle estrangeiro não foram verificadas diferenças significativas. O aumento de um ano para outro pode ter recebido influência, em nível de análise internacional, da publicação da versão do Basileia II em 2004, e pode ter recebido influência, em nível nacional, da publicação do Comunicado 12.746 do Banco Central, definindo cronograma para implantação do Basileia II no País e contemplando o risco operacional.

A Tabela 09 apresenta comparativo dos postos médios das quantidades de subcategorias divulgadas por ano pelos bancos de cada grupo, o qual permite verificar se os níveis de divulgação apresentaram diferenças entre os grupos.

TABELA 09: COMPARATIVO DOS POSTOS MÉDIOS DAS QUANTIDADES DE SUBCATEGORIAS DIVULGADAS POR ANO PELOS BANCOS DE CADA GRUPO

Grupo de bancos	2003	2004
País	12,56	12,60
Exterior	28,83	28,72
Ação em Bolsa	16,11	15,61*
Sem Ação em Bolsa	10,33	10,63*
Controle Nacional	15,03	14,70
Controle Estrangeiro	8,28	8,83

FONTE: Dados secundários da pesquisa, apresentados nos Quadros 36 a 38.

* Não apresentaram diferenças significativas, no nível 0,05, com base no teste U de *Mann-Whitney*.

Segundo Tabela 09, em cada ano há três pares de grupos de bancos (País e Exterior, ação em bolsa e sem ação em bolsa, controle nacional e controle estrangeiro), sendo que cada grupo possuiu um posto médio, o qual faz sentido para o ano e para a comparação com o outro grupo do mesmo par. O posto médio refere-se à média da ordenação correspondente à quantidade de subcategorias divulgadas por cada banco daquele grupo em análise, comparada com a dos bancos do outro grupo do mesmo par. Maiores postos médios indicaram que o grupo possuiu bancos que apresentaram em conjunto mais subcategorias divulgadas no ano, em comparação aos bancos que fazem parte da comparação e estão no outro grupo do mesmo par. O teste U de *Mann-Whitney* permitiu verificar se tais diferenças entre postos de pares de grupos em um ano foram significativas.

A quinta pergunta de pesquisa refere-se à verificação de diferenças entre o nível de divulgação dos bancos com ação em bolsa e o nível de divulgação de bancos sem ação em bolsa. Constata-se na Tabela 09 que foram verificadas diferenças significativas entre o nível de divulgação dos nove bancos com ação em bolsa e quinze bancos sem ação em bolsa em 2003, indicando maior divulgação para bancos com ação em bolsa, mas em 2004 apesar de existirem diferenças, elas não foram significativas. Contribuiu

para a situação em 2004 o fato de bancos com ação em bolsa não terem apresentado diferenças significativas na quantidade divulgada em relação a 2003, com base na Tabela 08, ao passo que foram verificadas diferenças significativas na divulgação de bancos sem ação em bolsa, com aumento da divulgação de um período para outro. Isto de certa forma pode sinalizar certa expansão na divulgação de entidades não listadas na BOVESPA nesse período.

A sexta pergunta de pesquisa refere-se à verificação de diferenças entre o nível de divulgação dos bancos com controle nacional e o nível de divulgação dos bancos com controle estrangeiro. Com base na Tabela 09, foram verificadas diferenças significativas entre o nível de divulgação dos quinze bancos com controle nacional e nove bancos com controle estrangeiro tanto em 2003, quanto em 2004, indicando maior divulgação para bancos com controle nacional nos dois anos. Quanto ao nível de divulgação dos bancos com controle estrangeiro, de maneira geral acompanharam mais de perto os requerimentos de divulgação do País do que as práticas de divulgação das respectivas matrizes do Exterior nos dois anos.

As avaliações anteriores subsidiaram a resposta ao problema de pesquisa. Os níveis de divulgação do risco operacional dos vinte e quatro bancos com carteira comercial que atuam no País foram 17,13% em 2003, e 24,31% em 2004. No entanto, a quantidade divulgada não se distribuiu uniformemente entre os bancos e nem evoluiu de um ano para outro da mesma forma. O grupo de bancos com controle nacional apresentou níveis de divulgação acima do grupo de bancos com controle estrangeiro nos dois anos. O grupo de bancos com ação em bolsa, apesar de divulgar mais itens do que o grupo de bancos sem ação em bolsa em 2003 e 2004, não apresentou diferenças significativas em 2004, sendo verificado certo aumento da divulgação de bancos sem ação em bolsa. Apesar de a quantidade divulgada por bancos do País ter aumentado de

2003 para 2004, apenas bancos sem ação em bolsa e bancos com controle nacional indicaram diferenças significativas neste período. De forma complementar, para nove bancos do Exterior foram apresentadas 77,78% das subcategorias divulgadas em 2003 e 81,48% em 2004, e com base nos testes em geral o nível de divulgação de bancos do Exterior que foram analisados superou o nível de divulgação de bancos do País, tanto em 2003, quanto em 2004.

Conforme foi visto na introdução desta pesquisa, até o término desse trabalho a questão de divulgar o risco operacional foi constatada como voluntária no País. A divulgação voluntária está inserida no conjunto de práticas de governança corporativa em bancos. Quanto mais um grupo de bancos apresentou entidades com menores quantidades de subcategorias divulgadas, mais esse grupo de bancos se aproximou de requerimentos estritamente mandatórios. A indicação de não haver diferenças significativas entre os dois anos para um mesmo grupo de bancos, por sua vez, foi um sinal de que se o nível de divulgação tiver sofrido evolução, tais mudanças não foram confirmadas estatisticamente pelos testes realizados.

No decorrer das análises dos relatórios de bancos do Exterior foi possível verificar menção a diferentes contextos regulamentares em construção na Europa e nos Estados Unidos, relacionados à adaptação de diretrizes do Basileia II relativas ao risco operacional. Reconhece-se que há desafios para implementação da gestão do risco operacional em bancos do Exterior e do País, e podem ser lembrados especialmente a conscientização do corpo funcional quanto ao risco e a quantificação do risco.

Atente-se ao fato de que o estágio de desenvolvimento da gestão do risco operacional dos bancos não necessariamente está alinhado às práticas de divulgação desse risco, sendo possível afirmar tal fato com base nos casos em que foram verificadas menções a exercícios de capital regulamentar que já estão sendo feitos no

País e no Exterior. Em outras palavras, foram constatados casos que indicaram a existência de um hiato entre o que se faz e o que se divulga a respeito da gestão do risco operacional.

Outra constatação deste estudo foi o fato de terem sido encontrados nas análises casos de bancos que divulgaram mais de um objetivo para gestão do risco operacional. Por exemplo, a gestão do risco operacional buscou atender à redução de perdas operacionais, fazendo parte da orientação estratégica da entidade em busca da eficiência, e além disso buscou alinhamento às finalidades regulamentares relacionadas ao Basileia II.

Espera-se com os progressos relacionados ao gerenciamento de riscos operacionais em bancos, com a implementação gradual de diretrizes baseadas no Basileia II no Brasil relacionadas ao risco operacional, e finalmente com a disseminação de práticas de transparência de uma maneira geral, que o nível de divulgação do risco operacional possa deixar de apresentar diferenças entre os grupos de bancos do País nos próximos anos, e que seja com isso promovida maior comparabilidade entre as informações divulgadas por tais entidades.

Este estudo almejou contribuir para aumentar o conhecimento existente a respeito da divulgação do risco operacional, tema pouco explorado em estudos nacionais. O Quadro de análise utilizado neste estudo serve como contribuição à evolução da teoria referente à divulgação do risco operacional, e como qualquer peça teórica está sujeito à utilização, adaptações e melhorias em estudos futuros. Além disso, a utilização de testes estatísticos não-paramétricos na análise de dados qualitativos é uma frente de estudos que pode ser mais explorada nas ciências sociais aplicadas.

Finalmente, buscou-se colaborar para a aplicabilidade de recomendações do Comitê da Basileia relativas à divulgação do risco operacional no País. Tal divulgação

pode contribuir para que participantes do mercado estejam mais informados a respeito da evolução de práticas de gestão de riscos em bancos, trazendo subsídios para que tomem melhores decisões em seus investimentos.

5.2 Sugestões para estudos futuros

Com a finalidade de contribuir para estudos futuros, alguns tópicos podem ser sugeridos, os quais podem ser desenvolvidos com metodologia diversa daquela empregada nesta dissertação:

1. A influência do efeito tamanho (porte das instituições) sobre o nível de divulgação do risco operacional em bancos.
2. Estudo comparativo entre o nível de divulgação do risco operacional e o nível de divulgação de outros riscos financeiros, como risco de crédito e risco de mercado.
3. Pesquisa de levantamento a respeito das características qualitativas das informações à luz de requerimentos do Pilar 3 do Basileia II.
4. Análise da relação entre o nível de divulgação do risco operacional e o desempenho econômico-financeiro de bancos.

Estudo relacionado ao risco operacional, mas não diretamente vinculado a essa dissertação, envolve a adaptação de modelos internos de alocação de capital econômico para o cálculo de capital regulamentar relativo ao risco operacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C.A.M.; CHEROBIM, A.P.M.S. **Contribuição para o estudo da gestão de riscos: evidenciação do risco operacional em quatro instituições financeiras brasileiras.** Anais do 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2004.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Os Princípios Essenciais da Basiléia.** Tradução e editoração eletrônica: Jorge R. Carvalheira. Tradução em dezembro/97 e revista em fevereiro/2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em 16/10/2004.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Boletim do Banco Central do Brasil - Relatório Anual 2002.** Brasília, 2002, v. 38.

BACEN. Banco Central do Brasil. **COMUNICADO 12.746, de 09 de dezembro de 2004.** Comunica os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital - Basiléia II. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 20/12/2004.

BACEN. Banco Central do Brasil. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional.** Balancetes processados até 30/03/2005. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top502004120P.asp> >. Acesso em 03/05/2005a.

BACEN. Banco Central do Brasil. **50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional. Conceitos Utilizados.** Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/fis/top50/port/default.asp?parmididioma=P&id=top50>>. Acesso em 03/05/2005b.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.** Data da Última Atualização: 06 de abril de 2005c. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/NXT.gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsDenorCosif:idxDenorCosif>>. Acesso em 21/06/2005.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Composição do Sistema Financeiro Nacional.** Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP> >. Acesso em 03/05/2005d.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo. Edições 70.** Lisboa, 1977.

BARROSO, M. O; LUSTOSA, P. R. B; MORAES, M. C. **Disclosure de risco operacional em bancos no Brasil: evidências preliminares à luz do Novo Acordo da Basileia.** Anais do 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2004.

BERNSTEIN, P. L. **Against the Gods: the remarkable story of Risk.** John Wiley & Sons, Inc. New York, 1998, 383p.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards.** Basel Committee on Banking Supervision. July 1988. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 16/10/2004.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Amendment to the capital accord to incorporate market risks.** Basel Committee on Banking Supervision. January 1996. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 16/12/2004.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Core Principles for Effective Banking Supervision.** Basel Committee on Banking Supervision. September 1997. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 04/06/2004.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Enhancing Bank Transparency.** Basel Committee on Banking Supervision. 1998. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 06/01/2005.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Enhancing Corporate Governance In Banking Organizations.** Basel Committee on Banking Supervision. 1999. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 06/01/2005.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Public Disclosures by Banks: Results of the 1999 Disclosure Survey.** Basel Committee on Banking Supervision. April 2001a. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 06/10/2004.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Working Paper on The Regulatory Treatment of Operational Risk.** Basel Committee on Banking Supervision. September 2001b. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 12/12/2004.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Public Disclosures by Banks: Results of the 2000 Disclosure Survey.** Basel Committee on Banking Supervision. May 2002. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 06/12/2004.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Public Disclosures by Banks: Results of the 2001 Disclosure Survey.** Basel Committee on Banking Supervision. May 2003a. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 06/10/2004.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Sound Practices for the Management and Supervision of Operational Risk.** Basel Committee on Banking Supervision. February 2003b. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 06/12/2004.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A revised framework.** Basel Committee on Banking Supervision. June 2004a. Disponível em <<http://www.bis.org>>. Acesso em 16/10/2004.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **The Implementation of the New Capital Adequacy Framework in Latin América.** Summary of Responses to the Basel II Implementation Assistance Questionnaire. Financial Stability Institute. July 2004b. Acesso em 02/12/2004.

BIS. BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Occasional Paper No 04. Implementation of the new capital adequacy framework in non-Basel Committee member countries.** Summary of responses to the Basel II implementation assistance

Questionnaire. Financial Stability Institute. July 2004c. Disponível em: <<http://www.bis.org>>. Acesso em 26/10/2004.

BOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. **Classificação Setorial Bovespa**. Posição em 02/03/2005. Disponível em <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em 02/05/2005.

BRASIL. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela lei 10.303/01**. Dispõe sobre a Lei das Sociedades por Ações. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 20/12/2004.

BRASIL. **Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a criação do Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 02/06/2004.

BRASIL. **Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.554, de 24 de setembro de 1998**. Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 02/06/2004.

BRASIL. **Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.198, de 27 de maio de 2004**. Altera e consolida a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 02/10/2005.

BRASIL. **Deliberação CVM No 489, de 03 de outubro de 2005**. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC No 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 08/10/2005.

CAOUILLE, J. B.; ALTMAN, E. I.; NARAYANAN, P. **Gestão do Risco de Crédito – O próximo Grande Desafio**. Rio de Janeiro, Qualitymark Editora Ltda., 1999.

CARVALHO, E. J. L de. **Gerenciamento do risco operacional em organizações financeiras**. In: DUARTE Jr., A.M., VARGA, G. (org.) *Gestão de Riscos no Brasil*. Rio de Janeiro, Financial Consultoria, 2003.

CARVALHO, L.N.; TRAPP, A. C. G.; CHAN, B.L. **Disclosure e Risco Operacional: uma abordagem comparativa em instituições financeiras que atuam no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos**. RAUSP, Vol. 39, Julho / Agosto / Setembro 2004.

CHANDLER, Jr. A. D. **Strategy and Structure: chapters in the history of the industrial enterprise**. 19th ed. MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1995.

CHIANAMEA, D. R.; **Regulamentação Prudencial e Estabilidade do Sistema Financeiro**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Campinas, 2004.

CHIANAMEA, D. R.; ONISHI, N. S. **Risco Operacional nos Bancos Brasileiros: Impacto do Uso da Abordagem de Indicador Básico**. Anais da X Semana de Contabilidade do Banco Central. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 02/02/2005.

COLLIS, J. HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**. 2. ed. Bookman. 2005.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7^a ed. Bookman, 2004.

CROUHY, M; GALAI, D; MARK, R. **Risk Management**. New York, McGraw Hill, 2001.

CRUZ, M. **Modelagem Quantitativa de Risco Operacional**. In: DUARTE Jr., A.M., VARGA, G. (org.) *Gestão de Riscos no Brasil*. Rio de Janeiro, Financial Consultoria, 2003.

DANTAS, ZENDERSKY e NYIAMA. **A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação.** Anais do XXVIII ENANPAD – Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração. Curitiba, 2004.

DIAMOND, D.W.; VERRECCHIA, R.E. **Disclosure, Liquidity and The Cost of Capital.** The Journal of Finance, Vol. XLVI, No. 4, September, 1991.

DOTI, G.R.B. **Value-at-Risk Operacional no Mercado de Telecomunicações Brasileiro.** Dissertação de Mestrado. Brasília, UNB. 2004. Programa de Pós-Graduação em Gestão Econômica de Negócios.

DUARTE Jr., A. M. **Risco: definições, tipos, medição e recomendações para seu gerenciamento.** Resenha BM&F, número 114, dezembro de 1996. Disponível em <http://www2.bmf.com.br/cimConteudo/W_ArtigosPeriodicos/00752004.pdf>. Acesso em 20/06/2004.

DUARTE Jr., A. M. **Alocação de Capital em Conglomerados Financeiros no Brasil.** Revista Tecnologia de Crédito, número 48. Disponível em: <<http://www.serasa.com.br>>. Acesso em 02/10/2005.

EAGOVIL. **The Intersection of Corporate Governance and Operational Risk.** Bank & Accounting Finance. August 2003.

FEBRABAN. Federação Brasileira de Bancos. **Pesquisa sobre Práticas de Gestão de Riscos Operacionais no Mercado Brasileiro.** Dezembro de 2004. Disponível em <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/destaques/Apresentacao%20Pesquisa%20Febraban-Gestao.pdf>>. Acesso em 20/04/2005.

FERREIRA, C.A.A.; ARAUJO, E.D. **Disclosure em instituições financeiras: uma análise comparativa entre Basiléia II e a prática brasileira.** Anais da X Semana de

Contabilidade do Banco Central. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em 02/02/2005.

GARCIA, V. S. G. **Gerenciamento de risco em instituições financeiras e o Novo Acordo de Capital**. In: DUARTE Jr., A.M., VARGA, G. (org.) *Gestão de Riscos no Brasil*. Rio de Janeiro, Financial Consultoria, 2003.

GARCIA, F.G.; SATO, L.G.; CASELANI, C.N. **O Impacto da Política de Transparência sobre o Valor das Empresas Brasileiras**. Anais do XXVIII ENANPAD – Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração. Curitiba, 2004.

GASTINEAU, G.L. KRITZMAN, M.P. **Dicionário de Administração de Risco Financeiro**. São Paulo, BMF, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 1999.

GOULART, A. M. C. **Evidenciação do Risco de Mercado por Instituições Financeiras no Brasil**. Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

HAIR JR. J.F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. **Análise Multivariada de Dados**. 5^a. edição. Porto Alegre, Bookman, 2005a.

HAIR JR. J.F.; BABIN, B.; MONEY, A.H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Bookman, 2005b.

HARMANTZIS, F.C. **Operational Risk Management in Financial Services and The New Basel Capital Accord**. OR/MS Today. February 2003. Disponível em: <<http://www.lionhrtpub.com/orms/orms-2-03/frrisk.html>> Acesso em: 02/02/2004.

HELBOK, G.; WAGNER, C. **Corporate Financial Disclosure on Operational Risk In the Banking Industry**. Bank Austria – Department of Operational and Group Risk

Control and Vienna University of Economics and Business Administration Working Paper. This draft: September 2004. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=425720>. Acesso em 17/10/2004.

HENDRIKSEN, E.S; VAN BREDA, M.E. **Teoria da Contabilidade**. 5.ed. São Paulo, Atlas, 1999.

IASB. International Accounting Standards Board. **About Us**. Disponível em <<http://www.iasb.org.uk>>. Acesso em 20/06/2005.

IOSCO. International Organization of Securities Comissions. **Risk Management and Control Guidance for Securities Firms and Their Supervisors**. May, 1998. Disponível em <<http://www.iosco.org>>. Acesso em dezembro de 2004.

IUDÍCIBUS, S. de.; MARION, J.C; PEREIRA, J.C. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. 2.ed. Atlas, 2003.

JENSEN, M. C.; MECKLING. W. **Theory of the Firm: Managerial Behaviour, Agency Costs and Ownership Structure**. Journal of Financial Economics, October, 1976, V. 3, No. 4, pp. 305-360.

JENSEN, M. C.; SMITH C.W. **The Theory of Corporate Finance: A Historical Overview**, IN JENSEN, M.C. and SMITH, C.W., The Modern Theory of Corporate Finance, McGraw-Hill, p. 2-20,1984.

JORION, P. **Value at Risk: The New Benchmark for Controlling Market Risk**. New York, Mc Graw Hill, 1997.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais. Um tratamento conceitual**. EDUSP, 1979.

MARKOWITZ, H. M., **Portfolio Selection**. Journal of Finance, 7, 77-91, 1952.

MARSHALL, C. **Medindo e Gerenciando o Risco Operacional em Instituições Financeiras**. Qualitymark, 2002.

MINTZBERG, H. **Criando Organizações Eficazes. A Estrutura em Cinco Configurações.** São Paulo, Atlas, 1995.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M.H. **The Cost of Capital, Corporate Finance and The Theory of Investment.** The American Economic Review. Jun58, v.48, Issue 3, p. 261-297.

NAKAGAWA, MASAYUKI. **Introdução à Controladoria.** Conceitos, Sistemas, Implementação. São Paulo, Atlas, 1993. 1.ed. 5ª tiragem.

OECD. Organisation for Economic Cooperation and Development. **Principles of Corporate Governance. Disponível em** <[http://www.oecd.org/dataoecd/32/18/31557724 .pdf](http://www.oecd.org/dataoecd/32/18/31557724.pdf)>. Acesso em 29/10/2004.

PEDOTE, C. F. S. **Análise e Gerenciamento de Risco: Gestão de Risco Operacional em Instituições Financeiras.** São Paulo: EAESP/FGV, 2002, 68p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área: Finanças.

PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados Qualitativos – Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais.** São Paulo, EDUSP, 1999.

PEREIRA, L. de C. **O Risco Operacional em Instituições Financeiras e a Influência de Fatores do Ambiente Externo.** Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, junho de 2004a.

PEREIRA, M.A. **Contribuição ao Estudo do Nível de Divulgação e Sua Relação com a Estrutura de Capital em Empresas Brasileiras.** Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004b.

RIBEIRO, F. A. **Gestão de risco operacional: indicadores-chave de risco para melhoria de processos.** In: DUARTE Jr., A.M., VARGA, G. (org.) *Gestão de Riscos no Brasil.* Rio de Janeiro, Financial Consultoria, 2003.

RICHARDSON, R. J. R. **Pesquisa Social. Métodos e Técnicas.** 3ed. São Paulo, Atlas, 1999.

RMA. Risk Management Association. **Operational Risk Management – The Next Frontier.** Executive Summary. *The Journal of Lending & Credit Risk Management.* March 2000. p.38-44. Disponível em <http://www.rmahq.org/publications/operational_risk_exec_summary.pdf>. Acesso em 01/06/2004.

SAUNDERS, A. **Administração de Instituições Financeiras.** São Paulo, Atlas, 2000.

SHIGVI, S.S.; DESAI, H. B. **An Empirical Analysis of The Quality of Corporate Financial Disclosure.** *The Accounting Review*, vol. 46, No. 1 (Jan. 1971), 129-138.

SHRIVES, P; LINSLEY, P. **Communicating Risk Management in Annual Reports.** Disponível em <<http://www.aia.org.uk/PDFs/International%20Accountant/Risk%20Management.pdf>>. Acesso em: 20/04/2005.

SIEGEL, S. **Estatística Não-Paramétrica (para as ciências do comportamento).** McGraw–Hill, 1975.

TRAPP, A. C. G. **Estudo da Avaliação e Gerenciamento do Risco Operacional de Instituições Financeiras no Brasil: Análise de Caso de uma Instituição Financeira de Grande Porte.** Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

TURING, D. **The Legal and Regulatory View of Operational Risk.** In: *Advances in Operational Risk Firm-wide Issues for Financial Institutions.* 2ed. London, Risk Books, 2003.

UEMA. R. K. **Disclosure: Fundamental para Transparência no Sistema Financeiro - Recomendações Internacionais**. Anais da 9ª Semana de Contabilidade do Banco Central. Brasília, novembro de 2000. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/ftp/denor/renato-uema-bcb.pdf>>. Acesso em 20/12/2004.

UNITED STATES OF AMERICA. **Sarbanes Oxley Act**. An act to protect investors by improving the accuracy and reliability of corporate disclosures made pursuant to the securities laws, and for other purposes. Disponível em <<http://www.law.uc.edu/CCL/SOact/soact.pdf>>. Acesso em 22/10/2004.

VERGARA. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo, Atlas, 1998.

VIEIRA, M.M.F. **Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração**. In: VIEIRA, M.M.F., ZOUAIN, D.M. (org.) Pesquisa Qualitativa em Administração. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

XAVIER, P.H.M. **Transparência das Demonstrações Contábeis dos Bancos no Brasil: Estudo de Caso sob a Perspectiva do Acordo “Basiléia 2”**. Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

7. ANEXOS

ANEXO 01 - COMUNICADO 12.746

Comunica os procedimentos para a implementação da nova estrutura de capital - Basileia II.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 08 de dezembro de 2004, tendo em conta as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Comitê) contidas no documento "Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: Uma Estrutura Revisada" (Basileia II), que trata do estabelecimento de critérios mais adequados ao nível de riscos associados às operações conduzidas pelas instituições financeiras para fins de requerimento de capital regulamentar, e objetivando observar tais diretrizes, adaptadas às condições, peculiaridades e estágio de desenvolvimento do mercado brasileiro, decidiu adotar os seguintes procedimentos para a implementação de Basileia II, ressaltando que as recomendações contidas no Pilar 2 (Processos de Supervisão) e no Pilar 3 (Transparência e Disciplina de Mercado) serão aplicadas a todas as instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

3 Quanto às diretrizes para requerimento de capital para fazer face ao risco de crédito, estabelecidas no Pilar 1 de Basileia II:

I - o Banco Central do Brasil não utilizará ratings divulgados pelas agências externas de classificação de risco de crédito para fins de apuração do requerimento de capital;

II - deverá ser aplicada à maioria das instituições financeiras a abordagem padrão simplificada, que consiste em um aprimoramento da abordagem atual

mediante a incorporação de elementos que, a exemplo dos instrumentos específicos para mitigação de risco de crédito, possibilitem uma melhor adequação do requerimento de capital às características das exposições, considerando as demandas do Banco Central do Brasil relativamente à suas atribuições de órgão supervisor e a melhor alocação de recursos pelas instituições financeiras menores, com a conseqüente revisão dos fatores de ponderação de risco de crédito determinados pela tabela anexa à Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994;

III - às instituições de maior porte, com atuação internacional e participação significativa no SFN, será facultada a utilização de abordagem avançada, com base em sistema interno de classificação de risco, após período de transição, a ser estabelecido pelo Banco Central do Brasil, em que deverá ser adotada a abordagem padrão simplificada e, posteriormente, a abordagem fundamental (ou básica) de classificação interna de riscos

- 4 Relativamente à nova parcela de requerimento de capital para cobrir riscos operacionais, prevista igualmente no Pilar 1, estão em andamento estudos e testes que auxiliarão o Banco Central do Brasil a identificar a melhor forma de aplicação e a metodologia mais adequada ao SFN, sendo que a expectativa é de que as instituições elegíveis à utilização da abordagem avançada, com base em sistema interno de classificação de risco de crédito, se tornem elegíveis à utilização de abordagens avançadas de mensuração do risco operacional.
- 5 Em complementação, para a total aplicação das recomendações contidas na Emenda ao Acordo de Basiléia de 1988, publicada em 1996, que não foi alterada por Basiléia

II, os requerimentos de capital para risco de mercado serão expandidos para incluir as exposições ainda não contempladas e permitida a utilização de modelos internos para as instituições que cumprirem os critérios de elegibilidade a serem divulgados.

6 As regras e critérios referentes à implementação de Basiléia II serão os mesmos para instituições de capital nacional ou estrangeiro. Nesse sentido, os requisitos e exigências para validação de sistemas internos de classificação de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, serão os mesmos para todas as instituições que operem no Brasil

7 Assim, o Banco Central do Brasil deverá proceder a implementação da nova estrutura de acordo com o seguinte planejamento, ressaltando que, apesar de as ações aqui descritas voltarem-se primordialmente ao Pilar 1, a cada uma corresponderão ações equivalentes no âmbito do Pilar 2 (Processos de Supervisão) e Pilar 3 (Transparência e Disciplina de Mercado):

I - até o final de 2005: revisão dos requerimentos de capital para risco de crédito para adoção da abordagem simplificada e introdução de parcelas de requerimento de capital para risco de mercado ainda não contempladas pela regulamentação, bem como o desenvolvimento de estudos de impacto junto ao mercado para as abordagens mais simples previstas em Basiléia II para risco operacional;

II - até o final de 2007: estabelecimento dos critérios de elegibilidade para adoção de modelos internos para risco de mercado e planejamento de validação desses modelos, estabelecimento dos critérios de elegibilidade para a implementação da abordagem baseada em classificações internas para risco de crédito e

estabelecimento de parcela de requerimento de capital para risco operacional (abordagem do indicador básico ou abordagem padronizada alternativa);

III - 2008-2009: validação de modelos internos para risco de mercado, estabelecimento de cronograma de validação da abordagem baseada em classificações internas para risco de crédito (fundamental ou básica), início do processo de validação dos sistemas de classificação interna para risco de crédito e divulgação dos critérios para reconhecimento de modelos internos para risco operacional;

IV - 2009-2010: validação dos sistemas de classificação interna pela abordagem avançada para risco de crédito e estabelecimento de cronograma de validação para abordagem avançada de risco operacional;

V - 2010-2011: validação de metodologias internas de apuração de requerimento de capital para risco operacional.

Brasília, 09 de dezembro de 2004.

Sérgio Darcy da Silva Alves

Paulo Sérgio Cavalheiro

Diretor

Diretor

ANEXO 02 – QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA PESQUISA A RESPEITO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE

1) Sua área predominante de atuação (marque um item apenas):

- () Normativa / Supervisão bancária ; () Gestão de riscos / Controles Internos em bancos;
 () Consultoria / auditoria externa independente ; () Pesquisa acadêmica / docência;
 () Outra (especificar) _____.

2) As categorias descritas referem-se à **divulgação do risco operacional**. Segundo sua percepção a respeito do assunto, ordene na coluna ‘relevância’ as categorias, marcando de ‘1’ para a mais relevante até ‘9’ para a menos relevante. Da mesma forma, ordene na coluna ‘raridade’ as categorias, marcando de ‘1’ para a mais rara até ‘9’ para a menos rara e de ser encontrada na divulgação feita por bancos.

Categorias	Relevância (1 a 9 sem repetição)	Raridade (1 a 9 sem repetição)
I - Estratégias e políticas adotadas para gestão do risco operacional.		
II - Estrutura e organização da função de gestão do risco operacional.		
III – Sistema de reporte interno relativo ao risco operacional.		
IV – Ferramentas para identificação e avaliação do risco operacional.		
V - Técnicas para diminuição do risco operacional.		
VI – Abordagem para avaliação de capital do risco operacional para qual o banco pretende se qualificar.		
VII – Exposição ao risco operacional (total ou por linhas de negócios)		
VIII - Encargo de capital regulador de risco operacional como porcentagem do capital regulador mínimo total.		
IX – Outras informações relacionadas ao risco operacional (opcional)*		

*Caso considere necessário, acrescente categoria(s) e/ou aponte aquela(s) que não consideraria num estudo de divulgação do risco operacional em bancos, ou ainda descreva mudanças que gostaria de sugerir nas categorias descritas.

Observações(opcional): _____

3) O quadro a seguir apresenta as mesmas categorias e quatro colunas: ‘Presença em Instrumentos de divulgação obrigatória’, ‘materialidade’, ‘frequência de divulgação’ e ‘informação proprietária’. Os conceitos das colunas estão no final desse questionário. Segundo a sua percepção a respeito do assunto, para cada categoria preencha as colunas escolhendo uma opção descrita entre parênteses. Por exemplo, a coluna ‘Presença em Instrumentos de divulgação obrigatória’ pode assumir em cada categoria os estados ‘S’ ou ‘N’.

Categorias	Presença em instrumentos de divulgação obrigatória (S,N)	Materialidade (S,N)	Frequência de divulgação (A+,A, S, T,T-,O, N)	Informação Proprietária (S,N)
I - Estratégias e políticas de gestão do risco operacional				
II - Estrutura e organização da função de gestão do risco operacional				
III – Sistemas de reporte relativos ao risco operacional				
IV - Ferramentas para identificação e avaliação do risco operacional.				
V - Técnicas para diminuição do risco operacional				
VI - Abordagem para avaliação de capital do risco operacional para qual o banco se qualifica				
VII – Exposição ao risco operacional por linhas de negócios				
VIII - Encargo de capital regulador de risco operacional como porcentagem do capital regulador mínimo total				
IX – Outras informações relacionadas ao risco operacional** _____				

** Preencha caso tenha especificado a categoria na questão 01, item IX.

Observações(opcional): _____

4) Marque com X as subcategorias que o senhor (a) concorda que se associam à categoria principal. Caso necessário, escreva nas observações do final da página por que discorda em associar determinada (s) subcategoria (s).

Categoria Principal	Subcategoria
1 - Estratégias e políticas adotadas para gestão do risco operacional.	<input type="checkbox"/> Descrição de objetivos relacionados à gestão de riscos. <input type="checkbox"/> Menção a integração de riscos. <input type="checkbox"/> Motivos para se gerenciar o risco operacional. <input type="checkbox"/> Conceito de risco operacional utilizado (inclui descrição de fatores de risco considerados como risco operacional pelo banco).
2 – Estrutura e organização da função de gestão do risco operacional.	<input type="checkbox"/> Envolvimento da alta administração com risco operacional. <input type="checkbox"/> Estrutura organizacional responsável pelo risco operacional. <input type="checkbox"/> Segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco. <input type="checkbox"/> Segregação entre auditoria interna e gestão de riscos.
3 – Sistema de reporte interno relativo ao risco operacional	<input type="checkbox"/> Menção ao reporte da área de negócios para gestor de risco. <input type="checkbox"/> Menção ao reporte do gestor de risco para alta administração.
4-Ferramentas para identificação e avaliação do risco operacional	<input type="checkbox"/> Menção a ferramentas para identificar e avaliar o risco (exemplos: auto-avaliação e controle de riscos, <i>scorecards</i> , mapeamento de riscos, uso de indicadores-chave de risco e/ou a sistemas para mensuração do risco) <input type="checkbox"/> Mecanismos de incentivo a coleta de perdas operacionais. <input type="checkbox"/> Iniciativas para segregar atividades do banco por linhas de negócios. <input type="checkbox"/> Menção a base de dados de perdas operacionais.
5– Técnicas para diminuição do risco operacional	<input type="checkbox"/> Menção a instrumentos para transferência do risco (exemplo:uso de seguro caso a abordagem seja AMA). <input type="checkbox"/> Menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios. <input type="checkbox"/> Menção a meios para conscientização do corpo funcional quanto ao risco.
6-Abordagem para avaliação de capital do risco operacional para qual o banco pretende se qualificar	<input type="checkbox"/> Menção a abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar: indicador básico (BIA), padronizada / padronizada alternativa (SA / ASA) e/ou mensuração avançada (AMA).
7 – Exposição ao risco operacional	<input type="checkbox"/> Exposição ao risco operacional (valores totais ou por linhas de negócios)
8 – Encargo de capital regulador de risco operacional como porcentagem do capital regulador mínimo total.	<input type="checkbox"/> Encargo de capital regulador de risco operacional como porcentagem do capital regulador mínimo total (estimativa).
9 –Outras informações relacionadas ao risco operacional***:_____	(Especificar subcategoria caso tenha preenchido a categoria 9)_____

*** Preencha caso tenha especificado categoria na questão 01, item IX.

observações

(opcional):_____

ANEXO 03 : MODELO DE DOCUMENTO UTILIZADO NA ANÁLISE DE CONTEÚDO PARA CADA BANCO.

Banco:

Categorias	Subcategorias	2003		2004	
		Ausente	Presente	Ausente	Presente
Cat01 - Estratégias e políticas	Descrição dos objetivos relacionados à gestão de riscos				
	Menção a integração de riscos				
	Conceito de risco operacional utilizado				
Cat02 - Estrutura e organização da função	Envolvimento da alta administração com risco operacional				
	Estrutura organizacional responsável pelo risco operacional				
	Segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco				
	Segregação entre auditoria interna e gestão de riscos				
Cat03 - Sistema de reporte interno	Menção ao reporte da área de negócios para o gestor de risco				
	Menção ao reporte do gestor de risco para alta administração				
Cat04 - Ferramentas para identificação e avaliação do risco	Menção a Ferramentas para Identificar e Avaliar o Risco Operacional				
	Mecanismos de Incentivo a Coleta de Perdas Operacionais				
Cat05-Técnicas para diminuição do risco	Menção a instrumentos para transferência do risco				
	Menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios				
	Menção a meios para conscientização do corpo funcional quanto ao risco				
Cat06 - Abordagem para avaliação de capital	Menção a Abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar				
Cat07 - Exposição ao risco	Exposição ao Risco Operacional (valores totais ou por linhas de negócios)				
Cat08 - Encargo de capital regulamentar	Encargo de Capital Regulamentar de Risco Operacional como Porcentagem do Capital Regulamentar Mínimo Total				
Cat09 - Outras Informações	Outras informações relacionadas ao risco operacional: Risco Legal				

Fonte: O autor, a partir de dados da pesquisa.

ANEXO 04:DADOS PRIMÁRIOS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA.**Relevância**

Resp.	Cat01	Cat02	Cat03	Cat04	Cat05	Cat06	Cat07	Cat08	Cat09
r1	1	2	3	5	4	8	7	6	9
r2	3	4	8	6	7	5	1	2	9
r3	2	1	3	5	6	7	8	9	4
r4	5	6	8	3	4	2	1	7	
r5	7	6	5	3	8	4	1	2	9
r6	2	3	6	4	5	1	7	8	9
r7	1	8	4	6	7	5	3	2	
r8	4	5	6	1	3	2	8	7	
r9	7	4	8	3	6	5	2	1	9
r10	9	4	3	5	6	8	7	2	1

Fonte: dados primários da pesquisa.

Raridade

Resp.	Cat01	Cat02	Cat03	Cat04	Cat05	Cat06	Cat07	Cat08	Cat09
r1	2	3	4	5	6	7	9	8	1
r2	1	5	4	2	3	7	6	8	9
r3	2	1	3	4	5	7	8	9	6
r4	6	7	5	4	3	8	1	2	
r5	7	5	4	2	3	6	1	8	9
r6	9	8	3	2	4	5	1	6	7
r7	9	8	7	5	4	6	1	2	
r8	7	8	4	2	3	6	1	5	
r9	4	8	3	5	7	6	2	1	9
r10	4	6	7	5	8	9	2	1	3

Fonte: dados primários da pesquisa.

Presença em Instrumentos de Divulgação Obrigatória

Resp.	Cat01	Cat02	Cat03	Cat04	Cat05	Cat06	Cat07	Cat08	Cat09
r1	S	S	S	S	S	S	N	N	S
r2	N	N	N	N	N	N	N	N	N
r3	S	S	S	S	N	S	N	S	N
r4	S	S	S	S	S	S	S	N	
r5	S	S	S	S	N	S	S	S	
r6	S	S	N	N	N	S	N	N	S
r7	S	S	S	S	S	S	S	S	
r8	S	S	S	N	N	S	N	N	
r9	S	S	S	S	S	S	S	S	
r10	S	S	S	N	N	S	S	S	S

Fonte: dados primários da pesquisa.

Materialidade

Resp.	Cat01	Cat02	Cat03	Cat04	Cat05	Cat06	Cat07	Cat08	Cat09
r1	S	S	S	S	S	S	S	S	S
r2	S	N	S	S	S	S	N	S	N
r3	S	S	S	S	N	S	S	S	S
r4	S	S	S	S	S	S	S	S	
r5	S	S	S	S	N	S	S	S	
r6	N	N	S	S	S	S	S	S	N
r7	N	N	N	N	N	N	S	S	
r8	S	S	S	N	N	S	N	N	
r9	S	S	S	S	S	S	S	S	
r10	S	S	S	N	N	S	S	S	S

Fonte: dados primários da pesquisa.

Frequência De Divulgação

Resp.	Cat01	Cat02	Cat03	Cat04	Cat05	Cat06	Cat07	Cat08	Cat09
r1	A	A	A	A	A	A	T	T	A
r2	N	N	T-	N	S	T-	T-	T-	N
r3	A	A	A	A	N	A	O	A	A
r4	A	A	A	S	S	S	T	S	
r5	A	A	A	S	N	S	T-	T-	
r6	A+	A+	T-	A+	A+	T	T	T	T
r7	N	A	A	A	N	A	S	S	
r8	T	T	T	O	O	O	N	N	
r9	A+	A	A	A	S	A	T	T	
r10	T-	T-	T-	T-	T-	T-	T-	T-	T-

Fonte: dados primários da pesquisa.

Informação Proprietária

Resp.	Cat01	Cat02	Cat03	Cat04	Cat05	Cat06	Cat07	Cat08	Cat09
r1	N	N	N	N	N	N	S	S	N
r2	N	N	N	N	S	N	S	S	N
r3	N	N	N	N	N	N	N		N
r4	N	N	N			N	N	N	
r5	N	N	N	S	S	N	N	N	
r6	S	S	S	S	S	N	S	N	N
r7	S	N	N	S	S	N	N	N	
r8	N	N	N	N	N	N	N	N	
r9	S	N	N	S	S	N	N	N	
r10	S	S	S	S	S	S	S	S	S

Fonte: dados primários da pesquisa.

Legenda: r1 a r10 – respondentes 1 a 10. Cat01 – estratégias e políticas; Cat02 – estrutura e organização da função; Cat03 – sistema de reporte interno; Cat04 – ferramentas para identificação e avaliação do risco; Cat05 – técnicas para diminuição do risco; Cat06 – abordagem para avaliação de capital; Cat07 – exposição ao risco; Cat08 – Encargo de capital regulador; Cat09 – Outras informações.

Associação de subcategorias a categorias

04 Subcategorias	r1	r2	r3	r4	r5	r6	r7	r8	r9	r10
Descrição dos objetivos relacionados à gestão de riscos	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N
Menção a integração de riscos	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N
Motivos para se gerenciar o risco operacional	N	N	S	S	S	S	S	S	N	N
Conceito de risco operacional utilizado	S	N	S	S	S	S	S	N	S	S
Envolvimento da alta administração com risco operacional	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S
Estrutura organizacional responsável pelo risco operacional	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N
Segregação entre gestão de riscos e área de negócios do banco	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N
Segregação entre auditoria interna e gestão de riscos	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N
Menção ao reporte da área de negócios para o gestor de risco	S	S	N	S	S	S	S	S	S	N
Menção ao reporte do gestor de risco para alta administração	S	S	N	S	S	S	S	S	S	S
Menção a Ferramentas para Identificar e Avaliar o Risco Operacional	S	S	S	S	S	S	S	S	N	N
Mecanismos de Incentivo a Coleta de Perdas Operacionais	S	S	S	N	S	S	S	S	N	S
Iniciativas para segregar as atividades do banco por linhas de negócios	S	S	S	N	S	N	S	N	N	N
Menção a bases de dados de perdas operacionais	S	S	S	S	S	N	S	S	N	N
Menção a instrumentos para transferência do risco	S	S	S	S	S	S	S	N	S	N
Menção a planos de contingência e/ou de continuidade de negócios	S	S	N	S	S	S	S	N	S	S
Menção a meios para conscientização do corpo funcional quanto ao risco	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N
Menção a Abordagem para avaliação de capital do risco para qual o banco pretende se qualificar	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Exposição ao Risco Operacional (valores totais ou por linhas de negócios)	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S
Encargo de Capital Regulador de Risco Operacional como Percentagem do Capital Regulador	S	N	S	S	S	S	S	N	S	S

Fonte: dados primários da pesquisa.